

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CLAUDIA MARIS COELHO PEZZI

**GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM ESCOLAS PÚBLICAS: INDICADORES DE
SUSTENTABILIDADE**

Lages

2022

CLAUDIA MARIS COELHO PEZZI

**GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM ESCOLAS PÚBLICAS: INDICADORES DE
SUSTENTABILIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Educação, Processos Socioculturais em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Lucia Ceccato de Lima

Lages

2022

Ficha Catalográfica

P521g Pezzi, Claudia Maris Coelho.
Gestão socioambiental em escolas públicas: indicadores de sustentabilidade/Claudia Maris Coelho Pezzi – Lages, SC, 2022. 136 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense.
Orientadora: Lucia Ceccato de Lima

1. Educação Ambiental. 2. Indicadores Ambientais. 3. Gestão Escolar. 4. Educação Básica I. Lima, Lucia Ceccato de. II. Título.

CDD 363.70071

Catálogo na Fonte: Biblioteca Central

CLAUDIA MARIS COELHO PEZZI

**GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM ESCOLAS PÚBLICAS: INDICADORES DE
SUSTENTABILIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para a Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Processos Socioculturais em Educação.

Lages, 28 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Lucia Ceccato de Lima
Orientadora e Presidente da Banca- PPGE/UNIPALAC

Prof. Dr. Leonel Piovezana
Examinadora Externa – PPGE/UNOCHAPECÓ
Participação Não Presencial - Res. nº 432/2020

Profa. Dra. Madalena Pereira da Silva
Examinadora Interna – PPGE/UNIPALAC

Dedico este trabalho a toda minha família em especial ao meu marido Evandro Pezzi, a meus filhos Maria Eduarda Coelho Pezzi e Evandro Pezzi Filho pela compreensão, incentivo e amor em todos os momentos da minha vida e a minha mãe Maria e ao meu pai Saul (*in memoriam*), com todo amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao encerrar este momento da minha caminhada como aprendente da área da educação, quero agradecer a todos que estiveram ao meu lado apoiando-me e incentivando-me para a realização do meu sonho.

Essa realização não seria possível sem a presença e o apoio de várias pessoas especiais que tenho em minha vida.

Assim, agradeço especialmente: À Maria Eduarda (Duda) e Evandro (Mano), meus filhos amados. Toda a minha dedicação e obstinação em ser a cada dia uma pessoa melhor, é por vocês e para vocês que foram tão presentes no desenvolvimento deste trabalho, saibam que vocês me inspiram a querer ser mais que fui até hoje, e a seguir nesta jornada da vida. Amo vocês mais que tudo!

Ao meu amor, Evandro Pezzi, por ser tão importante na minha vida. Sempre ao meu lado, me fazendo acreditar que posso mais do que imagino. Devido a seu companheirismo, amizade, paciência, compreensão, apoio e amor, este trabalho pôde ser concretizado. Obrigada por ter feito do meu sonho o nosso sonho, mesmo nos momentos mais difíceis que passamos!

Aos meus pais, Maria (D. Negrinha) e Saul (*in memoria*), pelos ensinamentos e a educação que me deram. Vocês abdicaram das suas vidas para viverem a nossa e investir nos nossos estudos, me ensinaram que a única herança que podemos deixar para nossos filhos é o conhecimento e a formação. Mesmo na simplicidade de vocês, sempre foram visionários para os filhos. Continuarei a seguir os seus passos.

A minhas irmãs: Marizone, Elenice, Marcia, Silvana, Cristiane e meu irmão Telmo, minha cunhada, cunhados, sobrinhos e sobrinhas meu agradecimento especial, pois, cada um a seu modo, demonstram orgulho de mim e confiam em meu trabalho. Agradeço (como dizem a Maayan e o Michael sobrinhos iluminados, do fundo do meu coração) pela confiança e carinho! A pequena Agam que nos últimos dias quando eu estava muito cansada, bastava olhar para seu sorriso e a minha mente fluía. A minha sogra e o meu sogro por sempre estarem presentes em nossas vidas.

À minha orientadora, profa. Dra. Lucia Ceccato de Lima, que acreditou em meu potencial. Sempre disponível e disposta a ajudar. Fez-me enxergar que existe mais que pesquisadores e resultados por trás de uma dissertação, existem seres humanos... Você não foi somente uma orientadora, mas, em alguns momentos, conselheira, confidente e amiga. Você me fez evoluir muito nesse processo. Gratidão!

A Banca examinadora Profa. Dra. Lucia Ceccato de Lima, orientadora e Presidente da Banca, Prof. Dr. Leonel Piovezana examinador titular Externo, Profa. Dra. Madalena Pereira da Silva, examinadora titular interna, minha gratidão pelo tempo dedicado a análise, a empatia ao expor as contribuições neste trabalho. Vocês são referências em minha caminhada.

A todo o colegiado do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense, em especial a Tânia e Silvana agradeço a disponibilidade, simpatia e gentileza.

Aos Gestores das escolas pesquisadas Armando, Giovana e Marylin, amigos que fiz na caminhada, agradeço a força, confiança e carinho. Obrigada pelo apoio e parceria para que este trabalho fosse possível.

A Gestora Gisiele Castro, a assessora Nelita Vicense e todas(os) meus colegas da EEEB Belisário Ramos. Gratidão pelo incentivo.

À secretaria estadual de educação de Santa Catarina que por meio do programa UNIEDU me deu apoio financeiro para continuar meus estudos.

Às minhas amigas Dioneia Walter Sagaz e Carla Muller parceiras e incentivadoras dos meus estudos.

Aos meus novos colegas e amigos da turma de Mestrado em Educação 2020-2022, onde conheci pessoas maravilhosas, que lembrarei para o resto da vida.

Por fim agradeço a Deus onipotente, que está presente em tudo, nos bichos, nas pessoas, na natureza e até em quem não o crê. Obrigada Deus, pois, sei que nunca estarei sozinha. Acredito na Tua força que me sustenta.

Ninguém vence sozinho... Gratidão a todos.

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que os dados apresentados nesta versão da Dissertação para o Exame de Qualificação (ou) a Defesa de Dissertação são decorrentes de pesquisa própria e de revisão bibliográfica referenciada segundo normas científicas.

Lages, 28 de julho de 2022.

Claudia Maris Coelho Pezzi

RESUMO

A Preocupação com o futuro do planeta se faz presente no cotidiano da sociedade, uma vez que assuntos relacionados a esse tema são apresentados nos meios de comunicação e fazem parte de discussões no meio social e acadêmico. Em função do seu papel no desenvolvimento social, a escola também deve assumir uma posição mais efetiva em relação às questões ambientais. Diante do contexto a problemática desse estudo está pautada na questão: como os indicadores de sustentabilidade socioambiental podem contribuir com o processo de gestão nas escolas públicas? Esta pesquisa teve como objetivo geral: Analisar indicadores de sustentabilidade socioambiental que podem contribuir com o processo de gestão de três escolas públicas estaduais em Lages (SC). A metodologia é uma abordagem qualitativa do tipo descritiva, A coleta de dados ocorreu com pesquisa documental junto aos projetos político pedagógicos escolares (PPP), planos gestor escolar (PGE) e por meio de questionários semiestruturados aplicados a três gestores das escolas estaduais de educação básica selecionadas para o estudo. Como principais resultados apresentam-se a proposição para escolas de indicadores de sustentabilidade socioambiental, nas dimensões: Gestão, Social, Curricular, Ambiental e Econômica. As dimensões apresentam indicadores de sustentabilidade socioambiental escolar que podem compor os parâmetros das avaliações internas e externas, as quais podem ter uma finalidade diagnóstica, comparativa e estratégica para os processos escolares relacionados a questões sociais e ambientais. Na análise e discussões dos dados obtidos, o mesmo fato é observado, os documentos foram preenchidos seguindo roteiros. É possível visualizar a falta de ações e projetos referentes à dimensão ambiental, e a similaridade de ocorrências que permearam nessa análise, fruto de um modelo pré-estabelecido para a elaboração dos planejamentos de desenvolvimento das escolas. Indicadores de sustentabilidade socioambientais podem contribuir com as avaliações das unidades escolares, sendo uma ferramenta para gestão na perspectiva da qualidade educacional. Nesta esteira, a pesquisa realizada contribui para o aprimoramento dos processos avaliativos das unidades escolares. Também para a implantação efetiva da ambientalização curricular na educação básica, conforme previsto na legislação como um compromisso construído com a participação do coletivo das escolas previstos nos PPP e PGE.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Indicadores. Sustentabilidade Socioambiental. Educação Básica.

ABSTRACT

The preoccupation with the planet's future is present in society's daily life, since related matters are shown in media and are part of discussion in both social and academic spheres. Due to its role in society's development, the school must assume a more effective stance related to environmental issues. Facing the problematic premise of this study is lined the question: how socio-environmental sustainability indicators can contribute to the public schools management process? The general objective of this research is: the analysis of socio-environmental sustainability indicators that can contribute to the management process of three state's public schools in Lages (SC). Socio-environmental sustainability indicators may help adding to the school units evaluation, thus being a tool for management in the educational quality's perspective. The methodology is a descriptive study, with a qualitative approach, that in this research has the objective of being a description of Lages (SC)'s three public schools characteristics of socio-environmental management. The data collect was made with documentary research aligned to scholastic pedagogical political project (PPP), scholastic manager plan (PGE) and by semi-structured questionnaires applied to three state's schools of basic education managers selected to the study. As main results are shown the preposition of socio-environmental sustainability indicators to the schools in the dimensions of: Management, Social, Curriculum, Environmental and Economic. This dimensions presents socio-environmental sustainability indicators that may compose parameters of external and internal evaluation, which can have a diagnostic goal, comparative and strategical for environmental and social related school's processes. In this line, the performed research intends to contribute for the enhancement of the school's units evaluative processes, as well as the basic education adherence of the curricular environmentalization, according to the legislation as a constructed commitment by the school collectively, as envisaged by PPP and PGE.

Keywords: School Management. Indicators. Sustainability. Social and Environmental.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Tripé da sustentabilidade proposto por Elkington	47
Figura 2 – Cinco dimensões da sustentabilidade SACHES (1993).....	48
Figura 3 – Oito dimensões da sustentabilidade (SACHS, 2002).....	50
Figura 4 – Dimensões de Sustentabilidade Escolar.....	52
Figura 5 – Dimensões Socioambientais Escolares	54
Figura 6 – Indicadores de qualidade da educação MEC	58
Figura 7 – Desenho da Coleta de dados	67
Quadro 1 – Resultados da busca do Estado da Arte (Periódicos CAPES).....	24
Quadro 2 – Principais Conferências Internacionais	33
Quadro 3 – Dimensões socioambientais escolares e indicadores.....	60
Quadro 4 – Síntese teórica e metodológica da pesquisa.....	63
Quadro 5 – Locus da pesquisa.....	65
Quadro 6 – Relação das perguntas com os indicadores e as dimensões socioambientais escolares	68
Quadro 7 – Dimensão Gestão – indicadores: Planejamento educacional, Estrutura administrativa	73
Quadro 8 – Dimensão Social – indicadores: Planejamento educacional e Estrutura administrativa	77
Quadro 9 – Dimensão Currículo – indicadores: Estruturação do Currículo Escolar e Práticas Pedagógicas Socioambientais	80
Quadro 10 – Dimensão Ambiental– indicadores: Espaço escolar e Ecoeficiência	82
Quadro 11 – Dimensão Econômica– indicador: Gestão de recursos econômicos	84
Quadro 12 – Dimensão Gestão – indicadores: Planejamento educacional, Estrutura administrativa	88
Quadro 13 – Dimensão Social– indicadores: Planejamento educacional e Estrutura administrativa	90
Quadro 14 – Dimensão Currículo – indicadores: Estruturação do Currículo Escolar e Práticas Pedagógicas Socioambientais	92
Quadro 15 – Dimensão Ambiental– indicadores: Espaço escolar e Ecoeficiência	94
Quadro 16 – Dimensão Econômica– indicador: Gestão de recursos econômicos	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMBIAL	– Projeto de Educação Ambiental e Alimentar
APP	– Associação de Pais Mestres e Professores
APPs	– Associação de Pais e Professores
CAPES	– Portal Brasileiro de Informação Científica
CONSED	– Conselho Nacional de Secretários de Educação
CPESC	– Cartão de Pagamento do Estado de Santa Catarina
EA	– Educação Ambiental
EEB	– Escola de Educação Básica
FNDE	– Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GTEA	– Grupo de Trabalho de Educação Ambiental da Região da Serra Catarinense
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	– Ministério da Educação e Cultura
MLC	– Método Lages de Compostagem
ONU	– Organização das Nações Unidas
PCSC	– Proposta Curricular de Santa Catarina
PDDE	– Programa Dinheiro Direto na Escola
PGE	– Plano de Gestão Escolar
PLANCON	– Plano de Contingência Escolar
PNEA	– Política Nacional de educação Ambiental
PNES	– Programa Nacional Escolas Sustentáveis
PPP	– Projetos Político Pedagógicos
PRODENE	– Programa de Descentralização e Enriquecimento da Nutrição Escolar
ProEEA/SC	– Programa Estadual de Educação Ambiental de Santa Catarina
PUC/RS	– Pontifícia Católica Universidade do Rio Grande do Sul
RNE	– Revista Nova Escola
SED	– Secretaria de Estado da Educação
SENAI	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIGESC	– Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ESTADO DA ARTE DA PESQUISA.....	23
2.1	PRIMEIRA BUSCA COM O DESCRITOR “GESTÃO ESCOLAR AND INDICADORES”	24
2.2	SEGUNDA BUSCA COM O DESCRITOR “GESTÃO ESCOLAR AND SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL”	26
2.3	TERCEIRA BUSCA COM O DESCRITOR “INDICADORES AND SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL”	29
3	REFERENCIAL TEÓRICO	32
3.1	MARCOS LEGAIS SOBRE SUSTENTABILIDADE.....	32
3.1.1	Principais Conferências Internacionais.....	32
3.1.2	Políticas e programas nacional e estadual de educação ambiental.....	34
3.1.3	Proposta Curricular de Santa Catarina.....	36
3.2	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SOCIOAMBIENTAIS.....	38
3.3	PROJETOS E PROGRAMAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (SED/ SC).....	40
3.4	GESTÃO EDUCACIONAL SOCIOAMBIENTAL.....	42
3.5	DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	46
3.6	DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL COMO INDICADOR NA EDUCAÇÃO.....	56
3.6.1	Indicadores de qualidade na educação	57
3.6.2	Indicadores de sustentabilidade socioambiental escolar	59
4	PERCURSO METODOLÓGICO	62
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	63
4.2	LÓCUS DA PESQUISA	64
4.3	PARTICIPANTES DA PESQUISA	65
4.4	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	65
4.5	ASPECTOS ÉTICOS	70
4.6	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	70
5	RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS DE PESQUISA.....	72
5.1	RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS DE PESQUISA/ QUESTIONÁRIOS	72
5.1.1	Dimensão Gestão	72

5.1.2	Dimensão Social.....	75
5.1.3	Dimensão Currículo	79
5.1.4	Dimensão Ambiental	81
5.1.5	Dimensão Econômica	83
5.2	RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS DE PESQUISA /DOCUMENTOS	
	PGE E PPP	85
5.2.1	Dimensão Gestão	87
5.2.2	Dimensão Social.....	90
5.2.3	Dimensão Currículo	91
5.2.4	Dimensão Ambiental	93
5.1.5	Dimensão Econômica	95
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
	REFERÊNCIAS	101
	APÊNDICES	112
	Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	112
	Apêndice B – Questionário.....	114
	Apêndice C – Proposta de Artigo.....	126
	ANEXOS	128
	Anexo A – Orientações para a elaboração de Plano de Gestão Escolar	128
	Anexo B – Parecer n.º 405 aprovado em 14/12/2004	134

1 INTRODUÇÃO

A escola recebe exigências da sociedade em todos os âmbitos, tornando o ato de educar um desafio constante aos profissionais da educação. Na atualidade, um desses desafios é compreender e aplicar os princípios da sustentabilidade em todos os seus contextos, inclusive na gestão. Brito, Cunha e Síveres (2018, p. 396) afirmam que “as questões socioambientais internalizadas e vividas a partir dos ambientes educacionais são de relevante importância para a qualidade de vida das gerações atuais e, mais ainda, das gerações futuras”.

Educar para modificar requer compreender o ambiente em sua potencialidade para o bem-estar de todos. Assim,

[...] “a educação que desenvolvemos deve assumir eticamente um compromisso forte com um presente e futuro que redimensiona as relações entre sociedade e natureza. A complexidade dessas relações é intermediada na educação pela Educação Ambiental (EA) tema prioritário na discussão das instituições governamentais e não governamentais nacionais e internacionais” (SED, 2018, p. 33).

Esse olhar prioritário às discussões é devido à amplitude dos problemas ambientais do Planeta, compreendidos como fatores que modificam o ambiente prejudicando as relações dos seres vivos e comprometendo a continuidade das espécies.

O conhecimento histórico dessas discussões de instituições governamentais, é fundamental para compreendermos as políticas e as práticas da educação ambiental no nosso País. No Brasil, a Educação Ambiental (EA) tem uma Política pública que a garante em 27 de abril de 1999, referida pelo n.º 9.795. Esta lei:

“[...] entende por EA os processos em que o indivíduo e a sociedade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999, Art. 1º).

A Lei n.º 9795/99 acolheu muitas ideias apontadas nas diversas conferências internacionais, o que conferiu à EA um caráter socioambiental decorrente das propostas de desenvolvimento sustentável nas escolas. Assim, tornar efetiva a EA em todos os níveis e modalidades é muito importante não só para atender a atual legislação, mas pela necessidade de soluções adequadas aos graves problemas que afetam o Planeta.

Essas discussões e a criação de mecanismos legais relacionados à preservação do meio ambiente, implicaram em alterações também no sistema educacional o que podemos constatar

nos documentos norteadores da educação básica como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB n.º 9394/96 (BRASIL, 1996), a educação básica agrega três etapas: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Deve ser assegurada a todos os indivíduos, sendo direito a ser garantido pelo Estado, pela família e pela Constituição, compreendemos que a Educação Ambiental é apresentada como direito, que tem na educação formal um dos importantes meios para sua viabilidade.

Nessa perspectiva, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados em 1998, apresentam a Educação Ambiental como tema transversal. Em caderno específico, indica como incorporar a dimensão ambiental nos currículos escolares (BRASIL, 1998). As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental (DCNEA), de forma semelhante, defendem a abordagem da Educação Ambiental de forma transversal e a preservação do meio ambiente enquanto responsabilidade de todos os indivíduos, dever do exercício da cidadania para o bem comum (BRASIL, 2012). Nesta mesma vertente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) defende a necessidade de uma sociedade sustentável (BRASIL, 2017). Tida as reflexões iniciais acerca da Educação Ambiental, para e na sociedade brasileira, fica claro os crescentes avanços, principalmente em documentos legais e norteadores. Quanto a proposta Curricular Estadual, neste estudo será tratada o currículo território Catarinense.

Inquietude, crença e conhecimento são as razões que levaram a essa pesquisa e todas estão relacionadas com a minha trajetória pessoal e profissional. O interesse pelas questões socioambientais reporta-se à época da graduação em ciências naturais em (1989 – 1992) pela Universidade do Planalto catarinense (UNIPLAC), época que também iniciei minha carreira como professora de ciências e matemática, a qual mais tarde fiz também a graduação em matemática pela mesma universidade. Toda essa inquietude e busca por conhecimento me motivou desenvolver vários projetos nas escolas como feiras de ciências, implantação de laboratórios de matemática e muitas outras ações envolvendo a comunidade escolar, o meio ambiente e suas relações. Seguiu com uma preocupação, todas as ações que desenvolvia eram pontuais da disciplina de ciências e ou matemática, às vezes envolvendo outros professores, mas continuavam sendo pontuais.

Surgiu então, a necessidade de me especializar em gestão escolar para entender esse universo fora de sala de aula e com essa e outras formações, novas oportunidades de trabalho surgiram. Fui coordenadora regional do núcleo de educação do SENAI/Lages atendendo quatro municípios, presidente do Fórum de municipal educação, do conselho municipal educação de Lages, membro da comissão própria de avaliação UNIPLAC (CPA) universidade comunitária,

membro do grupo de trabalho de educação ambiental da região da serra catarinense (GTEA/Rh4) e mais recentemente, gerente regional de educação de Lages atendendo 12 municípios e 54 escolas.

Com o objetivo de minimizar essa inquietação de desempenhar cada vez melhor minha profissão e responder com mais qualidade às exigências da sociedade em relação às escolas, busquei o Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) desenvolvendo a pesquisa com o olhar voltado à gestão escolar e às questões socioambientais nas escolas públicas, uma oportunidade de tornar as questões de sustentabilidade socioambiental como cultura nas escolas partindo do envolvimento de toda a comunidade escolar, balizados pelos indicadores de sustentabilidade socioambientais. Por meio desse contexto, chegamos ao tema Gestão Socioambiental em Escolas Públicas: Indicadores de Sustentabilidade. É importante ressaltar que durante toda a minha trajetória na educação, sempre atuei em sala de aula.

No período que trabalhei como coordenadora regional de educação em Lages/SC pude observar que a gestão socioambiental nas escolas públicas pode ser uma oportunidade para a transformação e atualização da administração escolar. “A escola necessita ter clareza sobre a realidade do cenário socioambiental que acerca, para que, em seu replanejamento e intervenção, possa conduzir suas ações de forma estratégica” (SED/SC, 2018, p. 39).

Nesse contexto, o monitoramento dos indicadores socioambientais será importante para a comunidade escolar, especialmente para os gestores de escolas públicas, pois o acompanhamento representará um avanço qualitativo para a escola e para todos os atores envolvidos nela. “O processo de diagnóstico socioambiental auxiliará a escola na aproximação com seu espaço geográfico, socioeconômico, de modo a possibilitar a interpretação das tendências que orientam a configuração da realidade” (SED/SC, 2018, p. 39).

Dessa maneira, a implantação de indicadores socioambientais dará subsídios para o planejamento de estratégias que organizem a escola, de modo a contemplar as diversas dimensões do contexto socioambiental tais como, social, curricular, ambiental, gestão de processos e econômica.

A abordagem metodológica utilizada foi de caráter qualitativo. A coleta de dados foi feita por meio de pesquisa documental e a análise dos Projetos Político Pedagógicos (PPP) e os

Planos de Gestão escolar (PGE)¹ das três escolas campo. Outro procedimento de coleta de dados foi a aplicação de um questionário *online* com os gestores das respectivas unidades escolares. Para análise de conteúdo foi utilizado a metodologia proposta por Bardin (2016). Para selecionar as escolas para pesquisa, foi levado em consideração as escolas com maior número de estudantes.

A partir de minhas observações enquanto coordenadora constatou-se que os gestores das escolas públicas trabalham com um conjunto de fatores que dizem respeito à gestão socioambiental. Por exemplo, a gestão de pessoas; licitação e compras de bens duráveis e de material de consumo; manutenção do prédio e dos espaços abertos; gestão de resíduos sólidos, cuidados com os espaços externos como jardins e hortas escolares, redução no consumo de água e energia.

Acredita-se que é possível uma gestão adequada às diretrizes socioambientais com ganhos para a escola. Entre os ganhos, estão a implantação de um fluxo organizado dos resíduos sólidos incluindo a coleta seletiva, reutilização e reciclagem, destinação correta de resíduo eletrônico, eficiência energética dos aparelhos eletroeletrônicos, o que significa redução no consumo de energia elétrica; conforto térmico nas dependências da escola.

Outras ações características das diretrizes socioambientais como o uso de equipamentos hidráulicos que reduzam o consumo da água, obras de arquitetura e engenharia que utilizem produtos com padrões de sustentabilidade, em que se aproveitam elementos como luminosidade, ventilação e sombreamento natural, entre outras alternativas, para aperfeiçoar os gastos na escola. Sempre respeitando o meio ambiente e incorporando essas ações como prática pedagógica com a participação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, assim como ocorre no terceiro setor:

A partir de meados da década de 80, [...] a mobilização em torno da questão ambiental multiplicava os debates sobre esta temática em diversos países, o setor público, por meio de suas agências ambientais, aprimorava a regulação ambiental, fazendo com que os danos e ameaças ao meio ambiente se tornassem um custo direto para os negócios. Além disso, a exposição na mídia de tragédias ambientais provocadas por

¹ Desde 2013 a Secretaria de Estado da Educação (SED) fortalece a gestão democrática e os processos de participação da comunidade escolar e das instâncias colegiadas, instituindo a possibilidade da escolha do seu gestor por meio da análise de propostas de Plano de Gestão Escolar (PGE), apresentadas por profissionais da educação interessados em ocupar a função de Diretor de Unidade Escolar.

O PGE explicita metas, objetivos e ações, que evidenciam o compromisso com o acesso, a permanência, a inclusão, o percurso formativo com êxito na aprendizagem, na perspectiva da formação integral do estudante da Educação Básica e Profissional. Além de representar ainda o compromisso da gestão com a comunidade escolar e com a SED (SED/SC, 2021).

grandes empresas colocava o setor industrial como alvo prioritário dos protestos de grupos ambientalistas (DEMAJOROVIC, 2010, p. 68).

Todas essas questões ambientais, apontadas por Demajorovic (2010), levaram a incorporação de princípios socioambientais, também pela escola, inclusive como objetivo principal de uma ação do Ministério da Educação (MEC), o Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES, 2014), que propõe incentivar as escolas brasileiras a realizarem sua transição para a sustentabilidade socioambiental, considerando que essa transição é premissa fundamental para a melhoria da qualidade da educação pública. O programa define espaços educadores sustentáveis como aqueles que:

[...] em seu fazer pedagógico, criam condições para promover a cultura da sustentabilidade socioambiental as instituições educacionais devem ser incubadoras e polos de irradiação de uma cultura fundada nos valores do diálogo, do cuidado, da solidariedade, da participação, do direito à diversidade e da sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014, p. 85).

Nesse contexto, os saberes e práticas produzidas pela educação ambiental são a base para o desenvolvimento da sustentabilidade socioambiental nas últimas décadas.

Para Lima (2013) a educação ambiental pode ser trabalhada de forma aberta e de acordo com a Lei n.º 9.795/1999 (BRASIL, 1999), há a determinação que a educação ambiental deverá ocorrer em espaços formais e não formais. Sendo que:

[...] as vivências permitem compreender que os processos necessários ao desenvolvimento dessa Educação ainda ocorrem de forma unilateral, isto é, de fora para dentro das comunidades envolvidas. Esse, certamente, foi o desafio maior desse processo: pensar a educação ambiental e suas estratégias como um Modelo Aberto, ou seja, um modelo que impõe, ao sujeito externo, a responsabilidade de (re)significar e (re)construir o conhecimento, a cultura, a história e a identidade local (LIMA, 2013, p. 162).

Diante disso, a autora expõe que a educação ambiental se mostra como uma estratégia de circulação de conhecimentos e práticas socioambientais, em que possibilita a troca de informações entre a comunidade escolar interna e externa. Partindo desse princípio de educação ambiental aberta, este estudo tratará em âmbito educacional que as ações socioambientais serão compreendidas como: interna a comunidade escolar e externa a sociedade.

Dentro desta perspectiva, a autora traz as ações sobre as questões ambientais no modelo aberto, como uma via de mão dupla a relação das Comunidades com Unidades Legais de Planejamento e Gestão Ambiental. Essa relação acontece ora de fora para dentro das

comunidades escolares, ora de dentro para fora, garantindo assim, a participação de todos nas decisões ambientais, entendendo a participação social ambiental como um instrumento de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, indicadores socioambientais educacionais podem contribuir com a relação participativa e assertiva nas decisões tomadas nas unidades escolares, sendo uma ferramenta para gestão na perspectiva da qualidade educacional. A problemática desse estudo está pautada na **questão**: Como os indicadores de sustentabilidade podem contribuir com o processo de gestão socioambiental nas escolas públicas?

Para isso, foram selecionadas três escolas de educação básica de Lages/SC, as unidades escolares: EEB Vidal Ramos Junior, EEB Industrial de Lages, EEB Nossa Senhora do Rosário, a fim de entender como acontece o processo da gestão socioambiental e os indicadores como um trabalho estratégico na escola.

Nesse sentido, neste estudo propõe-se como **objetivo geral**: Analisar indicadores de sustentabilidade socioambiental que podem contribuir com o processo de gestão de três escolas públicas estaduais em Lages (SC).

. Para atender ao objetivo geral, este estudo foi desdobrado nos seguintes **objetivos específicos**: a) Identificar indícios de gestão socioambiental nos planos de gestão educacional projetos políticos pedagógicos das três unidades escolares estaduais da regional Lages-SC; b) Identificar práticas de gestão socioambiental nas escolas públicas. c) Propor indicadores socioambientais para as escolas públicas estaduais.

Jacobi (2003) elucida que a reflexão sobre a complexidade da educação ambiental, a qual privilegia o diálogo entre as diferentes áreas do saber, ajuda a compreender a formação de novos atores sociais comprometidos com um processo educativo articulado com a sustentabilidade. Paralelamente, tal reflexão também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais e transformam a forma de pensar o conhecimento e as práticas educacionais.

Ressalta-se que essa pesquisa aconteceu durante a pandemia² da Covid-19. A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus SARS COV 2. Nesse período, as aulas do mestrado foram on-line, tivemos somente um encontro presencial. No dia 17 de julho

² Pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa (SANTOS, 2021).

de 2020, foi editado o decreto n.º 724 que determinava suspensão das aulas presenciais em todo o estado para evitar a circulação de mais de 1 milhão de pessoas para diminuir o risco de contágio. Após a secretaria estadual de saúde apresentar matriz da saúde que indicou que havia sete regiões catarinenses com risco potencial gravíssimo para Covid-19 (SED/SC 2021).

A rede pública de ensino do estado de Santa Catarina, no ano de 2020, teve o ensino remoto. No ano de 2021, o ensino a rede estadual de SC, ofertou aos alunos duas modalidades de ensino: Tempo casa / tempo escola (metade da turma em uma semana estudava na escola, na outra em casa com atividades encaminhadas pelos professores da semana anterior) e o totalmente em casa (ensino remoto com atividades encaminhadas pela escola). As atividades foram encaminhadas pela escola por meio da plataforma do *google for education* utilizando a ferramenta *classroom*, ou atividades impressas para aqueles alunos que não tinham acesso à internet (SED, 2021).

Todos esses encaminhamentos da rede estadual de ensino foram para adaptar – se ao Plano de Contingência Escolar (PLANCON) portaria 750/PlanCon-EDU/Covid-19 de 29/09/2020 que foi formulado à luz das diretrizes sanitárias para o retorno às aulas. O PLANCON foi elaborado de acordo com a realidade de cada comunidade escolar, sendo obrigatório a todos os sistemas de ensino do estado de SC.

O primeiro conjunto de diretrizes para o retorno de alunos e professores à sala de aula em Santa Catarina foi apresentado à sociedade no dia 28 de julho de 2020, em reunião com representantes das 15 entidades que contribuíram com o Comitê de Retomada das Aulas Presenciais. “O objetivo do documento é estabelecer os procedimentos que devem ser adotados por todas as unidades de ensino do Estado de modo a prevenir e reduzir a disseminação de Covid-19 no ambiente escolar quando a retomada for possível” (SED, 2021, p. 6).

O documento foi dividido em oito diretrizes: medidas sanitárias, medidas pedagógicas, gestão de pessoas, alimentação escolar, transporte escolar, comunicação/informação, capacitação/formação e finanças essas diretrizes traçaram uma metodologia para cada escola seguir para garantir a segurança de toda a comunidade escolar.

“Lição sobre a incerteza de nossa vida. Há alguns meses, a epidemia e suas consequências nos põem diante de um festival de incertezas que vai durar ainda. Essas incertezas se referem a origem do vírus, a sua propagação desigual, às suas mutações, aos tratamentos, ao método correto de prevenção (isolamento, testes em massa, uso de máscara, rastreamento de contato), seu eventual desaparecimento ou à regressão para o estado endêmico, às suas sequelas políticas, econômicas, sociais, nacionais, planetárias. Isso nos incita a reconhecer que, mesmo escondida e recalcada, a incerteza acompanha a grande aventura da humanidade, cada história nacional cada vida

“normal”. Pois toda vida é uma aventura incerta: não sabemos de antemão para nós a vida pessoal, a saúde, a atividade profissional, o amor, nem quando ocorrerá a morte, ainda que seja indubitável. Com vírus e com crise se seguirão, provavelmente conheceremos mais incertezas do antes e precisamos nos aguerrir para conviver com isso” (MORIN, 2021, p. 25).

São muitas as incertezas nesse tempo de pandemia, a educação teve que se reinventar, se adaptar e inovar com o que tinha na escola para levar aos alunos o melhor possível em educação nesse momento de crise mundial. Para Morin (2021), nesse contexto da pandemia é mais trabalhoso aprendermos sobre as complexidades, pois as esferas foram compartimentadas em sanitária, econômica, ecológica, nacional e mundial. O que não se esperava e surpreendeu Estados e governos.

Morin acrescenta que a concepção tecnoeconômica predominante privilegia o cálculo como modo de conhecimento das realidades humanas (taxa de crescimento, PIB, pesquisas de opinião, etc.), ao passo que o sofrimento e a alegria, a felicidade e a infelicidade, o amor e o ódio são incalculáveis. Para Morin “[...] o que nos cega não é apenas a ignorância, mas também o conhecimento” (MORIN, 2021, p. 30).

A estrutura da dissertação está organizada em seções: a introdução que apresenta o significado da pesquisa para a autora, justificativa, descreve os objetivos, problema da pesquisa, e indica as seções da dissertação.

A segunda seção, mostra o estado da arte e descreve como está a produção científica sobre a gestão socioambiental e os indicadores de sustentabilidade nas escolas.

A terceira seção descreve o referencial teórico da pesquisa. Essa a seção fundamenta a gestão educacional, sendo democrática para desenvolver uma gestão socioambiental de acordo com os princípios de sustentabilidade e baseada na educação ambiental. Nessa seção, há as cinco dimensões de gestão socioambiental escolar e os oito indicadores de sustentabilidade socioambiental.

A quarta seção, discorre sobre o percurso metodológico e desenvolvimento da pesquisa, como procedimentos de análise e coleta de dados, análise dos resultados, aspectos éticos da pesquisa, ou seja, o caminho a ser trilhado na pesquisa.

A quinta seção expõe os resultados e análise dos dados de pesquisa. E por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais sobre a investigação proposta.

2 ESTADO DA ARTE DA PESQUISA

Ao realizar uma pesquisa acadêmica a revisão bibliográfica é fundamental, principalmente aquela feita em relação à temática do estudo. Nesta pesquisa optou-se pelo estado da arte.

O estado da arte é o mapeamento das produções bibliográficas referentes à temática da pesquisa que possibilita o conhecimento e/ou reconhecimento de estudos já realizados no Brasil (em alguns casos no mundo), com temáticas e linhas de pesquisas, parecidas às que se está estudando. Ajuda o pesquisador na fundamentação para defender sua pesquisa, refletir e comprovar sua viabilidade (DENDASCK, 2019).

Soares em 1999 indicava que o Estado da Arte é um estudo bibliográfico de caráter inventariante que pode servir de base para o desenvolvimento das produções que buscam preencher lacunas detectadas no campo de conhecimento em questão, tendo como objetivo “[...] inventariar e sistematizar a produção em determinada área do conhecimento” (SOARES, 1999, p. 4).

Ferreira (2002) definiu Estado da Arte aproximando a conceituação a que Soares já havia proposto, como sendo estudos bibliográficos de caráter inventariante, indicando ainda que além de mapear produções teóricas de determinada área do conhecimento tem o objetivo de

[...] discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas (FERREIRA, 2002, p. 258).

A autora esclarece que esse tipo de pesquisa deve-se realizar a partir de banco de dados diferentes como “[...] teses de doutorado, de mestrado, artigos publicados em periódicos e comunicação em anais de eventos, congressos e seminários” (FERREIRA, 2002, p. 258).

Para realização do estado da arte desse estudo, foram inicialmente utilizados os descritores relacionados ao tema da pesquisa: Indicadores, educação, sustentabilidade. Logo após início da busca, verificou-se com a orientadora, que os descritores estavam muito amplos em relação ao tema da dissertação. Então, foram definidos os seguintes descritores: Gestão escolar, indicadores, sustentabilidade socioambiental. Para a realização dessa pesquisa, foi

realizada uma revisão bibliográfica, efetivada por meio de buscas *on-line* de periódicos na base de dados do Portal Brasileiro de Informação Científica (CAPES).

A escolha do site acima descrito se deu por ele apresentar artigos de credibilidade e trazer temas relevantes para essa dissertação. A pesquisa foi realizada entre maio e agosto de 2020, na seguinte ordem: Por meio da busca avançada, utilizando-se as palavras chaves (os descritores) do tema proposto na pesquisa, e para o filtro foram selecionadas publicações a partir de 2014, com foco apenas em publicações dos idiomas em português e espanhol. Em áreas de conhecimento, avaliação e de concentração todos com filtro em educação. Não foi selecionado programa, instituição e projetos.

Sistema de busca partindo dos descritores: Gestão escolar, Indicadores, sustentabilidade socioambiental.

Quadro 1 – Resultados da busca do Estado da Arte (Periódicos CAPES)

DESCRIPTORES	RESULTADOS DE BUSCA	SELECIONADOS
Gestão escolar AND Indicadores	31	3
Gestão escolar AND sustentabilidade socioambiental	17	4
Indicadores AND sustentabilidade socioambiental	5	2
Total	53	9

Fonte: autora (2021).

Foram qualificados para pesquisa publicações para cada descritor, relacionando-os entre si com o operador booleano AND. A análise para a escolha das publicações relacionadas ao tema foi feita seguindo os seguintes critérios: leitura do título, do objetivo e do resumo de cada uma. Das três buscas realizadas, obtive 53 resultados, foram descartados artigos repetidos ou que seus respectivos textos não se encontravam coerente ao do tema da dissertação. Totalizando 9 publicações consideradas ao final da pesquisa.

2.1 PRIMEIRA BUSCA COM O DESCRITOR “GESTÃO ESCOLAR AND INDICADORES”

Seguindo os critérios de filtro, foram encontrados 31 resultados e seguindo os critérios de análise, 3 artigos foram selecionados. Nesta busca, a maioria das publicações refere-se a somente indicadores educacionais.

A primeira publicação tem como autora Rita de Cássia Nascimento Silva, com o tema “As competências pedagógicas e a construção do plano de gestão escolar: desafios e possibilidades de uma ação compartilhada” (SILVA, 2020), Instituição de Ensino: Universidade do Estado da Bahia.

A autora analisa de que forma as competências pedagógicas, a infraestrutura e o entendimento dialético entre os sujeitos que compõem a comunidade escolar promovem a construção de indicadores para um plano estratégico de gestão, a partir de uma ação compartilhada. Para atingir tal propósito, a autora avaliou dados informativos da comunidade escolar: identificando as competências pedagógicas; identificando por meio de estratégia facilitadora a compreensão dos pais e alunos no que diz respeito à gestão escolar, como apoio na construção de indicadores para um plano estratégico de gestão escolar. A pesquisa da autora contemplou uma unidade de ensino do município de Barreiras, entrevistando os professores com formação em Pedagogia, bem como a diretora, coordenadoras, pais e alunos da unidade. Com base nos dados, a autora pode compor os principais elementos de um Plano de Gestão, que são: Organização/Equipe de Gestão, Caracterização da Unidade Escolar (Ambientes Pedagógicos e Ambientes Administrativos, Linhas Básicas do Projeto Político Pedagógico), e Indicadores do Quadro de Metas.

Segunda Publicação: Amarolina Ribeiro com o tema “Desenvolvimento sustentável” (RIBEIRO, 2003). A autora traz o conceito da expressão “desenvolvimento sustentável” que é utilizada para nominar um modelo econômico, buscando conciliar desenvolvimento econômico à preservação e manutenção dos recursos naturais. Entre dezenas de recomendações, a autora apresenta duas preocupações fundamentais: A preservação do meio ambiente para as futuras gerações – garantindo recursos naturais para a subsistência da espécie humana e demais seres vivos, e a diminuição da fome e da pobreza – que segundo a autora, é causa, mas também é provocada pelo desequilíbrio ecológico e pelo alto padrão de consumo.

Terceira Publicação: Cristiane Aparecida Fantinel, que traz como tema “Avaliação do Ensino e Aprendizagem escolar, relações entre as políticas públicas e Avaliação e a prática pedagógica”. Mestrado em Educação, Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

A autora buscou investigar como se constituem as práticas avaliativas dos docentes do ensino fundamental, anos finais, frente às orientações para a avaliação do ensino e aprendizagem escolar emanadas das políticas públicas de avaliação para a educação básica. A investigação delineou-se por um estudo de caso, com análise documental e entrevista

semiestruturada. A autora destaca que as políticas públicas são incisivas na organização escolar e prática pedagógica, com influência na construção dos documentos oficiais da escola e direcionamento na organização avaliativa através das legislações, instruções, orientações, formações continuadas e programas. Evidenciou a prática neotecnicista no cotidiano escolar, bem como a percepção do neoconstrutivismo, como uma possibilidade salutar para superação de tal prática. Destacou, também, na prática avaliativa, o produtivismo, a quantificação do conhecimento e o processo de culpabilização assumidos pela comunidade escolar. São evidenciadas políticas públicas de avaliação que influenciam a prática pedagógica, a partir de uma perspectiva reducionista e controladora da educação, em detrimento de uma educação com qualidade social.

2.2 SEGUNDA BUSCA COM O DESCRITOR “GESTÃO ESCOLAR AND SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL”

Foram encontrados 17 resultados sendo que a grande maioria se refere à educação do campo, algumas sobre a formação de professores de ciências e biologia. Das dissertações selecionadas seguindo os critérios de filtro e de análise elencamos 4 publicações coerentes ao tema.

Primeira Publicação: Cirstian Danilo Cerda com o tema, *La Mediación Pedagógica de la Educación Ambiental en el cotidiano escolar Experiencias vividas por asesores y coordinadores pedagógicos*. Mestrado em Educação Ambiental, instituição de ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

Cerda (2016) aborda experiências vividas pelos orientadores e coordenadores pedagógicos no cotidiano escolar, estabelecendo uma aproximação com o mundo, e entendendo como acontece o fenômeno da mediação pedagógica e a Educação Ambiental. Para o autor, a pesquisa qualitativa foi fundamental para analisar o tema estudado, através de um caminho teórico e metodológico, o que facilitou a interpretação do autor para os dados extraídos das entrevistas semiestruturadas dos participantes na investigação, resultando em três aspectos temáticos: O primeiro aspecto é “A Natureza das mediações de educação ambiental” (CERDA, 2016, p. 26), o qual descreve e interpreta como acontece o processo de mediação e os significados atribuídos pelos participantes através das práticas relatadas, de acordo com a análise feita. O autor destaca que nesse sentido, muitas práticas são desenvolvidas pelos atores envolvidos no sentido de cultuar datas comemorativas relativas ao tema. O segundo aspecto é

“A mediação pedagógica da educação ambiental implica no pertencimento à escola” (CERDA, 2016, p. 41), diante disso, a pesquisa mostra qual a prioridade em mobilizar o pensamento ambiental, ressignificando a escola como um lugar de pertencimento, um lugar de relações influenciadas por constantes mudanças, o autor identifica através da análise da pesquisa as ações como mobilizadoras do pensamento e de pertencimento à escola. O terceiro aspecto é “A mediação pedagógica da educação ambiental implica atuar com tato pedagógico” (CERDA, 2016, p. 49), o autor aborda a formação dos orientadores e coordenadores para mediar a temática ambiental. Segundo o autor, a compreensão dos aspectos apresentados, permite concluir que a mediação pedagógica da educação ambiental é uma realidade no cotidiano escolar, associa questões de caráter socioambiental às atividades, orientadas pela escola e as necessidades que nela existem identificados no quadro do diálogo sobre práticas cristalizadas ou reduzidas à atividade de conservação. Em contraposição às questões da sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade e transversalidade expressas nos currículos e nas políticas públicas. Em suma, compreende que a formação continuada do coordenador pedagógico e orientador é de vital importância para instituição de ensino, pois ao estabelecer sua função mediadora, abre também espaços para discutir e trabalhar as demandas socioambientais, em sua integralidade, desde o chão da escola até o nível global e vice-versa.

Segunda Publicação: Ana Rafaela Gonçalves de Lemos, com o tema “Práticas pedagógicas de educação ambiental em escolas municipais de Manaus” 16/12/2015. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Amazonas.

Nessa pesquisa, a autora evidencia a importância de traçar um quadro real sobre a forma como a Educação Ambiental está sendo desenvolvida nas escolas municipais de Manaus, ou seja, evidenciar as questões que inviabilizam e as que efetivam sua prática para que possamos aperfeiçoar cada vez os caminhos para sua consolidação nas escolas. Nesse sentido, a autora buscou analisar as práticas pedagógicas de Educação Ambiental na execução da Agenda Ambiental Escolar em duas escolas municipais de Manaus. As discussões consideraram as informações da pesquisa de campo, que utilizou os seguintes instrumentos técnicos de pesquisa: entrevista semiestruturada para os gestores, pedagogos e professores e a aplicação de um questionário para os educandos do 9.º ano do Ensino Fundamental.

As práticas pedagógicas de Educação Ambiental das duas escolas mostraram-se incipientes, considerando a forma “simplista” com que são abordadas a complexidade ambiental e suas implicações na sociedade e no contexto escolar, o que remete a uma prática conservadora da Educação Ambiental. Contudo, a autora entendeu que pelo viés da cultura e

da sustentabilidade, é possível desenvolver uma Educação Ambiental que favoreça nos educandos uma consciência crítica, reflexiva e analítica. Levando-os a participar nas soluções dos problemas socioambientais de sua realidade local, desenvolvendo uma dinâmica interativa com todos os atores sociais para se tornarem atuantes no processo de transformação da realidade socioambiental ao mudar a forma de se relacionar com a natureza.

Terceira publicação: Lucélia Bárbara Moraes com o tema “Educação ambiental em (re)vista: a produção discursiva da revista nova escola” Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Uberlândia. Nessa publicação, a autora visa analisar um artefato cultural criado para promover a informação e a formação de professores da educação básica. Ela buscou compreender as possibilidades que a Revista Nova Escola (RNE), publicada pela Editora Abril. Apresenta aos educadores, na sua complexa tarefa de promover a EA. A autora analisou os diferentes tipos de textos e os sentidos produzidos pela referida revista, sobre a questão da EA no contexto escolar, tentando responder às seguintes questões: como as questões ambientais são apresentadas na Revista Nova Escola? Que discursos ela defende sobre meio ambiente e Educação Ambiental? Como a revista procura formar o professor para atuar na Educação ambiental? A pesquisa documental nos possibilitou a autora compreender que o discurso sobre meio ambiente construído pela Nova Escola, está profundamente conectado ao discurso empresarial e a defesa do desenvolvimento sustentável. O discurso da sustentabilidade é veementemente defendido pela revista como alternativa para a resolução dos desafios ambientais. Além disso, verificou que o professor, para a revista analisada, é visto como um sujeito que necessita de modelos de práticas pedagógicas, muito mais do que a preocupação com a formação do intelectual crítico. A revista é prescritiva com relação às sugestões metodológicas e modelos de práticas de ensino, dando ênfase ao pragmatismo, mais do que a formação do docente crítico-reflexivo. Essa constatação foi respaldada pela autora através da pesquisa bibliográfica, em que autores especializados do setor de ensino e em Educação Ambiental, como Sauv  , Layrargues, Sorrentino e Reigota, propõem uma educa  o ambiental crítica, que para além do pragmatismo ou do voluntarismo perseverar na forma  o e na reflexão sobre os desafios ambientais enfrentados na atualidade.

Quarta Publica  o: Jaqueline Marcia de Souza Vieira. “Os sujeitos do ensino médio e a cultura da sustentabilidade”. Mestrado em Educa  o. Institui  o de Ensino: Universidade do Vale do Itajaí, 2017. Nesta pesquisa, a autora constatou, por meio das análises realizadas nos documentos curriculares (PPP e PE) e nas falas dos docentes e discentes, que a problemática socioambiental, e indícios de EA e Sustentabilidade, apareceram nas abordagens da escola.

Percebeu-se adesão, prontidão, loquacidade e espontaneidade nas respostas, bem como o envolvimento e a preocupação com as questões ambientais. A autora conclui que os docentes e discentes, têm necessidade de um comprometimento ainda maior com as causas da EA e da cultura da sustentabilidade na escola, e conseqüentemente, na comunidade local. Muitas vezes, porém, os docentes não sabem como efetivá-las na prática (interligar currículo, gestão democrática, espaço físico e relação com a comunidade), porque essas estratégias e metodologias não foram proporcionadas e trabalhadas em sua formação inicial e continuada.

Enfatizou a importância da oferta constante de formação continuada em EA para a equipe escolar, com o propósito de abrir horizontes e direcionar a práxis pedagógica aos sujeitos do Ensino Médio e a comunidade local como um todo, para que nelas se estabeleça, de maneira contínua e unânime, a cultura da sustentabilidade proposta pelas Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental e o Programa Nacional Escolas Sustentáveis.

2.3 TERCEIRA BUSCA COM O DESCRITOR “INDICADORES AND SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL”

Seguindo os critérios estabelecidos para filtro, foram encontradas cinco publicações. Dessas, pelos critérios de análise foram consideradas duas publicações que estavam de acordo com o tema. Nessa pesquisa, a maioria das publicações refere-se a instituições de ensino privado.

Primeira publicação: Amanda do Nascimento da Silva, “A ambientalização curricular na educação superior”: um estudo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (SILVA, 2015). Para essa pesquisa, a autora utilizou a metodologia de observação do participante, grupos focais, entrevistas semiestruturadas e roda de conversa sobre sustentabilidade, além de revisão bibliográfica e da análise de documentos como os planos de ensino e as avaliações institucionais dos estudantes. A autora observa que os resultados indicam a existência de disciplinas ambientalmente orientadas que correspondem a uma das experiências concretas de ambientalização curricular da PUC/RS. No entanto, ainda é preciso avançar em uma abordagem mais qualitativa no sentido de definir com maior precisão em quais disciplinas as questões socioambientais estão explicitadas. O dado desse levantamento permitiu à autora observar que ainda se conta com um entendimento polissêmico dos termos disciplinas ambientalmente orientadas e sustentabilidade ambiental, o que dificultou a análise. Através do acompanhamento das disciplinas ambientalmente orientadas, percebe-se que a sua realização

estimula o interesse dos alunos pela temática socioambiental. Além disso, essas disciplinas possibilitam a interação entre estudantes de diferentes unidades acadêmicas, o que tem contribuído com a ampliação das suas visões de sustentabilidade. A autora destaca ainda, que há muito a se avançar nas discussões acerca da ambientalização do currículo no âmbito universitário, o que pode ocorrer por meio de uma abordagem mais sistêmica e integrada dos conteúdos, do aumento do envolvimento dos alunos na construção curricular e do avanço da incorporação da temática ecológica nos cursos de graduação.

Segunda publicação: Simone Engler Hahn. “Filosofia Marista e indicadores do Cenário educacional atual: uma tessitura possível”. A autora buscou percorrer seus estudos por meio de uma abordagem qualitativa, descritiva e interpretativa, para exigir o desvelamento do sentido e significado do seu olhar diante dos dados obtidos. A autora desenvolveu a pesquisa em colégios situados em diferentes municípios do Rio Grande do Sul, tendo como sujeitos três Diretores de Colégios Maristas, assim selecionados: Gestores atuando na mesma unidade escolar por mais de três anos que apresentaram comprovados resultados no exercício da gestão, junto à comunidade educativa, mediante avaliação de indicadores de desempenhos financeiros e acadêmicos. Seu aporte teórico básico: Projeto Educativo do Brasil Marista (2010), Covey (1994), Murad (2007), Boff (2013) e Lück (2006). A autora utilizou entrevistas semiestruturadas com os Gestores selecionados e analisou documentos dos respectivos colégios. Utilizou a série histórica de três anos (2012/2014), obtendo mapeamento de indicadores importantes para esses colégios, que colaboraram no conjunto de elementos para compor a pesquisa. Como base para análise de seus dados, foram utilizados os resultados de entrevistas, Relatórios de Desempenho Acadêmico e Financeiro, ancorados para análise em Moraes e Galianzi (2007) e Salvador (1986). A Autora acredita que o desenvolvimento desse tema, possibilitou oferecer: uma reflexão mais qualificada no que tange ao desempenho dos Gestores de Colégios da PMRS, no intuito de conciliar, no exercício da função, a inseparabilidade da Filosofia Marista com os indicadores do cenário educacional atual, tendo em vista a sustentabilidade, bem como indicar caminhos na formação dos atuais e futuros gestores da Rede.

Como síntese dessa busca, verificou-se que os indicadores educacionais são utilizados de uma forma mais quantitativa tendo como finalidades principais fazer o diagnóstico, a comparação e também para definir a estratégia que será utilizada para melhorar esses indicadores. De acordo com a pesquisa feita, não são identificados critérios pontuais sobre a utilização de indicadores de sustentabilidade em geral. As pesquisas que se referem a esses

indicadores estão relacionadas às escolas privadas. Em relação à gestão escolar e sustentabilidade socioambiental encontram-se poucas pesquisas relacionadas ao tema o que torna o estudo sobre gestão socioambiental nas escolas públicas estaduais incipiente pela falta de referências, mas ao mesmo tempo é um caminho possível de ser trilhado com várias possibilidades.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é que permite fundamentar, dar consistência a toda a pesquisa. Tem a função de nortear o estudo, apresentando um embasamento da literatura já publicada sobre o mesmo tema, demonstrando que o pesquisador tem conhecimento suficiente em relação às pesquisas relacionadas e às concepções teóricas que apoiam o estudo. “O referencial teórico deve conter um apanhado do que existe, de mais atual na abordagem do tema escolhido, mesmo que as teorias atuais não façam parte de suas escolhas” (MARION; DIAS; TRALDI, 2002, p. 74).

3.1 MARCOS LEGAIS SOBRE SUSTENTABILIDADE

Descrever sobre marcos legais ou sobre acontecimentos da história das questões ambientais pressupõe ter em pauta que o entendimento desses contextos não deve estar articulado somente no sentido cronológico dos fatos, mas também num sentido político dialético, em que se colocam em questionamento os fatos a partir de uma perspectiva crítica, a qual percebe – se semelhanças e divergências nas concepções de mundo e de prioridades nas diversas agendas sociais.

3.1.1 Principais Conferências Internacionais

Tratando-se dos principais momentos em que a Educação Ambiental (EA) evidenciou-se nas pautas políticas e sociais destacam-se eventos internacionais que tiveram relevância histórica, mas que inseridos nessa perspectiva, são apresentados de forma didática para ilustrar conquistas e sínteses dialéticas (SED/SC, 2018). As conferências ambientais ajudam a consolidar a compreensão sobre as causas e as consequências das mudanças climáticas ao mesmo tempo que os líderes mundiais estabelecem acordos e compromissos em relação ao desenvolvimento sustentável.

O Quadro 2 traz os encontros mais importantes que aconteceram antes da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-26) e quais foram os seus resultados.

Quadro 2 – Principais Conferências Internacionais

LOCAL	DESCRIÇÃO	CONTEXTO	RESULTADOS
ESTOCOLMO (1972).	A primeira conferência das Nações Unidas. Ambiente e Desenvolvimento.	Realizada para discutir problemas ambientais no mundo, alertou os países sobre as consequências da degradação ambiental para o planeta.	Declaração de Estocolmo com 26 princípios norteadores das decisões sobre políticas ambientais; criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
1979- WCC-1 Genebra/ Suíça	A Primeira Conferência Mundial do Clima (WCC-1) foi convocada em 1979 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), como “uma conferência mundial de especialistas em clima e humanidade”.	O WCC-1 foi realizado em Genebra (Suíça) e previu a formação do Programa Mundial do Clima, do Programa Mundial de Pesquisa do Clima, além de ter colaborado para tornar possível, anos mais tarde, o estabelecimento do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em 1988.	O encontro organizou grupos para analisar informações sobre o clima, tópicos importantes e pesquisas sobre mudanças climáticas.
(1983)	Criação da Comissão sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento	Após avaliação das ações propostas pela Conferência de Estocolmo, promoveu a discussão entre líderes de governo e membros da sociedade civil.	Apresentação do “Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum”, que instituiu o conceito de desenvolvimento sustentável, sugerindo a conciliação entre questões sociais e ambientais.
1992 - RIO 92 Brasil - Rio de Janeiro.	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio – 92).	Convocada a partir da descoberta de impactos como o buraco na camada de ozônio e perda da biodiversidade.	Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Agenda 21; Princípios para a administração sustentável das florestas; Convenção da Biodiversidade e sobre a Mudança do Clima.
JOHANNESBURGO (2002)	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10)	Avaliação e busca por ações de aceleração e fortalecimento dos princípios da Rio-92.	Plano de Implementação; Declaração de Johannesburgo ou Declaração Política.
RIO DE JANEIRO (2012)	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20	Busca pela renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.	Documento final - O Futuro que queremos

Continua...

LOCAL	DESCRIÇÃO	CONTEXTO	RESULTADOS
COP21 E O ACORDO DE PARIS	A COP-21 tratou principalmente do Acordo de Paris, um documento inovador no mundo da diplomacia climática.	O Acordo de Paris visava limitar os aumentos de temperatura no século 21 para menos de 2°C e, se possível, até menos de 1,5°C. Além disso, pretendia capacitar os países a mitigar o impacto da mudança climática, com tecnologia atualizada, uma estrutura de resposta aprimorada e mais transparente, mais consciência pública sobre questões ambientais e maior apoio financeiro para as nações em desenvolvimento.	Pela primeira vez em duas décadas, um acordo universal sobre o clima, que era juridicamente vinculativo, foi finalmente alcançado.

Fonte: Valente (2015, p. 15).

Partindo desses acontecimentos observa – se que vários documentos Nacionais e estaduais foram construídos aconteceram muitos avanços em termos de políticas e ações para as questões de educação ambiental, mas há a necessidade constante de acompanhamento para a efetivação desses documentos dentro da escola.

3.1.2 Políticas e programas nacional e estadual de educação ambiental

Nesta subseção serão apresentadas as principais políticas públicas nacionais e estaduais de educação ambiental. Marcos legais e os compromissos assumidos internacionalmente resguardam as questões ambientais corroborando com várias experiências sociológicas e ambientais, como exemplo a Constituição Federal de 1988 e a Lei n.º 9.795, de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A Lei n.º 9.795/99 dispõe que a EA deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, respeitando, em suas diretrizes nacionais, aquelas a serem complementadas discricionariamente pelos estabelecimentos de ensino (artigo 26, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB/96). (SED/SC, 2018).

Seguindo essa mesma linha de ações, em novembro de 2005, Santa Catarina sancionou a Lei n.º 13.558, que trata sobre a Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA), trazendo a EA como um componente essencial e permanente da educação estadual, em conformidade com o PNEA. Da mesma forma que a política nacional, em âmbito estadual, ela deve estar presente no processo educativo em caráter formal

e não formal, atuando diretamente na prática pedagógica, nas relações familiares, comunitárias e nos movimentos sociais para a formação da cidadania. A PEEA estabelece as competências, o conjunto de ações, critérios, instrumentos e metodologias para sua realização, bem como os órgãos gestores e de alocação de recursos para a sua implantação (SED/SC, 2018, p. 16).

Surgiram depois das políticas os programas nacional e estadual de educação ambiental coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Educação que compõem o órgão gestor da política Nacional Ambiental. As ações desse órgão destinam-se a garantir a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do país no que tange à educação. Para esse fim, quatro diretrizes são assumidas pelo Ministério do Meio Ambiente: a transversalidade; o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA); a sustentabilidade; a participação e controle social.

Nesse contexto, o governo do estado de Santa Catarina editou o Decreto n.º 3.726, regulamentando o Programa Estadual de Educação Ambiental de Santa Catarina (ProEEA/SC). Esse programa é definido por sete ações prioritárias inter-relacionadas com base em critérios e metodologias para a efetivação da EA no estado de Santa Catarina, que são: formação de recursos humanos para a EA, desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações, produção e divulgação de material educativo; acompanhamento e avaliação continuada, disponibilização permanente de informações, integração através da cultura de redes sociais, busca de fontes de recursos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) concede uma abertura para a construção de uma parte diversificada no currículo que é de responsabilidade do sistema de ensino aprofundar e escolher o que será implantado de acordo com a sua realidade. Neste sentido a educação ambiental, assim como outros conteúdos de âmbito dos direitos sociais, são entendidos como opcionais. Todos estes conteúdos são fundamentais e devem estar no PPP da escola. Ressalta-se que a educação ambiental é um tema transversal e poderá estar presente no cotidiano das crianças, com a intencionalidade pedagógica por parte do educador.

Essa intencionalidade [educativa] consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas. (BRASIL, 2017, p. 39).

O Currículo Base da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do ensino médio do Território Catarinense (2019) é a mais recente formulação de proposta educacional para o estado de Santa Catarina e foi elaborado em consonância com a BNCC.

No Currículo do Território, a temática ambiental é abordada de uma forma mais ampla e traz a diversidade como princípio formativo, bem como, princípios da educação ambiental e uma educação para as relações étnico-raciais. O documento menciona:

Assim sendo, no contexto da definição, compreendemos que a Educação Ambiental (EA) se caracteriza como processo e não evento, considerando a educação dos sujeitos para o conhecimento socioambiental e suas conexões, sustentadas na informação, na sensibilização e na mobilização individual e/ou coletiva para a construção de valores socioambientais, conhecimentos, habilidades, atitudes, tanto para a melhoria quanto para a sustentabilidade de todas as formas de vida; e que, no âmago do corpo-mente-espírito, possa promover a fé e a busca de esperança. (SANTA CATARINA, 2019, p. 24).

3.1.3 Proposta Curricular de Santa Catarina

A Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC) é o documento considerado norteador da prática pedagógica das escolas públicas da rede estadual de ensino. Desde sua primeira versão em 1988, o objetivo central da Proposta Curricular de Santa Catarina é constituir-se como um documento referencial teórico e metodológico para a ação educativa catarinense, fundamentado nos princípios do materialismo-histórico e dialético como filosofia e na abordagem histórico-cultural como abordagem pedagógica. A proposta é um conjunto de orientações curriculares que objetivam a melhoria da qualidade do ensino da rede pública estadual na perspectiva de direcionar a educação no sentido de inclusão social. Assim, por meio de uma construção coletiva ao longo dos anos, a PCSC vem sendo ampliada para atender novas demandas educacionais e curriculares, mas mantendo o eixo norteador que a fundamenta. Algumas mudanças na PCSC ocorreram, pois mudanças políticas e educacionais no estado também se modificaram.

De acordo com a PCSC (SANTA CATARINA, 2014, p. 19):

[...] “o cenário político da época propiciou ações que envolveram professores, técnicos e especialistas da rede estadual de ensino que se mostravam, a partir de estudos e processos de formação continuada, dispostos a construir uma nova alternativa curricular. Nesse movimento, entre os anos de 1988 e 1991, é formulada uma primeira edição da Proposta Curricular de Santa Catarina, que define uma concepção de sujeito, de projeto de escola e de sociedade. A partir daí diversos documentos são coletivamente produzidos, com a finalidade de consolidar uma

política curricular para o Estado de Santa Catarina, com destaque aos cadernos de 1998 e 2005 (SANTA CATARINA, 1998b, 2005). Paralelamente, houve significativo investimento em formação continuada para professores da rede”.

Em 2014, então, houve uma necessidade de mudanças na PCSC, tornando-se necessária para atender as demandas das redes do estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2014). Segundo a PCSC (SANTA CATARINA, 2014, p. 93), “[...] se compreende que a divisão disciplinar do conhecimento é incapaz de dar conta da problemática social e do cotidiano da sala de aula. Desta forma, problematizar estas ideias e buscar alternativas é também um dos objetivos desta atualização da Proposta Curricular”. Construída de forma colaborativa pela secretaria estadual de educação, regionais de educação, diretores e professores, a PCSC, tem como propósito conduzir o ensino básico no estado de Santa Catarina após vários acontecimentos políticos de épocas anteriores. Sendo um documento escrito por todos os profissionais de educação, tanto da educação básica quanto do curso superior, possuem a finalidade de melhorar a educação. Esse documento possui três eixos norteadores, sendo eles: a formação integral, o percurso formativo e a diversidade. Essas vertentes, expostas no PCSC, são pressupostos básicos para embasar a educação pública estadual, fazendo com que se tenha um processo de ensino-aprendizagem qualificado formando alunos de forma integral. Segundo a PCSC (SANTA CATARINA, 2014, p. 20), ela está organizada da seguinte forma:

O processo de atualização da Proposta Curricular orienta-se por três fios condutores que se colocam como desafios no campo educacional: 1) perspectiva de formação integral, referenciada numa concepção multidimensional de sujeito; 2) concepção de percurso formativo visando superar o etapismo escolar e a razão fragmentária que ainda predomina na organização curricular e 3) atenção à concepção de diversidade no reconhecimento das diferentes configurações identitárias e das novas modalidades da educação.

A PCSC está em vigor até os dias atuais, tendo como propósito um percurso formativo. Para que esse percurso seja efetivamente realizado, é necessário que os docentes realizem práticas voltadas para a formação integral do ser humano, pois quanto mais os seres humanos são emancipados, melhores serão as mudanças na sociedade.

3.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SOCIOAMBIENTAIS

Do ponto de vista de Freire (2019), as práticas pedagógicas dentro da sala de aula devem ser de uma forma política, crítica e democrática. Sendo assim, o educador deve ver o educando como um sujeito social e participativo para intervir no mundo.

A sustentabilidade é algo que nas últimas décadas destacou-se no contexto social, e por consequência, no contexto educacional. Dessa forma, a sustentabilidade vem ocupando um espaço de reflexão para obter melhores resultados no que diz respeito aos conhecimentos, atitudes e procedimentos que se espera da sociedade em relação à utilização, preservação e conservação do meio ambiente.

Felix (2007) entende que:

“A gravidade dos problemas ambientais pressupõe que as medidas para diminuir os impactos negativos no ambiente natural e na sociedade devam ser tão rápidas quanto foi o avanço de nossa ação predatória. A sociedade de consumo em que vivemos tem como hábito de extrair da natureza a matéria prima e depois de utilizada, descartá-la em lixões, caracterizando uma relação depredatória do seu habitat. Assim, grande quantidade de produtos recicláveis, que poderiam ser aproveitados, são inutilizados na sua forma de destino final. Isso implica em uma grande perda ambiental, devido ao potencial altamente poluidor e do mau gerenciamento dos resíduos gerados, comprometendo a qualidade do ar, solo e, principalmente das águas superficiais e subterrâneas” (FELIX, 2007, p. 57).

Diante do exposto, percebe-se a importância da temática da gestão socioambiental fundamentado nos princípios de sustentabilidade, o que potencializa a educação ambiental nas escolas e consequentemente na sociedade diminuindo os impactos negativos no ambiente. Uma sociedade sustentável é aquela que segundo o programa, vive em harmonia com nove princípios interligados: respeitar e cuidar da comunidade e seres vivos, melhorar a qualidade de vida humana, conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra, minimizar o esgotamento de recursos não-renováveis, permanecer nos limites de capacidade de suporte do Planeta Terra; modificar atitudes e práticas pessoais, permitir que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente, gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação, constituir uma aliança global (PCN, 1997).

Nesse contexto, Morin (2021), traz a necessidade do contato com o saber, o ser humano pode ser compreendido no entrelaçamento de diversos âmbitos, tais como o biológico, o psíquico, o social, o afetivo e o cognitivo. Ao mesmo tempo, numa dimensão macro, as sociedades são expressas pela história, a economia, a sociologia e a religião. Acontece que há

uma prática comum de renunciar aos problemas globais nas ciências disciplinares. Dessa forma, a compartimentalização das disciplinas e da inteligência acarretam desvantagem na busca por soluções de problemas, uma vez que tenta separar o que está unido de forma entrosada. Ao abordar a teoria da complexidade de Edgar Morin (2021), baseado no livro *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*, como aporte teórico para uma educação ambiental na como prática educacional, consiste ajudar a perceber o mundo na sua complexidade, nas múltiplas relações existentes, nas muitas possibilidades de construção da realidade.

A sustentabilidade precisa ser entendida como um processo de ação criadora de sustentabilidade (BOFF, 2015), que como novo critério básico e integrador pode fortalecer valores coletivos e solidários, a partir de práticas educativas contextualizadas e problematizadoras, que tragam uma atitude de ação-reflexão-ação em torno da problemática ambiental tanto para a escola como para outros ambientes (JACOBI, 2003). Esta é a área de atuação da educação ambiental, considerada uma dimensão da educação caracterizada “como um fenômeno social complexo que tem como desafio a construção de um saber ambiental, articulado e inseparável de um esforço fundamental reflexivo e interdisciplinar, pautado na complexidade socioambiental” (MORALES, 2009).

Como afirma Freire (2019, p. 34) “É pensando criticamente na prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Assim a aprendizagem acontece quando o professor é formador de ideias, e tem em mente que o conhecimento não é pronto e acabado, todos os dias é um novo dia para aprender.

“O sonho viável exige de mim pensar diariamente a minha prática; exige de mim a descoberta, a descoberta constante dos limites da minha própria prática, que significa perceber e demarcar a existência do que chamo espaço livres a serem preenchidos” (FREIRE, 2019).

Nesse sentido, o professor deverá sempre rever sua prática renovando a cada dia, dessa forma despertar a curiosidade dos educandos para novas descobertas, assim a sala de aula passa ser um ambiente prazeroso de aprendizagem onde há a troca e a ligação de saberes.

A prática pedagógica e a metodologia de acordo com Freire (2019) estão relacionadas com a experiência e formação do professor que muitas vezes encontra vários obstáculos no cotidiano, entretanto ele deverá estar atualizado; participando de cursos, pesquisando tendo o aluno como centro principal, valorizando o conhecimento que cada um traz consigo nas vivências sociais e culturais.

Um exemplo de prática ambiental bem-sucedida é o projeto Lixo Orgânico Zero é um projeto municipal que começou em um programa de extensão universitária em 2011, recebeu apoio da prefeitura a partir de 2013 e financiamentos públicos em 2013 e 2018. O sistema, bastante simples, é conhecido como Método Lages de Compostagem (MLC). Além da compostagem nos quintais dos moradores, cerca de 70 escolas públicas do município participam do projeto. A análise gravimétrica do lixo do aterro - que separa o lixo por tipo pesa cada fração - é feita todo ano, para acompanhar a evolução da gestão de resíduos da cidade. Segundo dados da prefeitura, em 2011, a porcentagem de orgânicos recebida pelo aterro era de 55% do total. Entre 2014 e 2018, passou para 34% e 37 %. Em 2019, foi de 31%. A proporção de resíduos orgânicos em 2020 representou redução acima de 60% do percentual de 10 anos atrás. O projeto está aproximando a cidade de um quadro de redução de danos ambientais. Maior tempo em casa, por causa da pandemia, pode ter despertado a vontade de fazer algo mais ecologicamente responsável com o lixo (PML, 2021).

3.3 PROJETOS E PROGRAMAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (SED/ SC).

Para desenvolver a autonomia nas escolas de SC, a SED/ SC faz o repasse e o controle de dois recursos financeiros. O primeiro é o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é regido pela Resolução n.º 10 de 18 de abril de 2013.

Consistem na destinação anual de recursos financeiros, em caráter suplementar, às escolas públicas e privadas de educação especial que possuam alunos matriculados na educação básica, e a pólos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que oferecem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica. O recurso é do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), esse recurso busca contribuir com o bom funcionamento das escolas e para a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social.

O objetivo é reforçar a autonomia gerencial e participativa de alunos, pais, professores, e demais servidores da educação e tem como finalidade auxiliar em caráter suplementar com recurso financeiro às unidades executoras (APPs). Visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica. Esses recursos financeiros são repassados pelo FNDE através de depósito em

conta bancária específica do Programa PDDE de acordo com tabela progressiva definida em ato normativo do Conselho Deliberativo do FNDE (SED, 2021).

O segundo é o Cartão de Pagamento do Estado de Santa Catarina (CPESC) foi instituído pelo Decreto Estadual n.º 1.949, de 19 de dezembro de 2013, como um instrumento moderno e transparente de execução orçamentária utilizando-se do regime de adiantamento, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo estadual. A SED/SC aderiu ao programa em 2014, disponibilizando o cartão às unidades escolares da rede pública estadual para atender às necessidades do cotidiano escolar de forma ágil e eficiente, evitando assim, a descontinuidade do serviço oferecido à população e garantindo a eficiência da gestão pública. Iniciou com a aquisição de materiais de consumo, enquadrados como de natureza extraordinária ou urgente, de pequeno vulto e pronto pagamento, elencados conforme as necessidades escolares e de acordo com a classificação da despesa pública para o estado.

A partir de 2017, o CPESC foi adotado também nas unidades escolares em que não houve a terceirização ou a municipalização da alimentação escolar, sendo autorizadas concessões de suprimento de fundos para aquisição de alimentos perecíveis que devem compor o cardápio da alimentação escolar, conforme diretrizes do Programa de Descentralização e Enriquecimento da Nutrição Escolar (PRODENE). Em 2019, a SED/SC criou o CPESC Serviço, este cartão permite a contratação imediata de prestadores de serviços de manutenção e conservação das unidades escolares.

Os recursos concedidos para cada Unidade Escolar são escalonados conforme o porte da escola, com base nos dados do Censo Escolar do exercício anterior. Para facilitar o contato e a comunicação com os diretores das unidades escolares em cada uma das Gerências Regionais de Educação e na Coordenadoria Regional da Grande Florianópolis foi indicado um servidor para atender a demanda do CPESC nas escolas da sua região.

O terceiro é o Projeto de Educação Ambiental e Alimentar (AMBIAL) é um projeto estadual, surgiu a partir do ideal de escola que oportuniza vivências significativas, ou seja, vivências que tornam o aluno protagonista de suas ações para transformar a realidade física e social. O AMBIAL é um projeto de cunho educacional e tem como objetivo desenvolver trabalhos e atividades educativas com toda a comunidade escolar visando a promoção de hábitos alimentares saudáveis e cuidados com o ambiente. Foi implantado em 96 unidades escolares da rede nas diversas regionais do estado. O Projeto AMBIAL desenvolve seu trabalho com atividades educativas na comunidade escolar e alcança um raio de ação no universo de 24.634 estudantes e suas famílias. Além de alertar a comunidade para que modifique sua forma

de conviver com o meio ambiente, o projeto proporciona a vivência desses conhecimentos, através de oficinas que ministram técnicas de reaproveitamento dos alimentos e dos recursos naturais, confecção de artesanato e reciclagem de lixo. Em geral desenvolvem-se atividades que despertam para a importância de uma qualidade de vida e ajudam a forjar a consciência coletiva da sociedade sustentável. São vários os espaços que contribuem para a realização plena do Projeto AMBIAL na escola: a horta agroecológica, a cozinha comunitária, a quadra de multiuso e a sala informatizada. Estes espaços ampliam as oportunidades de aprendizagem dos alunos (SED, 2021).

O quarto projeto é o de Educação Ambiental promovido pela SED, projeto este voltado para o conhecimento socioambiental e suas conexões, para a sustentabilidade. É uma das estratégias que possibilita orientar e sensibilizar os estudantes quanto a discussão, reflexão e articulação entre o conhecimento da realidade ligada à comunidade, de seu entorno e das questões globais, promovendo responsabilidade ambiental, visando a sustentabilidade e a promoção da qualidade de vida, condição imprescindível para formar sujeitos conscientes, capazes de intervir e transformar a realidade. Além de possibilitar a participação mais consciente no contexto da sociedade, questionando comportamentos, atitudes e valores, e propor novas práticas de consciência e sensibilização ambiental.

A Educação Ambiental deve estar presente, permeando todas as relações e práticas pedagógicas. Deve integrar os conhecimentos dos componentes curriculares com uma abordagem transversal, por se referirem a assuntos que atravessam as experiências dos estudantes em seus contextos, contemplam aspectos que contribuem para uma formação cidadã, política, social e ética, marcando a importância de se trabalhar este tema no currículo (SED, 2018).

3.4 GESTÃO EDUCACIONAL SOCIOAMBIENTAL

Quando se fala sobre gestão educacional, faz-se referência à gestão em âmbito macro, a partir dos órgãos superiores do sistema de ensino, e em âmbito micro, a partir das escolas. Vale dizer que do ponto de vista paradigmático, a concepção de gestão educacional permeia todos os segmentos do sistema, como um todo. À medida que sistemas de ensino continuem organizando seu trabalho ordenado e orientado a partir do enfoque meramente administrativo, será muito difícil que a escola por iniciativa própria, e na contramão das iniciativas orientadoras do sistema, venha a dar um salto de qualidade em seu processo de gestão (LÜCK, 2006).

A partir da importância da participação consciente e democrática nas decisões do âmbito escolar, o termo gestão surge como uma mudança de paradigma nessa área. Segundo Lück (1997), o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos, que devem constar no projeto político Pedagógico da Escola (PPP) Para Libâneo (2004, p. 32) “o PPP é um documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.” o PPP deve ser elaborado e estar disponível a toda comunidade escolar, sendo revisitado e atualizado anualmente, o PPP é o documento norteador do processo educacional Libâneo (2004). Sendo o PPP o documento norteador do processo educacional ele deve corroborar com o Plano de Gestão Escolar (PGE).

Desde 2013 a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) fortalece a gestão democrática e os processos de participação da comunidade escolar e das instâncias colegiadas, instituindo a possibilidade da escolha do seu gestor por meio da análise de propostas de (PGE) de acordo com o Decreto n.º 194, de 31 de julho de 2019, apresentadas por profissionais da educação interessados em ocupar a função de Diretor de Unidade Escolar. O PGE explicita metas, objetivos e ações, que evidenciam o compromisso com o acesso, à permanência, à inclusão, o percurso formativo com êxito na aprendizagem, na perspectiva da formação integral do estudante da Educação Básica e Profissional. Além de representar ainda o compromisso da gestão com a comunidade escolar e com a SED/SC, por meio do PGE o gestor assume o compromisso com a comunidade escolar de cumprir com suas atribuições e zelar pela comunidade escolar de acordo com as metas de seu PGE em consonância com o PPP escolar.

Portanto, a afirmação de Macedo (2013), de que no cenário da educação pública, pode-se dizer que as escolas, com a sociedade, ocupam um papel importante na construção do compromisso e do comportamento ético. Morin (2021), também apresenta a necessidade do ensino voltado à moral, que oportuniza o conhecimento, além do saber intelectual, incluindo as vivências de empatia e generosidade. A compreensão ética pressupõe a tolerância e a capacidade de aprender com o outro, investigando o grau de verdade naquilo que antagoniza a nossa visão de mundo.

Para promover uma gestão educacional é necessária a implementação dos princípios da gestão democrática e participativa, é imprescindível o compartilhamento de responsabilidades no processo de tomada de decisões entre os diversos segmentos escolares, incentivando a busca de soluções para seus problemas de maneira mais adequada às necessidades da escola, seguindo os princípios de autonomia e participação de todos os segmentos escolares. Luck (1997) aponta que a nova ótica do trabalho de direção da escola lembra a necessidade e importância de que as decisões a respeito do processo de ensino sejam efetivadas na própria instituição de ensino, envolvendo quem vai realizar esta prática e seus usuários. Nesse contexto, torna-se fundamental que se construa uma consciência entre os processos de gestão de sistemas de ensino e o que se espera que ocorra no âmbito da escola mediante uma gestão única e consistente.

No cenário da educação brasileira, a partir de meados da década de 1990, grande atenção passou a ser dada às questões de gestão educacional, lideradas, sobretudo, pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), que estabeleceu e mantém, desde então, a gestão educacional uma de suas políticas prioritárias (LÜCK, 2006).

Então, no âmbito dos processos de organização e gestão escolar, a Constituição Nacional em seu artigo 208, inciso VII e a LDB n.º 9.394/96 em seu artigo 15, assegura à gestão escolar a autonomia nas dimensões administrativa, pedagógica. É importante destacar, que autonomia é sinônimo de responsabilidade individual e coletiva com o envolvimento da comunidade escolar para alcance das metas estabelecidas.

Esses pressupostos servem como objetivo de reflexão em nosso diálogo sobre a gestão escolar, uma vez que é pelas dimensões de gestão que a escola assegura a efetivação das ações pedagógicas, cujos fins estão atrelados à dimensão social de formação do cidadão. Isso significa afirmar que uma solução a um problema relacionado à gestão escolar, por exemplo, não pode mais ser explicado e resolvido fundamentado na concepção clássica aristotélica. Isso porque os problemas no “chão” da escola são complexos e exigem um “olhar” multifocal, fundamentado em um prisma de possibilidades.

E essa totalidade desse contexto só pode ser vislumbrada diante dessa racionalidade que Morin (2008) menciona em seus estudos, já que diversas demandas se entrecruzam no início do século XXI. Por isso, está em um período de transição de pensamento, saindo de uma concepção clássica de gestão, e indo além, adentrando em outro paradigma, ou seja, um novo modelo de apreender a realidade que nos cerca, isto é, de analisar e compreender a realidade complexa do cotidiano escolar.

Temas como sustentabilidade, gestão ambiental e responsabilidade social são conceitos a serem desenvolvidos e estimulados no âmbito de instituições de ensino. Nesse sentido, é papel da escola propor a reflexão sobre a gestão socioambiental, de maneira a mudar paradigmas para uma gestão democrática que vise a sustentabilidade como prática educativa.

[...] a ordem socioambiental pós-capitalista na qual os seres humanos reconciliam-se entre si para permitir e incentivar solidariamente o desenvolvimento pleno de cada sujeito, e se reconciliam com o restante da natureza, mantendo em face dela uma atitude permanente de preservação e regeneração (BRITO; CUNHA; SILVERES, 2018, p. 395).

A expressão "socioambiental", cada vez mais utilizada em diversos setores, seria apenas mais um neologismo que remete a um conceito abstrato? Não para Veiga (2007), que vê no termo um verdadeiro movimento político, o autor discute como a junção do social e do ambiental em uma só palavra manifesta o surgimento de uma nova relação entre natureza e cultura. A oposição entre a natureza e a cultura marcou a formação do mundo contemporâneo e a tradição das ciências sociais, da filosofia e da economia.

“O conceito de socioambiental indica que está havendo uma reconciliação dessas noções que foram separadas artificialmente” (VEIGA, 2007). O autor expõe que a tradição dialética não teve sucesso, no âmbito filosófico, ao sofrer forte rejeição por sua relação com o marxismo. A volta da dialética, no entanto, não ocorreu por meio da filosofia, mas sim pelos rumos das ciências. O renascimento atual da dialética está acontecendo por obra dos cientistas, com a moderna teoria da complexidade, com o debate em torno do conceito de emergência - principalmente na biologia, na química e na física - e com o debate em torno de sistemas dinâmicos não-lineares.

As tendências contemporâneas da ciência mostram que não é possível estabelecer separação absoluta entre as ciências da vida, a teoria da evolução, a teoria da complexidade e os sistemas dinâmicos. A natureza e a cultura seguem pelo mesmo caminho, culminando com a unificação do social e do ambiental. “O social e o ambiental também sofreram alterações em seu significado científico e na própria maneira como se expressam na prática governos, empresas, consumidores e os próprios movimentos sociais. Os dois termos se modificam quando se juntam, ultrapassando uma mera operação intelectual e caracterizando um verdadeiro movimento político, o termo socioambiental diz respeito às ações que respeitam o meio ambiente e às políticas públicas que tenham como principal objetivo a sustentabilidade” (VEIGA, 2007).

O tratamento das questões socioambientais como parte estratégica da gestão escolar é uma forma de gerar desenvolvimento e de criar novas possibilidades de projetos, auxiliando a escola a melhorar seu desempenho adotando uma postura pró-ativa em sua atuação, assegurando a inclusão do pensamento sustentável na escola.

A gestão socioambiental é um sistema, elaborado para a administração pública e privada, com ênfase na sustentabilidade. Visa o uso de métodos e práticas de gestão que minimizem o máximo de impacto ambiental das atividades econômicas nos recursos naturais, proporcionando uma melhor qualidade de vida ambiental (NUNES; LUZ, 2017).

Lemos, Mello e Nascimento (2008), nos trazem que a gestão socioambiental é a esfera mais difícil de implementação no sentido de construção do desenvolvimento sustentável, pois leva em consideração a relação com valores fundamentais da vida em sociedade, como os direitos humanos, a proteção do meio ambiente, a relação com as associações representativas e a comunidade, o monitoramento e a avaliação do desempenho entre outros. A mudança de paradigmas neste contexto é fundamental para mitigar as dificuldades na implementação da gestão socioambiental nas empresas.

No âmbito escolar o mesmo acontece é fundamental mudar o olhar da gestão escolar para uma visão mais estratégica com objetivos de tornar-se sustentável aprimorando suas práticas, segundo Boff (2015, p. 43), “Para ser sustentável o desenvolvimento deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto”. Para Boff ser sustentável é ter ideias que consigam se renovar, gerenciar sem explorar, lucrar de forma responsável e com foco na continuidade dos processos, além de viver e conduzir projetos que não prejudiquem o planeta. Ribeiro (2003), traz o conceito da expressão “desenvolvimento sustentável” que é utilizada para designar um modelo econômico, que busque conciliar desenvolvimento econômico à preservação e manutenção dos recursos naturais disponíveis.

3.5 DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O desenvolvimento sustentável nas organizações empresariais segue modelos de sustentabilidade como o proposto por Elkington (2012), conhecido como o pai da sustentabilidade, trata a gestão empresarial com foco além dos resultados, no impacto causado pela empresa no planeta.

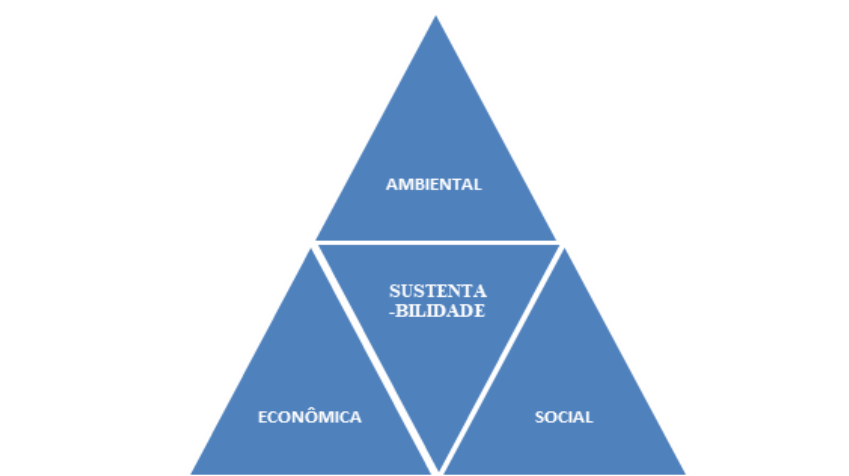
O autor traz três pilares da sustentabilidade empresarial, conceito conduzido no Brasil como tripé da sustentabilidade, uma metáfora para o fato de que se qualquer um desses fatores forem deficientes, o tripé não se sustenta em pé. São eles:

O pilar **social**, diz respeito às pessoas, há duas maneiras de ver a questão social por uma instituição: Interna e externamente. É preciso exercer responsabilidade e boas práticas diante dos colaboradores e estender essa atuação à comunidade.

O pilar **Econômico**, a saúde financeira da instituição é muito importante é preciso que as instituições tenham responsabilidade na gestão financeira, especialmente, em relação aos investimentos e orçamentos.

O pilar **ambiental**, a questão mais debatida e, frequentemente entendida como central, a causa ambiental é tão importante quanto as já citadas dentro da ideia de sustentabilidade como um todo, o foco é potencializar a consciência ambiental, práticas mais adequadas como a emissão de poluentes e o descarte de matéria prima.

Figura 1 – Tripé da sustentabilidade proposto por Elkington



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Nessa perspectiva o autor Ignacy Sachs deixa claro que se deve ter uma visão holística dos problemas da sociedade e não focar apenas na gestão dos recursos naturais. É pensar em algo muito mais profundo, que visa uma verdadeira mudança do modelo civilizatório atual por meio dessa leitura Sachs traz cinco dimensões de sustentabilidade que são: Social, econômica, ecológica, espacial e cultural (SACHS, 1993, p. 29-56).

1. Social, que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por outro crescimento e subsidiado por outra visão do que seja uma sociedade boa. Uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

2. Econômica, deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados, que deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados.

3. Ecológica, pode ser melhorada utilizando-se das seguintes ferramentas, ampliar a capacidade de carga da esçonave Terra, através da criatividade, isto é, intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida.

4. Espacial, que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e atividades econômicas.

5. Cultural, incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de desenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Figura 2 – Cinco dimensões da sustentabilidade SACHES (1993)



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Mais tarde houve a ampliação das dimensões proposta por Sachs, o que foi extremamente importante para criar possibilidades de promover uma ecologia sustentada, minimizando os danos ao meio ambiente, usando-o de forma consciente, diminuindo o uso de recursos finitos em curto prazo, buscando alternativa para substituí-lo por meio da reciclagem, estimulando a diminuição do consumo das pessoas e criando meios mais eficazes de proteção ao meio ambiente.

Nesse contexto, Sachs traz o desenvolvimento da sustentabilidade priorizando uma sociedade sustentável, justa, harmônica e participativa. Sachs descreve agora oito dimensões de sustentabilidade (SACHS, 2002), que são:

Social: que se refere ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

Cultural: referente a mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.

Ecológica: relacionada à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis.

Ambiental: trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

Territorial: refere-se às configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.

Econômica: desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.

Política (Nacional): democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.

Política (Internacional): baseada na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, Pacote Norte-Sul de ecodesenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Figura 3 – Oito dimensões da sustentabilidade (SACHS, 2002).



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Nessa nova leitura que Sachs faz do desenvolvimento sustentável dentro de uma proposta, como uma estratégia alternativa à ordem econômica internacional, enfatizando a importância de modelos locais baseados em tecnologias apropriadas, em particular para as zonas rurais, buscando reduzir a dependência técnica e cultural Jacob (2003). Nessa perspectiva, Sachs (2002) traz as oito dimensões de forma global ampliando para a relação

mundial as dimensões de sustentabilidade e desmembra a dimensão ecológica para ecológica e ambiental para atender mais especificamente as questões ambientais.

À Luz desses conceitos de sustentabilidade Lück destaca que,

[...] muito mais do que quaisquer outras épocas, quando os sistemas e unidades educacionais nem sequer admitiam utilizar os mecanismos e instrumentos gerenciais disponíveis nos setores produtivos, há necessidade, hoje, de considerarmos que o desenvolvimento de conhecimento e a formação de profissionais entendidos em gestão educacional, capazes de implementar e operar as transformações necessárias dos sistemas de ensino e escolas, é prioritário por ser condição fundamental para o imprescindível salto qualitativo da educação brasileira. Vale lembrar que, de longa data, propõem-se a qualidade de ensino como um objeto permanente (LÜCK, 2013, p. 23-24).

A autora expõe que são muitos os esforços para o entendimento adequado do significado de qualidade na educação, o que demanda de conhecimentos sobre “o sentido de por que a qualidade deve servir; a variação de significado da qualidade, de acordo com o contexto cultural; a definição de padrões de qualidade; a proposição de gestão de mecanismos para sua promoção dentre outros aspectos” (LUCK, 2015, p. 26). Para Luck, a questão da qualidade e a proposição de padrões de qualidade provocam, em alguns profissionais da educação, fortes reações de rejeição, por associar essa questão à engenharia de produção desenvolvida em nível empresarial. É importante entender que a rejeição é estabelecida a partir de generalizações ligeiras e superficiais a respeito, reconhecer que o conceito de qualidade e os mecanismos associados a esse conceito são fundamentais para o empreendimento humano em qualquer área ou setor.

A educação brasileira busca alternativas inovadoras nesse novo contexto da sustentabilidade, por meio da proposição de uma política pública para o campo da educação ambiental, que estimule as instituições de ensino a realizarem sua transição para a sustentabilidade socioambiental e converterem-se em espaços educadores sustentáveis, entendidos como aqueles que têm “[...] a intencionalidade de educar para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades, integrando currículos, gestão e edificações em relação equilibrada com o meio ambiente, tornando-se referência para seu território” (BRASIL, 2012, p. 13).

Uma das propostas para potencializar a sustentabilidade na escola está baseada nas dimensões gestão, currículo e espaço físico. Estas três dimensões da educação ambiental devem ser articuladas, interligadas e integradas, para que a escola possa se tornar um espaço educador sustentável, ou seja, uma escola sustentável (BRASIL, 2012).

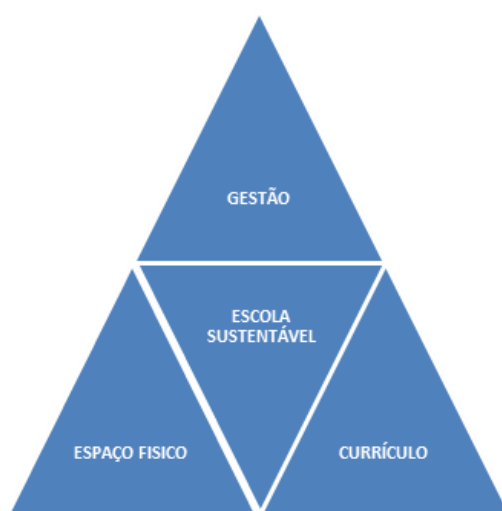
Escolas sustentáveis são definidas como aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida as presentes e futuras gerações. A transição para a sustentabilidade nas escolas é promovida a partir de três dimensões inter-relacionadas (BRASIL, 2012, p. 33).

Espaço físico: utilização de materiais construtivos mais adaptados às condições locais e de um desenho arquitetônico que permita a criação de edificações dotadas de conforto térmico e acústico, que garantam acessibilidade, gestão eficiente da água e da energia, saneamento e destinação adequada de resíduos. Esses locais possuem áreas propícias à convivência da comunidade escolar, estimulam a segurança alimentar e nutricional, favorecem a mobilidade sustentável e respeitam o patrimônio cultural e os ecossistemas locais.

Gestão: compartilhamento do planejamento e das decisões que dizem respeito ao destino e à rotina da escola, buscando aprofundar o contato entre a comunidade escolar e o seu entorno, respeitando os direitos humanos e valorizando a diversidade cultural, étnico-racial e de gênero existente.

Currículo: inclusão de conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis no Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino e em seu cotidiano a partir de uma abordagem que seja contextualizada na realidade local e estabeleça vínculos com a sociedade global.

Figura 4 – Dimensões de Sustentabilidade Escolar



Fonte: elaborado pela autora (2021).

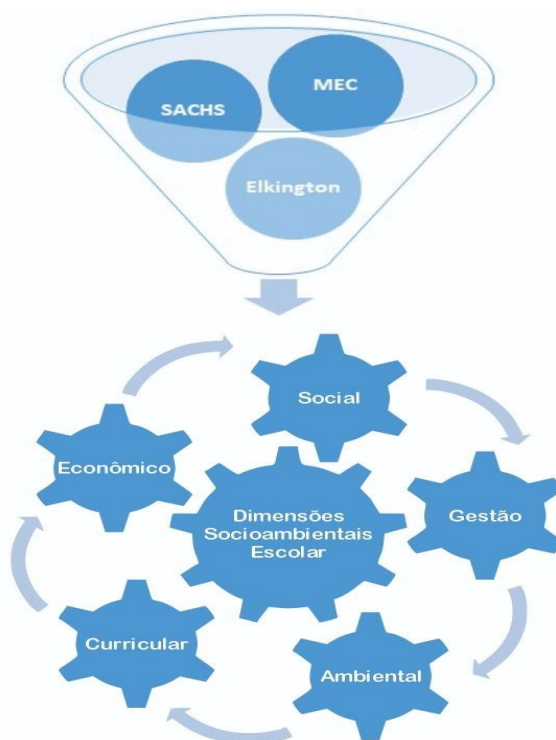
Na Carta da Terra (MMA, 1992), “devemos assegurar que as comunidades em todos os níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a

oportunidade de realizar seu pleno potencial”, além de “promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável”. Estes fragmentos da Carta da Terra estão relacionados às questões sociais e ambientais, ou seja, referem-se à distribuição de renda mais igualitária, aumento da participação dos diferentes segmentos da sociedade na tomada de decisões, equidade entre sexos, grupos étnicos, sociais e religiosos, universalização do saneamento básico, cuidados com o meio ambiente e do acesso à informação e aos serviços de saúde e educação, entre outros (IBGE, 2004).

O que acontece quando se fala em gestão educacional socioambiental e gestão sustentável empresarial seguindo a lógica proposta Elkington, Sachs e a do MEC? Podemos relacionar, esses conceitos as lógicas a empresarial e a educacional se completam, conforme indicado por Morin (1987), é por vezes uma tensão dialética e por outras circularidades complementares entre essas duas visões que se interpretam e se influenciam reciprocamente. Isso porque uma nova visão da realidade altera a visão anterior e, ao mesmo tempo, ajusta-se para incorporar-se à nova visão às vezes necessária por meio da articulação entre elas.

Desse modo, as dimensões de sustentabilidade propostas para o setor empresarial são integradas, por meio de seus fundamentos as dimensões sustentabilidade escolar (MEC), resultando em uma nova proposta de dimensões socioambientais para as escolas, uma completa a outra e a educação ambiental para e na escola é a base do conceito e dos desdobramentos de uma escola sustentável.

Assim pode-se integrar os conceitos das dimensões de sustentabilidade escolar e empresarial, é possível inovar em uma matriz com dimensões socioambientais para uma gestão educacional plena como espaço formador e de transformações sociais e coletivas, que promove a construção e a convivência em uma sociedade sustentável com base em atitudes, valores e mudanças culturais e sociais, neste contexto propomos as seguintes dimensões socioambientais escolares para a gestão educacional sendo; Gestão, Social, Currículo, Ambiental e Econômica. Buscando aprofundar o contato entre a comunidade escolar (visão interna da escola) e o seu entorno (visão externa da escola), respeitando os direitos humanos e valorizando a diversidade cultural, étnico-racial e de gênero existente.

Figura 5 – Dimensões Socioambientais Escolares

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Gestão, “Contempla a participação dos diversos sujeitos da escola nas suas diferentes atuações e os princípios da gestão democrática e transparência” (VIEIRA; CAMPOS; MORAIS, 2016, p. 114). De acordo com as autoras o compartilhamento do planejamento e das decisões que dizem respeito ao destino e à rotina da escola, esse processo torna-se fundamental na escola. Consiste na participação como princípio de gestão, prioriza a transparência de processos e atos, propicia espaços democráticos, oportuniza a relação escola e a comunidade.

Social, a maioria de nossas escolas reproduz a sociedade em que ainda vivemos, serve apenas uma parte da comunidade. Os conflitos sociais, econômicos, éticos, morais, religiosos, por vezes se replicam na escola. “Nas sociedades democráticas abertas, permanece o problema epistemológico da compreensão: para que possa haver compreensão entre estruturas de pensamento, é preciso passar à metaestrutura do pensamento que compreenda as causas da incompreensão de umas em relação às outras e que possa superá-las” (MORIN, 2011, p. 91), cabe à escola a formação democrática que, ao proporcionar valores e conhecimentos, capacite e encoraje seus alunos a exercerem ativamente sua cidadania e autonomia na construção de uma sociedade melhor. Trata-se também da atuação das diversas instâncias colegiadas como a

Associação de Pais Mestres e Professores (APP), o Grêmio Estudantil, o Conselho Deliberativo Escolar e o Comitê Escolar de educação Ambiental nas ações escolares.

Os conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis no projeto político pedagógico (PPP), no plano gestor PGE das instituições de ensino e em seu cotidiano a partir de uma abordagem que seja contextualizada na realidade local e estabeleça nexos e vínculos com a sociedade global, ou seja, crie vínculos interna e externamente Projeto Político Pedagógico (PPP), a contemplação dos conteúdos concernentes a educação ambiental nos instrumentos de planejamentos como PGE e Plano de Gestão Escolar, o planejamento conjunto de forma transdisciplinar para a promoção de ações socioambientais previstas. Prioriza as atividades voltadas para a integração teórico-prática. Considera todos os níveis e modalidades de ensino, envolve todos os sujeitos da escola, foca no contexto da interdisciplinaridade e transversalidade ao tratar de temas de meio ambiente e sustentabilidade socioambiental, contempla conteúdos curriculares, práticas educativas e ambientais em áreas de conservação da biodiversidade e de vivências na natureza, tem como referência o espaço geográfico da bacia hidrográfica na qual a escola está inserida. Para o desenvolvimento de ações de educação ambiental com eficiência e eficácia, é importante que a quantidade de professores, funcionários e equipe pedagógica da escola seja suficiente para desempenhar com qualidade sua função social (VIEIRA; CAMPOS; MORAIS, 2016).

Ambiental, refere-se suficiência³ dos recursos ambientais no âmbito escolar como as ações escolares, relacionadas à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis, “trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais” (SACHS, 2002, p. 26). Utilização de materiais construtivos mais adaptados às condições locais e de um desenho arquitetônico que permita a criação de edificações dotadas de conforto térmico e acústico, que garantam acessibilidade, gestão eficiente da água e da energia, saneamento e destinação adequada de resíduos. Esses locais podem possuir áreas propícias à convivência da comunidade escolar, estimulando a segurança alimentar e nutricional, favorecendo a mobilidade sustentável e respeitam o patrimônio cultural e os ecossistemas locais. Com a proposição do Modelo Aberto de Educação Ambiental de acordo com o paradigma transdisciplinar de ensino e mediado pela percepção ambiental dos atores sociais envolvidos resultará na construção coletiva das soluções para os problemas ambientais locais.

³ Suficiência, quantidade suficiente: tem suficiência de recursos. Capacidade intelectual; aptidão, habilidade. <https://dicionarioonline.com.br/suficiencia/>

Econômica, aborda a suficiência dos recursos financeiros destinados à manutenção da escola. Nesta dimensão é feita a gestão de orçamentos recebidos (PDDE, CEPESC e recursos da APP) e investimentos, com transparência e concordância da comunidade escolar.

3.6 DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL COMO INDICADOR NA EDUCAÇÃO

A escola ainda é a principal responsável pela disseminação do conhecimento na sociedade, tendo papel fundamental no desenvolvimento de futuras sociedades sustentáveis, devendo ser modelo de sustentabilidade, para uma mudança de paradigma no que se refere à cultura sustentável e no relacionamento das pessoas entre si e com o meio ambiente. Evidencia-se a necessidade da compreensão profunda da complexidade do mundo atual e o estabelecimento das relações mútuas e recíprocas entre as partes (MORIN, 2011), isso significa que, é preciso ponderar e reinterpretar as relações entre os seres humanos e destes com a natureza (BRASIL, 2012).

De acordo com estudo publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), um dos desafios da construção das futuras sociedades sustentáveis é criar instrumentos de mensuração capazes de avaliar a eficiência das medidas adotadas. Indicadores são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem.

Atitudes simples, como reciclagem, separação do lixo, consumo consciente de água e energia, podem trazer para a escola um índice de sustentabilidade socioambiental como ferramenta de apoio à gestão e à prática pedagógica. Nesse sentido, Jacobi (2003) traz uma reflexão sobre o desafio da construção de uma sociedade sustentável e propõe o uso de indicadores para a educação ambiental:

Existe um desafio essencial a ser enfrentado, e este está centrado na possibilidade de que os sistemas de informações e as instituições sociais se tornem facilitadores de um processo que reforce os argumentos para a construção de uma sociedade sustentável. Para tanto é preciso que se criem todas as condições para facilitar o processo, suprimindo dados, desenvolvendo e disseminando indicadores e tornando transparentes os procedimentos por meio de práticas centradas na educação ambiental que garantam os meios de criar novos estilos de vida e promovam uma consciência ética que questione o atual modelo de desenvolvimento, marcado pelo caráter predatório e pelo reforço das desigualdades socioambientais (JACOBI, 2003, p. 37).

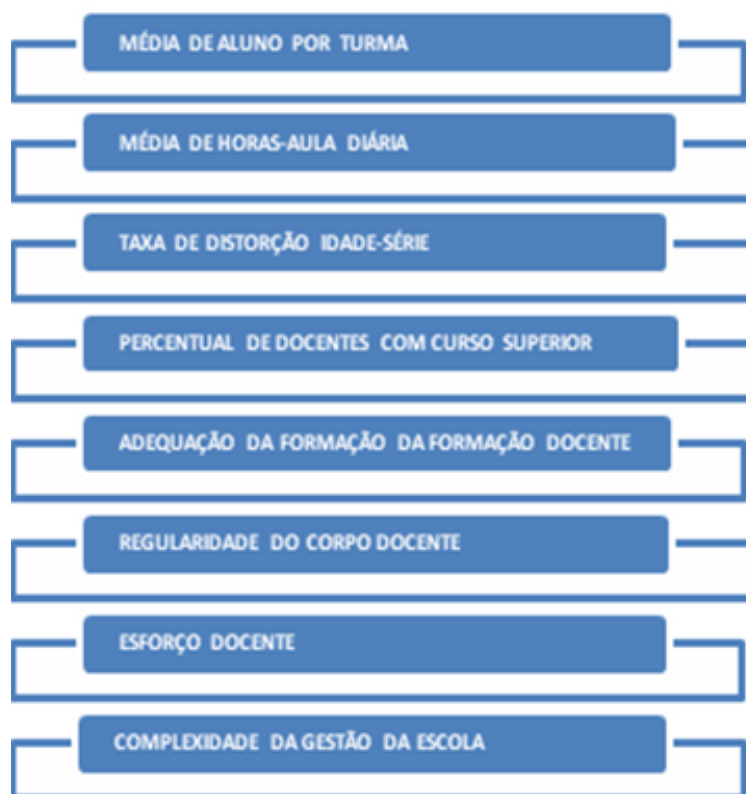
Os indicadores são definidos como sinais que revelam aspectos de determinada realidade, que podem qualificar algo e suas variações possibilitam constatar mudanças

(BRASIL, 2007). Para Minayo (2010), os indicadores são importantes instrumentos de gestão e constituem parâmetros quantitativos ou qualificativos que servem para detalhar se os objetivos de uma proposta estão sendo bem conduzidos, seja na avaliação de processo, ou de resultados. De acordo com o Ministério da Educação e cultura (MEC), os indicadores são capazes de agregar valor analítico e avaliativo às estatísticas, os Indicadores Educacionais do Censo Escolar permitem conhecer não apenas o desempenho dos alunos, mas também o contexto socioeconômico e as condições de em que se dá o processo ensino-aprendizagem no qual os resultados foram obtidos.

Os indicadores são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma, contribuem para a criação e o acompanhamento de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola (MEC, 2021).

3.6.1 Indicadores de qualidade na educação

Oito são os indicadores educacionais derivados dos dados do Censo Escolar 2017 divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2 de julho de 2021. São eles: Média de alunos por turma, média de horas-aula diária, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com curso superior, adequação da formação docente, regularidade do corpo docente, esforço docente, complexidade da gestão da escola.

Figura 6 – Indicadores de qualidade da educação MEC

Fonte: elaborado pela autora (2021).

O INEP calcula e publica essa série de indicadores anualmente, já que são importantes instrumentos para o acompanhamento e o monitoramento de aspectos importantes dos sistemas educacionais, como o atraso escolar, revelado pelas taxas de distorção idade-série, e as condições de ensino, reveladas em indicadores como a média de alunos por turma e a adequação da formação docente. Esse último avalia a relação entre a formação de nível superior do docente e a disciplina que leciona. Outras dimensões reveladas pelos indicadores divulgados dizem respeito ao esforço e regularidade do corpo docente das escolas e a complexidade de gestão das escolas, calculados a partir dos dados referentes ao número de matrículas, número de etapas de ensino ofertada, número de turno de funcionamento da escola e outras características (MEC, 2013).

3.6.2 Indicadores de sustentabilidade socioambiental escolar

A importância da elaboração de indicadores para educação ambiental deve-se ao fato de que antes de pensar em ação de educação ambiental faz-se necessária a realização de um diagnóstico na escola na busca por “[...] ampliar a percepção e sensibilidade da comunidade para com a realidade ambiental na qual está inserida [...]” (MAMEDE; FRAISSAT, 2001, p. 504). Esse diagnóstico irá contribuir para o atendimento de políticas socioambientais como: incentivar à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis ⁴ e contribuir para a formação de escolas sustentáveis (BRASIL, 2012); bem como auxiliar os Comitês Escolares de Educação Ambiental responsáveis pela “realização de diagnóstico preliminar das situações socioambientais que afetam a instituição, subsidiando o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos resultados [...]” (ESTADO DO PARANÁ, 2013, p. 195-196).

Nesse contexto, foi feito uma pesquisa documental e questionário estruturado (será mais bem detalhado na metodologia) para elencar práticas socioambientais presentes nas unidades escolares observadas.

Os indicadores servirão como instrumentos de apoio, orientação e como forma de elencar práticas pedagógicas socioambientais presentes nas três unidades escolares observadas nesta pesquisa.

A construção da matriz de indicadores partiu dos conceitos das dimensões socioambientais, dimensões estas complexas e complementares sendo: Gestão, Social, Currículo, Ambiental, Cultural, Espaço físico e Econômico, resultante da interligação das teorias de sustentabilidade empresarial e educacional. Como traz Morin (2005, p. 18), “a inteligência cega destrói os conjuntos e a totalidade isola todos os objetos daquilo que os envolve. Não se pode conceber o elo inseparável entre o observador e a coisa observada”. Vamos pôr prática a ‘complementaridade’ para superarmos a incapacidade de articular os saberes em que estamos imersos. A complexidade de que tratamos aqui vem do apontamento de Morin que diz:

“Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (econômico, o político, o

⁴ Espaços educadores sustentáveis abrange a inserção da dimensão socioambiental nos currículos, na formação de professores e na elaboração de materiais didáticos; a gestão sustentável; e a readequação dos prédios escolares, incluindo a acessibilidade (BRASIL, 2014).

sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade” (MORIN, 2003, p. 38).

A complexidade nos faz entender o que realmente precisamos avançar na integração dos saberes, das áreas de conhecimento e entre o verdadeiro papel a ser redimensionado em relação à ciência e tecnologia, nessa unificação com a sociedade. Conforme explicita Morin, ao falar do *complexus*, há a economia que é importante, mas não é a única possível de abordar a ciência e tecnologia. Tem o fator político, não só na regulação e criação de critérios para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, mas exatamente na forma de relacioná-los às políticas de desenvolvimento das pessoas e do planeta.

A matriz de indicadores de sustentabilidade socioambiental escolar foi construída corroborando com as dimensões socioambientais empresariais em consonância com as dimensões de sustentabilidade escolar proposta pelo MEC. A matriz de indicadores de sustentabilidade socioambiental apresenta oito indicadores organizados nas cinco dimensões propostas por esta autora (Quadro 3).

Quadro 3 – Dimensões socioambientais escolares e indicadores

DIMENSÕES SOCIOAMBIENTAIS ESCOLAR	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ESCOLAR
Gestão	Planejamento educacional Estrutura Administrativa
Social	Ambiente educativo escolar
Curriculo	Estruturação do currículo. Práticas pedagógicas socioambientais
Ambiental	Espaço escolar Ecoeficiência
Economia	Gestão de recursos humanos e econômicos.

Fonte: autora (2021).

Esses oito indicadores foram a base para as questões que constituirão o questionário que foi encaminhado aos gestores das escolas campo de pesquisa.

A seguir serão descritos os oito indicadores de sustentabilidade socioambientais escolar.

Planejamento educacional - aborda os instrumentos de planejamento e gestão escolar, como a elaboração, atualização e monitoramento dos documentos norteadores da escola (PGE,

PPP e Plano de ação escolar etc.), qualidade dos processos educacionais relacionados: à gestão, aos professores (regularidade, esforço docente e formação), estudantes (taxa de distorção idade série, desempenho escolar em avaliações internas e externas e evasão escolar), aos espaços participativos promovidos pela escola, a participação de alunos, funcionários e professores em capacitação continuada e apropriada atuação do gestor.

Estrutura administrativa - refere-se à atuação dos diversos atores do colegiado como APP, Grêmios Estudantis, conselho deliberativo comitê escolar de Educação ambiental.

Ambiente educativo escolar - refere-se a gestão de conflitos sociais, econômicos, éticos, morais e religiosos, identifica a existência de estruturas com acessibilidade e mobilidade sustentável, a utilização de espaços educativos visando a promoção da Educação ambiental e a comunicação das ações desenvolvidas nesses espaços.

Estruturação do currículo - refere-se à inclusão da educação ambiental no PPP e PGE e à inserção dos conteúdos referentes à Educação ambiental, a sustentabilidade de forma interdisciplinar e transdisciplinar para a promoção de ações socioambientais.

Práticas pedagógicas socioambientais – diz respeito às atividades e práticas pedagógicas desenvolvidas na escola para tratar os temas e saberes socioambientais e uso dos recursos didáticos /pedagógicos relativos a esta temática.

Espaço escolar – Diz respeito ao cuidado, a preservação e a utilização do ambiente escolar e seu entorno como espaço educativo para o desenvolvimento de práticas e ações socioambientais.

Ecoeficiência: Contempla as ações da escola de separação e encaminhamento adequado de seus resíduos sólidos, medidas para a redução do consumo de energia elétrica, água, material de expediente (papel, tinta, entre outros) e a utilização de alimentos orgânicos na preparação da alimentação escolar.

Gestão de recursos humanos e Econômicos: Refere-se aos recursos financeiros destinados à manutenção da escola e ao desenvolvimento de ações de educação ambiental, quantidade suficiente de professores, funcionários e equipe pedagógica da escola para desempenhar com qualidade sua função social.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Segundo Bruyne (1991), a metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma “metrologia” ou tecnologia da medida dos fatos científicos. A metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados (BRUYNE, 1991, p. 29).

A pesquisa segundo Minayo (2010, p. 23) é considerada como “[...] atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade”. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”.

Na forma de abordagem do problema, a pesquisa pode ser quantitativa ou qualitativa. Segundo Silva & Menezes (2000, p. 20), “a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

O Quadro 4 traz a estrutura da dissertação, apresenta-se a elaboração do quadro com a síntese do referencial teórico e metodológico do estudo.

Quadro 4 – Síntese teórica e metodológica da pesquisa.

Tema: Gestão Socioambiental em Escolas Públicas: Indicadores de Sustentabilidade		
Problema: Como os indicadores de sustentabilidade podem contribuir com o processo de gestão socioambiental nas escolas públicas?		
Objetivo Geral: Analisar indicadores de sustentabilidade socioambiental que podem contribuir com o processo de gestão de três escolas públicas estaduais em Lages (SC)		
Objetivos Específicos	Metodologia	Seções
a) Identificar indícios gestão socioambiental nos planos de gestão (PGE) e nos projetos políticos pedagógicos (PPP) das três unidades escolares estaduais da regional Lages-SC	Pesquisa bibliográfica, documental.	Resultado e análise dos resultados
b) Identificar práticas de gestão socioambiental nas três unidades escolares pesquisadas.	Questionários encaminhados aos diretores	Resultado e análise dos resultados
c) Propor indicadores de sustentabilidade socioambiental para as escolas públicas estaduais.	Pesquisa bibliográfica e documental	Estado da Arte, Referencial teórico, Resultado e análise dos resultados

Fonte: autora (2021).

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A abordagem metodológica para esta pesquisa foi uma abordagem qualitativa do tipo descritiva, A coleta de dados ocorreu com pesquisa documental junto aos projetos político pedagógicos escolares (PPP), planos gestor escolar (PGE) e por meio de questionários semiestruturados aplicado a três gestores das escolas estaduais de educação básica selecionadas para o estudo. Para o seu desenvolvimento, será apresentado a natureza do estudo, procedimentos de coleta e análise dos dados obtidos. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois segundo Gil

A descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2010, p. 4).

Para a obtenção e fundamentação dos dados, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica tem a finalidade de aprimoramento e atualização do

conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas. Para Andrade a pesquisa bibliográfica é:

[...] “a habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica” (ANDRADE 2010, p. 25).

Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25)

Segundo Gil (2010), na pesquisa documental as fontes são muito mais diversificadas e dispersas, e no levantamento, os objetivos gerais são pontos de partida, indicam uma direção, e utiliza instrumentos como questionários na coleta dos dados, neste estudo será utilizado o questionário. Para o autor, entende-se por questionário um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado.

. “A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse” (CAULLEY *apud* LÜDKE e ANDRE, 1986 p. 38), para Gil (2010, p. 42), o questionário pode ser definido como “[...] a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, [...] etc.”

4.2 LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em três escolas da rede estadual de ensino que se enquadram nos critérios de maior número de alunos e modalidade de ensino. As escolas da rede estadual de ensino de Lages que se enquadram nesses critérios são: EEB Vidal Ramos Junior, EEB Industrial de Lages, EEB Nossa Senhora do Rosário. O Quadro 5 apresenta o lócus da pesquisa, com a seleção das escolas.

Quadro 5 – Lócus da pesquisa

ESCOLA	N.º DE ALUNOS	N.º DE PROFESSORES	EQUIPE ADMINISTRATIVA	MODALIDADE DE ENSINO
EEB Vidal Ramos Júnior	1190	94	10	EF/EM
EEB Industrial de Lages	993	60	11	EF/EM
EEB Nossa Senhora do Rosário	844	74	09	EF/EM

Fonte: elaborado pela autora (2021), baseado nos dados do SIGESC/ 07/21.

4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os sujeitos participantes da pesquisa foram os gestores escolares de cada uma das unidades lócus da pesquisa, sendo no total três gestores. Participaram da pesquisa o gestor escolar com portaria de posse publicada em diário oficial. Para alcançar o objetivo deste estudo, classificamos as escolas estaduais de Lages seguindo os seguintes critérios: as escolas com mais de 850 alunos, e a oferta de ensino fundamental e médio. A escolha destes critérios se justifica pelo fato de as escolas de maior porte terem mais professores efetivos, mais profissionais no corpo administrativo e pedagógico, de acordo com pesquisa feita no Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina (SIGESC, 2021).

4.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada em quatro etapas:

A primeira foi elaborada a pesquisa para compor o estado da arte, para identificar e realizar a aproximação com a produção científica e o tema.

A segunda foi feita a seleção de documentos (PPP e PGE) e a estrutura do questionário, fundamentados nas cinco dimensões e nos oito indicadores de gestão socioambiental propostos. Na terceira etapa foram determinados os critérios para a análise documental e a elaboração das perguntas baseados nos oito indicadores de sustentabilidade socioambiental.

Na quarta etapa foi elaborado um quadro de análise para cada etapa da coleta de dados como: na análise documental (PPP e PGE) sendo verificado em cada documento se há indícios

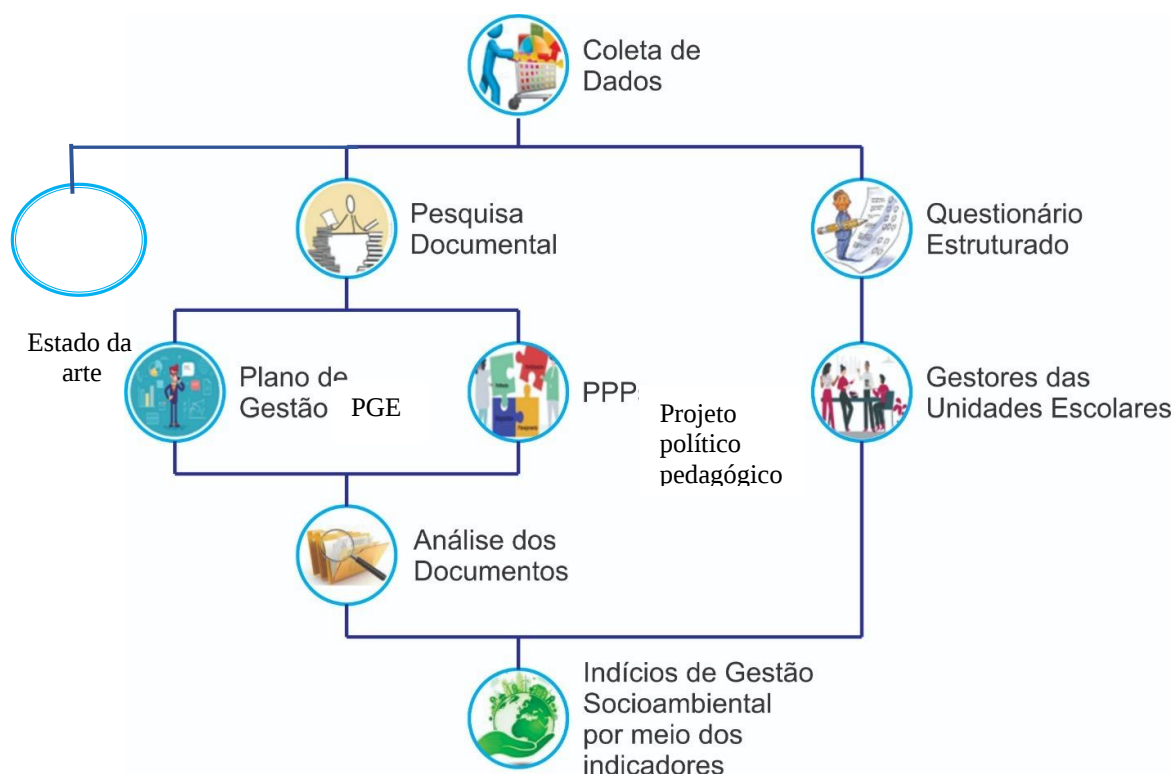
(HI) ou não há indícios (NHI) dos indicadores de sustentabilidade e para as perguntas optou - se pelas respostas sim (S) ou não (N), com espaço para o gestor escolar comentar a questão.

Assim, a pesquisa foi realizada em ambiente virtual, que envolve a utilização da internet, como e-mails, sites eletrônicos, formulários disponibilizados por programas, do telefone (ligação de áudio, de vídeo, uso de aplicativos de chamadas), assim como outros programas e aplicativos que utilizam esses meios. O questionário foi enviado pelo *Google forms*⁵, endereçado aos gestores das três escolas observadas.

Visando preservar a proteção, segurança e os direitos dos participantes de pesquisa durante a pandemia do Covid-19, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, emitiu dia 24 de fevereiro de 2021 o Ofício Circular n.º 2/2021/CONEP/SECNS/MS com orientações aos pesquisadores e Comitês de Ética em Pesquisa em relação à procedimentos que envolvam o contato com participantes e/ou coleta de dados em qualquer etapa da pesquisa, em ambiente virtual.

A Figura 7 sintetiza como ocorreu a coleta de dados.

⁵ “O Google Forms, que é um aplicativo que pode criar formulários, por meio de uma planilha no Google Drive. Tais formulários podem ser questionários de pesquisa elaborados pelo próprio usuário, ou podem ser utilizados os formulários já existentes” MOTA (2019, p. 3). É um serviço gratuito, é preciso ter uma conta no Gmail. Dessa forma, os formulários ficam armazenados no Servidor do Google, podendo ser acessado de qualquer lugar e não ocupam espaço no computador.

Figura 7 – Desenho da Coleta de dados

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Como explicado, o questionário semiestruturado foi aplicado aos gestores das três unidades escolares pesquisadas, por meio da ferramenta *Google Forms*, com a finalidade de identificar os oito indicadores socioambientais de acordo com as cinco dimensões de sustentabilidade propostas. As perguntas foram elaboradas partindo do conceito de cada indicador, ou seja, cada indicador tem várias perguntas com o propósito de identificar se os gestores utilizam ou não desses indicadores na gestão escolar. O Quadro 6 detalha as perguntas que foram encaminhadas aos gestores, mostra a relação das perguntas com os indicadores e as dimensões socioambientais escolares.

Quadro 6 – Relação das perguntas com os indicadores e as dimensões socioambientais escolares

DIMENSÕES SOCIOAMBIENTAL ESCOLAR	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ESCOLAR	PERGUNTAS
Gestão	Planejamento educacional	– As metas do Plano Gestor (PGE) são acompanhadas pela comunidade escolar? – O projeto político pedagógico (PPP) é atualizado anualmente? – A Escola possui Grêmio estudantil, conselho deliberativo e associação de pais e professores atuantes na escola? – A escola possui comitê de educação ambiental?
	Estrutura administrativa	– A escola possui o Grêmio estudantil, conselho deliberativo instituído para garantir a participação democrática de todos os segmentos, e promove a descentralização de poder? – O conselho deliberativo desenvolve suas funções consultiva, fiscal e mobilizadora? – A comunidade escolar reconhece o conselho deliberativo como órgão máximo de deliberações dentro da escola que possui funções consultiva, fiscal e mobilizadora? – A escola promove espaços participativos (encontros, reuniões etc.) para pais, alunos, professores, equipe administrativa para analisar e propor ações sobre o desenvolvimento da escola? – A escola possui comitê de educação ambiental? – A APP acompanha e contribui com as ações desenvolvidas pela gestão escolar? – A escola possui um plano de ação escolar definido?
Social	Ambiente educativo	– A escola capacita e promove ações para mitigar conflitos sociais, econômicos, éticos, morais e religiosos que por vezes se replicam na escola. – A escola busca parcerias com outras instituições (universidades, empresas, fundações etc.) para o desenvolvimento de ações conjuntas? – A escola promove ações visando melhorar a acessibilidade (rampas, banheiro adaptado, equipamentos etc.)? – As práticas pedagógicas desenvolvidas na escola são inclusivas (saberes tradicionais, culturas diversas, gêneros, étnico-racial, PNE)? – Há socialização e divulgação das ações desenvolvidas na escola ao público escolar interno e externo utilizando ferramentas educacionais (método de ensino que usa a comunicação em massa e a mídia em geral)? – A escola dispõe da quantidade de professores que necessita? – A escola dispõe de funcionários em geral suficientes para seu adequado funcionamento? – A direção, o corpo pedagógico e os alunos desenvolvem o diálogo para resolver os conflitos?

Continua...

DIMENSÕES SOCIOAMBIENTAL ESCOLAR	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ESCOLAR	PERGUNTAS
Currículo	Estruturação do currículo escolar.	– A escola inclui a Educação Ambiental em seu Projeto Político Pedagógico (PPP)? – Na escola é realizado um planejamento pedagógico visando a inserção de conhecimentos de educação ambiental de forma interdisciplinar e transdisciplinar? – A escola realiza feiras de conhecimento, gincana cultural contemplando os conhecimentos e saberes socioambientais anuais? – Na escola é realizado um planejamento pedagógico visando a inserção de conhecimentos de educação ambiental de forma transdisciplinar? – A comunidade escolar sempre é informada de todas as ações desenvolvidas na escola?
	Práticas pedagógicas socioambientais.	– Nas práticas pedagógicas são utilizados diferentes recursos que facilitem a compreensão da realidade socioambiental local e global? – São realizadas aulas de campo para trabalhar as questões socioambientais? – A escola desenvolve projetos de pesquisa relacionados com educação ambiental envolvendo a comunidade?
Ambiental	Espaço escolar	– Na escola são desenvolvidos projetos ou programas estaduais de meio ambiente e educação ambiental? – Na escola são desenvolvidos projetos próprios voltados para a sustentabilidade socioambiental? – Os espaços físicos ao ar livre da escola (horta, jardins, áreas verdes, pátio, bioma, etc) são utilizados como ambientes de aprendizagem? – A horta fornece alimentos locais e orgânicos para a merenda escolar? – Na escola há presença e valorização de árvores (espaço arbóreo)?
	Ecoeficiência	– A escola realiza coleta seletiva e reaproveitamento dos resíduos sólidos (recicláveis e orgânicos)? – A escola realiza separação, compostagem e encaminhamento adequado a seus resíduos orgânicos? – São adotadas medidas para a redução do consumo (torneiras, descargas e reaproveitamento da água da chuva) de água na escola? – São empregadas medidas para evitar o desperdício de material de expediente (papel, tinta, etc)?
Economia	Gestão de recursos econômicos.	– Os recursos financeiros repassados para a escola são suficientes para uma manutenção adequada? – A escola recebe recurso financeiro específico para desenvolver ações de educação ambiental? – A Escola faz a prestação de contas pelo menos a uma vez cada semestre para a comunidade escolar?

Fonte: Elaborada pela autora (2021) baseado em: Vieira (2016).

4.5 ASPECTOS ÉTICOS

Com o intuito de manter o compromisso com os aspectos éticos, este projeto foi submetido à plataforma Brasil e ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense, a pesquisa iniciou somente após a sua aprovação. Seguiu os ditames das Resoluções do CNS n.º 466/2012 combinada com a resolução n.º 510/2016. O projeto foi aprovado sob número 5.141.689 data 02/12/2021, de acordo com anexo C.

Por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE elaborado pelo pesquisador que foi entregue aos participantes, eles tiveram o conhecimento formal e documental de sua participação na pesquisa de forma clara, consciente, livre e voluntária.

Neste contexto no momento da entrega do TCLE a pesquisadora explicou como ocorre o processo da pesquisa o que garantiu ao participante o direito de acesso ao teor do conteúdo dos questionários, pois assim o mesmo pode tomar uma decisão quanto à participação da pesquisa.

4.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

As informações coletadas, documentos, arquivos virtuais das entrevistas ficarão sob os cuidados da pesquisadora responsável, ou seja, os arquivos foram mantidos virtualmente até a transcrição, respeitando todo o protocolo de segurança digital. Após a transcrição e análise os mesmos foram imediatamente copiados em HD externo e então excluídos do ambiente virtual. A análise dos dados obtidos foi embasada na análise de conteúdo de Bardin (2016), que se refere ao seu método como um conjunto de instrumentos metodológicos que se aperfeiçoam continuamente, ao mesmo tempo em que é aplicável aos mais diversificados tipos de discursos.

O método de análise de conteúdo segundo Bardin (2016) descreve um roteiro para chegar na informação, essa metodologia inicia com: (1) pré-análise: é a fase de organização, na qual os documentos são escolhidos e elaboram-se as hipóteses, objetivos e indicadores; (2) exploração do material: é a análise propriamente dita, isto é, momento em que se colocam em prática as decisões tomadas na fase anterior, por meio de procedimentos de codificação, decomposição ou enumeração, e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação: “lapidar” os resultados brutos para torná-los válidos e significativos, através de tratamentos estatísticos, elaboração de quadros de resultados, diagramas, figuras, entre outros.

Assim, foi realizado pela pesquisadora, organizando e transcrevendo os questionários e os dados documentais do PPPS e PGEs. Posteriormente houve a exploração do material, ora organizado. E finalmente ocorreu a análise e inferências da autora, buscando extrair à exaustão os dados coletados.

5 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS DE PESQUISA

Nesta seção são apresentados os dados coletados dos questionários e posteriormente os dos documentos (PGE e PPP). Esses dados dos questionários enviados aos três gestores são apresentados juntos em um quadro seguido da análise dos resultados. Da mesma forma segue a análise dos documentos das três escolas apresentados juntos seguindo da análise.

Os dados coletados nos questionários têm como respostas: sim (S) e não (N), seguidos da análise das respostas dos gestores identificados como GA, GB e GC.

Na sequência é feita uma análise geral do PPP e PGE e um comparativo entre os documentos levando em consideração palavras-chave (em negrito) relacionadas a cada Indicador de sustentabilidade socioambiental, em cada documento foi sinalizado se há Indícios (HI), não há indícios de indicadores socioambientais NHI e Não está relacionado (NR). Com o intuito de preservar a identidade das escolas pesquisadas e seus respectivos gestores e cumprir os aspectos éticos da pesquisa, utilizou-se como codinomes as letras A B e C para sucessivamente para cada escola.

Os questionários e os documentos institucionais foram analisados de acordo com as cinco dimensões propostas: Gestão, social, currículo, ambiental e econômica e dos oito indicadores de sustentabilidade: Planejamento educacional, estrutura administrativa, ambiente educativo escolar, estruturação do currículo, práticas pedagógicas socioambientais, espaço escolar, gestão de recursos econômicos e ecoeficiência.

5.1 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS DE PESQUISA/ QUESTIONÁRIOS

5.1.1 Dimensão Gestão

A dimensão Gestão escolar consiste na participação como princípio de gestão, prioriza a transparência de processos e atos, propicia espaços democráticos, oportuniza a relação escola e a comunidade.

Objetivo das perguntas: Verificar se no âmbito da gestão escolar há indícios do uso de instrumentos de planejamento e gestão democrática.

Nesta dimensão foram apresentados dois indicadores conforme o Quadro 7.

Quadro 7 – Dimensão Gestão – indicadores: Planejamento educacional, Estrutura administrativa

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ESCOLAR/ ROTEIRO DE ANÁLISE QUESTIONÁRIOS GESTORES							
DIMENSÃO/ GESTÃO		RESPOSTAS GESTORES POR ESCOLA					
INDICADORES	PERGUNTAS	GA		GB		GC	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1 - Planejamento educacional	As metas do Plano Gestor (PGE) são acompanhadas pela comunidade escolar?	S		S		S	
	O projeto político pedagógico (PPP) é atualizado anualmente?	S		S		S	
	O projeto político pedagógico (PPP) é socializado e discutido com a comunidade escolar	S		S		S	
	A escola possui o Grêmio estudantil, conselho deliberativo instituído para garantir a participação democrática de todos os segmentos, e promove a descentralização de poder?	S		S		S	
	O conselho deliberativo desenvolve suas funções consultiva, fiscal e mobilizadora?	S		S		S	
	A comunidade escolar reconhece o conselho deliberativo como órgão máximo de deliberações dentro da escola que possui funções consultiva, fiscal e mobilizadora?	S		S		S	
	A escola promove espaços participativos (encontros, reuniões etc.) para pais, alunos, professores equipe administrativa para analisar e propor ações sobre o desenvolvimento da escola?	S		S		S	
	A APP acompanha e contribui com as ações desenvolvidas pela gestão escolar?	S		S		S	
	A escola possui um plano de ação com indicadores socioambientais definidos?	S			N		N
2 – Estrutura administrativa	A escola possui grêmio estudantil, que atua como instância de organização e representação dos estudantes?	S		S		S	
	A escola possui conselho de representantes de classe, com a função de criar demandas para serem deliberadas pelo Grêmio Estudantil ou pelas assembleias estudantis?	S		S		S	
	Todas as decisões do conselho deliberativo que abrangem questões administrativas, financeiras e pedagógicas são tomadas de maneira coletiva?	S		S		S	
	Há assembleias escolares instituídas para deliberar os assuntos estudantis, ambientais e de organização da escola demandadas pelo Grêmio Estudantil ou pelo Conselho de Representantes de Classes?	S		S		S	
	A escola possui um comitê de educação ambiental?		N		S		N
	A escola possui um comitê gestão de conflitos (comitê de ética) como estratégia de mitigar conflitos?	S		S		S	
Legenda: Sim (S), Não (N)							

Fonte: Autora (2022).

Referente à dimensão gestão, verifica-se que:

No primeiro indicador planejamento educacional, das dez perguntas, oito os gestores responderam sim, porém, na questão: A APP faz e acompanha a gestão dos recursos da escola?

A escola B fez o comentário “nem sempre, na maioria das vezes é muito difícil a participação dos pais”.

Lück menciona a importância da participação da comunidade dentro da escola, mas procura salientar que "em geral, os pais com pouca participação nada exercem na determinação do que acontece na escola" (LÜCK, 2006, p. 83). Por isso, a participação da família por si só é um processo de conquista, mas muitas vezes ocorre um desleixo por parte dos pais ou até mesmo da escola. Deste modo, nota-se que os pais culpam a escola por não quererem sua participação, e a escola os acusa por não se interessarem pela educação de seus filhos.

Na última questão: A escola possui um plano de ação com indicadores socioambientais definidos? A escola A respondeu sim, porém as escolas B e C responderam não com comentário “O plano de ação é o PPP”.

De acordo com o objetivo das questões percebe-se pelas respostas dos gestores que no âmbito do planejamento escolar, há indícios do uso de instrumentos de planejamento e gestão democrática mesmo não utilizando o plano de ação para resolver situações como a dificuldade do envolvimento dos pais citados pelas escolas B e C.

Para a tomada de decisões em relação aos interesses comuns da comunidade escolar é importante ressaltar a necessidade de um plano de ação que não vise apenas a resolução de problemas imediatos, mas de um planejamento estratégico, que numa gestão de educação é “o esforço disciplinado e consistente, destinado a produzir decisões fundamentais e ações que guiem a organização escolar, em seu modo de ser e de fazer, orientado para resultados, com forte visão de futuro”. (LUCK, 2000, p. 3). Nesse sentido, é que os segmentos da comunidade escolar devem se organizar por meio de estudos, discussões, documentos norteadores como o PGE e o PPP escolar e de ações concretas em busca de solução de problemas e melhorias.

A escola precisa estar preparada às inovações e desafios, fazendo sempre uma avaliação do processo de forma planejada. Para Morin (2011), diante de uma realidade complexa devemos também pensar de forma complexa. Desta forma, o autor propõe uma educação fundamentada em saberes capazes de contribuir para o enfrentamento de questões fundamentais referentes à ética, à cidadania e à solidariedade planetária do presente e do futuro.

No segundo indicador estrutura administrativa, verifica-se que ocorre a atuação dos diversos atores do colegiado como APP, Conselho deliberativo, Grêmio Estudantil, Conselho de representantes de sala, comitê escolar, porém só a escola B tem implantado o comitê Educação Ambiental para desenvolver projetos referentes ao tema. De acordo com Luck,

[...] “há fortes indícios de que as ações educacionais carecem de um processo de planejamento competente e apropriado para produzir planos ou projetos com capacidade clara de orientar todos e cada momento das ações necessárias” (LUCK, 2006, p. 33).

Nesse contexto, a autora nos traz a importância do planejamento e a necessidade da orientação das ações ambientais na escola, para que essas não fiquem apenas no papel ou perdidas como ações pontuais. O comitê de educação ambiental escolar assume esse papel de planejamento, orientação e mobilização, fortalecendo assim o compromisso da escola com a formação integral dos estudantes e com o cumprimento da Lei 9795/1999 da educação ambiental que em seu artigo 9º, trata da obrigatoriedade de trabalhar educação ambiental nas escolas.

Neste sentido a educação contemporânea, precisa reconhecer as cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão, uma forma que o autor aponta como o primeiro saber. Para Morin,

O conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo externo. Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos. Daí resultam, sabemos bem, os inúmeros erros de percepção, que nos vêm de nosso sentido mais confiável, o da visão. Ao erro de percepção acrescenta-se o erro intelectual. O conhecimento por meio de palavra, de ideia, de teoria, é o fruto de uma tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento e, por conseguinte, está sujeito ao erro (2011, p. 20).

Esse sentido que Morin (2011) traz condiz com a necessidade da EA avançar para além do pensamento moderno, buscando possibilitar a compreensão da complexidade dos problemas ambientais que não encontram um modelo explicativo na ciência cartesiana. Há a necessidade dessa concepção do conhecimento para fundamentar os comitês de educação ambiental nas escolas tornando as práticas ambientais eficazes nos processos escolares. Esses comitês de EA irão desenvolver uma cultura socioambiental escolar.

5.1.2 Dimensão Social

Por meio dessa dimensão o pensar na escola volta-se como uma necessidade de um espaço para aquisição dos saberes, para a socialização e para a convivência com a diversidade. É nesse lugar que o constrói noções de cidadania, solidariedade e solidifica valores por meio da orientação dos profissionais da educação.

Objetivo das perguntas: Verificar se há indícios de gestão de conflitos sociais, econômicos, éticos, morais e religiosos, identificar a existência de estruturas com acessibilidade a mobilidade sustentável, a utilização de espaços educativos visando a promoção da Educação ambiental.

Nesta dimensão foram apresentados dois indicadores conforme o quadro que segue.

Quadro 8 – Dimensão Social – indicadores: Planejamento educacional e Estrutura administrativa

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ESCOLAR/ ROTEIRO DE ANÁLISE QUESTIONÁRIOS GESTORES							
INDICARES DE SUSTENTABILIDAD E SOCIAMBIENTAL	PERGUNTAS	RESPOSTAS GESTORES POR ESCOLA					
DIMENSÃO/SOCIAL		GA		GB		GC	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
3 - Ambiente Educativo	A escola capacita e promove ações para mitigar conflitos sociais, econômicos, éticos, morais e religiosos que por vezes se replicam na escola.?	S		S		S	
	A escola busca parcerias com outras - instituições (universidades, empresas, fundações etc.) para o desenvolvimento de ações conjuntas?	S		S		S	
	A escola promove ações visando melhorar a acessibilidade (rampas, banheiro adaptado, equipamentos etc.)?	S		S		S	
	As práticas pedagógicas desenvolvidas na escola são inclusivas (saberes tradicionais, culturas diversas, gêneros, étnico-racial, PNE)?	S		S		S	
	Há socialização e divulgação das ações desenvolvidas na escola ao público escolar interno e externo utilizando ferramentas educacionais (método de ensino que usa a comunicação em massa e a mídia em geral)?	S		S		S	
	A escola dispõe da quantidade de professores que necessita?		N		N		N
	A escola dispõe de funcionários em geral suficientes para seu adequado funcionamento?		N		N		N
	A direção, o corpo pedagógico e os alunos desenvolvem o diálogo para resolver os conflitos?	S		S		S	
Legenda: Sim (S), Não (N)							

Fonte: Autora (2022).

Referente à dimensão Social, verifica-se que no indicador ambiente educativo, das oito perguntas seis os gestores responderam sim, porém, nas questões sobre a quantidade de professores e funcionários adequados para o funcionamento da escola os gestores responderam não. O GA fez o comentário que precisa de mais funcionários para limpeza da área interna e externa da escola. O GB comentou “ falta professores no dia a dia da escola, por vários motivos como doença e não tem como substituir no dia da falta”, e GC comentou “falta tudo a escola é grande, precisamos de mais profissionais para trabalhar principalmente no administrativo e pedagógico”.

De acordo com o objetivo das questões percebe-se pelas respostas dos gestores que há indícios de gestão de conflitos sociais, econômicos, éticos, morais e religiosos, identifica -se a

existência de estruturas com acessibilidade à mobilidade sustentável, a utilização de espaços educativos visando a promoção da educação ambiental. Quando se refere a gestão de conflitos, Morin (2011) propõe uma educação fundamentada em saberes capazes de contribuir para o enfrentamento de questões fundamentais referentes à ética, à cidadania e à solidariedade planetária do presente e do futuro.

A obra *Os Sete Saberes Necessário à Educação do Futuro* constitui um rico referencial de estudo que expõe problemas essenciais para o ensino no século XXI. Entretanto não pode ser caracterizada como um modelo ou um conjunto de regras sobre o que ensinar, mas sim como uma proposta para a reflexão que antecede essa organização, sendo indicada a “toda sociedade e em toda cultura, sem exclusividade nem rejeição, segundo modelos e regras próprias a cada sociedade e a cada cultura” (MORIN, 2011, p. 15)

Em relação a falta professores, funcionários, equipe pedagógica e administrativa na escola para desempenhar com qualidade suas funções na escola. Para Luck:

“Embora a contratação de funcionários para os serviços de apoio na escola seja feita por força de sistemas conservadores de contratação e concurso de pessoal no serviço público, para funções específicas, o que se demanda na escola é a realização de trabalho em equipe, focado na construção de ambiente educacional positivo para a formação e aprendizagem dos alunos e atendimento dessas necessidades” (LUCK 2009, p. 101).

A autora reconhece a fragilidade das escolas públicas referente ao quadro de colaboradores, o que desafia os gestores na condução das atividades diárias, como meio de amenizar essa crise reforça a importância do trabalho colaborativo, onde professores, com a perspectiva que toda a comunidade escolar é responsável pelo processo educacional independente de sua função específica e a gestão desse segmento funcional. Equipes bem lideradas mantêm-se motivadas nesse objetivo e trabalham colaborativamente, de modo a se apoiarem reciprocamente na realização de seu trabalho nas situações de crise.

Atualmente, a relação ser humano/sociedade/natureza exige uma nova visão de mundo, que seja crítica, reflexiva, responsável, consciente e transformadora (FREIRE, 2021); para Freire essa relação deve ser capaz de compreender as totalidades distintas e os complexos relacionais, de romper com a indiferença na relação com o outro e neste caso a união e o trabalho de equipe mitiga as mazelas da gestão de pessoas na educação pública.

No segundo saber Morin traz a questão fundamental “os princípios do conhecimento pertinente”, ou seja, para que o cidadão seja capaz de pensar de forma crítica e inovadora

preciso que tenha acesso a uma Educação que favoreça as aptidões naturais da mente para formular e resolver problemas, estimulando a inteligência. De acordo com Morin,

Na missão de desenvolver a inteligência geral dos indivíduos, a Educação do Futuro deve, ao mesmo tempo, utilizar os conhecimentos existentes, superar as antinomias decorrentes do progresso nos conhecimentos especializados e identificar a falsa racionalidade (2011, p. 37).

Morin (2011) ressalta a necessidade da superação da hiperespecialização. De que os sistemas de ensino livres-se das contradições - criando e alimentando disjunções entre as ciências e as humanidades. Os problemas fundamentais da humanidade e os problemas globais estão ausentes das ciências fragmentadas, disso decorre o enfraquecimento da percepção global que conduz ao enfraquecimento da responsabilidade e como consequência cada uma passa a responder somente por sua tarefa especializada. Levando ainda ao enfraquecimento da solidariedade, ou seja, as pessoas não sentem mais os vínculos com seus concidadãos (MORIN, 2011, p. 37-38).

5.1.3 Dimensão Currículo

A dimensão do currículo refere-se à organização do conhecimento escolar. Essa organização torna-se necessária porque, com o surgimento da escolarização em massa, precisou-se de uma padronização do conhecimento a ser ensinado, ou seja, que as exigências do conteúdo fossem as mesmas, porém trabalhadas de acordo com a realidade de cada comunidade escolar.

Objetivo das perguntas: Verificar se há a inclusão da educação ambiental no PPP e PGE e a inserção dos conteúdos referentes à Educação ambiental, a sustentabilidade de forma interdisciplinar e transdisciplinar para a promoção de ações socioambientais.

Nesta dimensão foram apresentados dois indicadores conforme o Quadro 9 que segue.

Quadro 9 – Dimensão Currículo – indicadores: Estruturação do Currículo Escolar e Práticas Pedagógicas Socioambientais

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ESCOLAR/ ROTEIRO DE ANÁLISE QUESTIONÁRIOS GESTORES							
DIMENSÃO /CURRÍCULO		RESPOSTAS GESTORES POR ESCOLA					
INDICADORES	PERGUNTAS	GA		GB		GC	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
4 - Estruturação do currículo escolar.	A escola inclui a Educação Ambiental em seu Projeto Político Pedagógico (PPP)?	S		S		S	
	Na escola é realizado um planejamento pedagógico visando a inserção de conhecimentos de educação ambiental de forma interdisciplinar e transdisciplinar?	S		S		S	
	A escola realiza feiras de conhecimento, gincana cultural contemplando os conhecimentos e saberes socioambientais anuais?	S		S		S	
	Na escola é realizado um planejamento pedagógico visando a inserção de conhecimentos de educação ambiental de forma transdisciplinar?	S		S		S	
	A comunidade escolar sempre é informada de todas as ações desenvolvidas na escola?	S		S		S	
5 - Práticas pedagógicas socioambientais.	Nas práticas pedagógicas são utilizados diferentes recursos que facilitem a compreensão da realidade socioambiental local e global?	S		S		S	
	São realizadas aulas de campo para trabalhar as questões socioambientais?	S		S		S	
	A escola desenvolve projetos de pesquisa relacionados com educação ambiental envolvendo a comunidade?	S			N		N
Legenda: Sim (S), Não (N)							

Fonte: Autora (2022).

Referente à dimensão Currículo, verifica-se que no indicador Estruturação do currículo escolar, os gestores responderam sim para todas as perguntas. De acordo com as respostas, verifica-se que há inclusão da educação ambiental no PPP e PGE e a inserção dos conteúdos referentes à Educação ambiental, a sustentabilidade de forma interdisciplinar e transdisciplinar para a promoção de ações socioambientais. Porém, no indicador práticas pedagógicas socioambientais na questão: A escola desenvolve projetos de pesquisa relacionados com educação ambiental envolvendo a comunidade? GB e GC responderam não.

Os projetos escolares fomentam a interdisciplinaridade que busca uma relação complexa do conhecimento, onde aponta Morin (2015, p. 106): “os aspectos globais e complexos do conhecimento foram diluindo-se paulatinamente em virtude da hiperespecialização dos saberes e da incapacidade de articulá-los uns aos outros”.

Para Morin (2021), além de explorar conceitos e conteúdo, os projetos podem ainda envolver a comunidade escolar por meio de: “programas de serviços comunitários, campanhas de solidariedade, defesas de metas ecológicas, experiências de laboratório e uma infinidade de outras atividades extracurriculares”.

A comunidade escolar deve ser envolvida em todas as ações escolares rompendo com a fragmentação que separa agentes internos e externos. Nesse sentido o olhar vai além dos projetos e ações desenvolvidos na escola, a partir do momento que há essa integração, o olhar volta-se para o currículo escolar, onde podemos submeter a práxis de Freire (2006) que destaca possibilidades da reinvenção cotidiana do currículo, feita de maneira gnosiológica, reflexiva, dialógica e democrática, podemos afirmar com Freire que a comunidade escolar participa de forma democrática e autônoma, constituindo um dos principais alicerces desta reinvenção participando do processo pedagógico, reunindo os elementos curriculares da finalidade da educação que é a transformação da cultura do sujeito coletivo por meio da conscientização da realidade social e ambiental escolar.

5.1.4 Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental, refere-se a habilidade de tornar suficiente os recursos ambientais na escola por meio de ações escolares, relacionadas à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis.

Objetivo das perguntas: Verificar se há indícios de cuidado, a preservação e a utilização do ambiente escolar e seu entorno como espaço educativo para o desenvolvimento de práticas e ações socioambientais.

Nesta dimensão foram apresentados dois indicadores conforme o Quadro 10 que segue.

Quadro 10 – Dimensão Ambiental– indicadores: Espaço escolar e Ecoeficiência

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ESCOLAR/ ROTEIRO DE ANÁLISE QUESTIONÁRIOS GESTORES							
DIMENSÃO /AMBIENTAL		RESPOSTAS GESTORES POR ESCOLA					
INDICADORES	PERGUNTAS	GA		GB		GC	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
6 – Espaço Escolar	Na escola são desenvolvidos projetos ou programas estaduais de meio ambiente e educação ambiental?	S		S		S	
	Na escola são desenvolvidos projetos próprios voltados para a sustentabilidade socioambiental?	S		S		S	
	Os espaços físicos ao ar livre da escola (horta, jardins, áreas verdes, pátio, bioma etc.) são utilizados como ambientes de aprendizagem?	S		S		S	
	A horta fornece alimentos locais e orgânicos para a merenda escolar?		N		N		N
	Na escola há presença e valorização de árvores (espaço arbóreo)?	S		S		S	
7 – Ecoeficiência	A escola realiza coleta seletiva e reaproveitamento dos resíduos sólidos (recicláveis e orgânicos)?	S		S		S	
	A escola realiza separação, compostagem e encaminhamento adequado a seus resíduos orgânicos?	S		S		S	
	São adotadas medidas para a redução do consumo (torneiras, descargas e reaproveitamento da água da chuva) de água na escola?	S		S		S	
	São empregadas medidas para evitar o desperdício de material de expediente (papel, tinta etc.)?	S		S		S	
Legenda: Sim (S), Não (N)							

Fonte: Autora (2022).

Referente a dimensão ambiental, no indicador estruturação do currículo escolar, das cinco questões os gestores responderam sim para três perguntas, na pergunta; a horta fornece alimentos locais e orgânicos para a merenda escolar? Todos os gestores responderam não, seguido do comentário: não podemos fornecer alimentos da horta escolar para a merenda, a empresa é terceirizada e recebe alimentos da agricultura familiar. a alimentação escolar no estado de Santa Catarina conta com cardápios para escolas geridas por autogestão e terceirizada é regida pela Instrução Normativa n.º 1568/2021 a seguir:

“O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista as determinações da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, da Resolução/CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, e da Resolução CD/FNDE nº 20, de 02 de dezembro de 2020, que dispõem sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da Educação Básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Considerando os Termos dos Contratos com as empresas terceirizadas

especializadas na prestação de serviços de preparo e distribuição da alimentação escolar para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar nas Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual de Santa Catarina” DIARIO OFICIAL (28/06/2021).

Seguindo a instrução publicada em diário oficial. O GA respondeu “Os produtos da horta são distribuídos para os alunos carentes da escola”. Para a questão cinco o GA comentou “Há o plantio de árvores na escola, cada turma é responsável por uma árvore plantada”. De acordo com as respostas dos gestores verifica-se que há indícios de cuidado, a preservação e a utilização do ambiente escolar e seu entorno como espaço educativo para o desenvolvimento de práticas e ações socioambientais.

Entendendo que as escolas são promotoras da formação das pessoas, é muito importante o cuidado e a preservação do espaço escolar e seu entorno, pois ela passa a ser considerada como um espaço privilegiado de construção da curiosidade epistemológica de reflexão e crítica. Neste pensar, Freire (1996, p. 27) nos lembra de que “esta é a vantagem dos seres humanos – a de se terem tornado capazes de ir além de seus condicionamentos”. Imaginamos e defendemos a possibilidade de que o desenvolvimento desse processo possa se dar por meio de uma pedagogia libertadora, da autonomia e da Educação Ambiental.

De acordo com Paulo Freire (1996, p. 42), o ser humano deve “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos”. A Educação Ambiental, compreendida como um movimento contracultura, aliada à pedagogia de Freire tem potencialmente a possibilidade de contribuir para reflexão crítica das demandas emergentes no contexto socioambiental e, conseqüentemente, para mudanças nas práticas sociais.

5.1.5 Dimensão Econômica

A dimensão econômica nas escolas refere-se à sistematização dos procedimentos administrativos relacionados ao gerenciamento financeiro. Com o objetivo de assegurar a eficiência da escola, é preciso planejar as entradas e saídas de recursos com mecanismos de análise e controle.

Objetivo das perguntas: Suficiência de recursos humanos e financeiros: Refere-se aos recursos financeiros destinados à manutenção da escola e ao desenvolvimento de ações de educação ambiental, bem como a quantidade de professores, funcionários e equipe pedagógica da escola para desempenhar com qualidade sua função social.

Nesta dimensão foi apresentado um indicador conforme o Quadro 11 que segue.

Quadro 11 – Dimensão Econômica– indicador: Gestão de recursos econômicos

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ESCOLAR/ Roteiro de análise questionários gestores.							
DIMENSÃO/ECONÔMICA	PERGUNTAS	RESPOSTAS GESTORES POR ESCOLA					
INDICADORES		GA		GB		GC	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
8 - Gestão de recursos econômicos.	Os recursos financeiros repassados para a escola são suficientes para uma manutenção adequada?		N		N		N
	A escola recebe recurso financeiro específico para desenvolver ações de educação ambiental?		N		N		N
	As decisões sobre o investimento dos recursos recebidos pela escola são decididas com as representatividades da comunidade escolar?	S		S		S	
	A Escola faz a prestação de contas pelo menos uma vez a cada semestre para a comunidade escolar?	S		S		S	
Legenda: Sim (S), Não (N)							

Fonte: Autora (2022).

Referente à dimensão econômica, no indicador Gestão de recursos econômicos, das quatro questões os gestores responderam não para as duas primeiras perguntas identificando que os recursos financeiros destinados à manutenção da escola e ao desenvolvimento de ações de educação ambiental não são suficientes. De acordo com Luck;

“É do gestor da escola a responsabilidade máxima quanto à consecução eficaz da política educacional do sistema e desenvolvimento plenos dos objetivos educacionais, organizando, dinamizando e coordenando todos os esforços nesse sentido e controlando todos os recursos para tal” (LÜCK, 2006, p. 32).

Ao gestor, cabe a articulação do trabalho entre os setores administrativo e pedagógico, o número de pessoal e a disponibilidade de material para a realização das atividades planejadas.

Cabe também ao gestor garantir a suficiência financeira por meio dos recursos que a escola recebe. O dinheiro é depositado para a escola através de programas como PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola; MAIS EDUCAÇÃO; PDE – Programa de Desenvolvimento da Educação, entre outros que podem ser aderidos, conforme a disposição

dos sistemas de ensino e da gestão escolar. Mas, a quantidade de recursos e o valor destinado irão depender das demandas das escolas e da qualidade da educação ofertada, medida através do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. E, caberá ao gestor destinar os recursos advindos através destes programas, para suprir as necessidades da escola e fazer as melhorias nos aspectos estruturais e materiais.

Frente a esse cenário destaca-se outro saber a ser ensinado pela Educação do Futuro: “Enfrentar as incertezas”. A reflexão para a resolução dos problemas atuais demanda o desapego da estabilidade proveniente das certezas, inclusive científicas, para a relação com as incertezas decorrentes da realidade. Neste caso referente a gestão econômica deve-se prever a possibilidade do surgimento do inesperado, o que Morin denomina como o ensino da ecologia da ação, que significa a atitude tomada quando uma ação é desencadeada e diverge das intenções daquele que a provocou, podendo inclusive desviar-se até para o sentido oposto (MORIN, 2011, p. 86-89).

As respostas das últimas questões foram sim referindo-se a transparência e interação com a comunidade escolar. Mesmo cabendo ao gestor garantir a suficiência financeira a destinação dos recursos não será definida somente pelo gestor escolar, é por isso, que são constituídos os Conselhos Escolares, com a participação de pais, professores, funcionários, membros da comunidade e alunos, garantindo assim a transparência nos processos econômicos da escola.

5.2 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS DE PESQUISA /DOCUMENTOS PGE E PPP

Segundo Libâneo (2004, p. 56), o PPP “[...] é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das de suas ações”.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

O mesmo entendimento se aplica para o PGE, mesmo sendo elaborado por um candidato a direção, é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação intencionalidade da

escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas para cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. Veiga (2004, p. 13).

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 2007, p. 12).

Nesse cenário, é imprescindível o estabelecimento de novos paradigmas de ensino no campo do conhecimento científico e tecnológico que habilitem profissionais para atuarem, com competência e comprometimento, nos diferentes e mutáveis campos do trabalho, a este respeito Paulo Freire diz o seguinte: “De fato, ao nos aproximarmos da natureza do ser que é capaz de se comprometer, estaremos nos aproximando da essência do ato comprometido. A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir”. (FREIRE, 2021, p. 14).

Socializar o conhecimento significa garanti-lo a todos, através de políticas que zelem pela inclusão, isto tem diversas implicações nas políticas educacionais e nas posturas dos educadores. A eles cabe estimular o desenvolvimento de uma maneira de pensar autônoma e transformadora por parte dos educandos. Para socializar o conhecimento numa perspectiva holística é importante valorizar a realidade dos estudantes como ponto de partida para trabalhar conhecimentos que explicam essa realidade, e, ao mesmo tempo, o mundo. Como afirma Morin (2000, p. 55). A complexidade humana não poderia ser compreendida dissociada dos elementos que a constituem: todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana”

O Projeto Político-Pedagógico, como não poderia deixar de ser, tem como foco o aluno, a sua formação e aprendizagem e a organização do processo pedagógico para promover essa formação e aprendizagem. Em vista disso, ele engloba o planejamento curricular, isto é, o conjunto das experiências a serem promovidas pela escola para promover a formação e aprendizagem dos alunos (LÜCK, 2009, p. 38).

O Plano de Gestão Escolar (PGE), é apresentado por profissionais da educação interessados em ocupar a função de Diretor de Unidade Escolar. Como esse processo de elaboração do PGE é um projeto da SED/SC. Trata – se de um documento integrante a política

pública de seleção dos gestores escolares do estado de Santa Catarina, ainda não há muitas produções sobre o tema.

O PGE explicita metas, objetivos e ações, que evidenciam o compromisso com o acesso, a permanência, a inclusão, o percurso formativo com êxito na aprendizagem, na perspectiva da formação integral do estudante da Educação Básica e Profissional. Além de representar ainda o compromisso da gestão com a comunidade escolar e com a SED.

Trata-se de um plano estratégico, em que se define a natureza da escola, a sua missão, visão, valores, finalidades e objetivos gerais, estratégias de atuação, além de seu plano de melhoria organizacional, para promover a realização do Projeto Político Pedagógico que deve ser constantemente acompanhado pela comunidade escolar. O PGE engloba a política educacional da escola e as regras e regulamentos que possam garantir a sua efetivação. Portanto, se constitui em um instrumento da dimensão da gestão escolar e suas competências melhoria e organização institucional escolar, de modo que possa realizar seu trabalho educativo.

5.2.1 Dimensão Gestão

A dimensão da gestão escolar nada mais é do que as competências ou as responsabilidades pertinentes à gestão e aos gestores escolares, como o planejamento escolar, a construção colaborativa dos documentos norteadores da escola, a garantia de que os conselhos e comitês trabalhem com autonomia e a promoção de espaços participativos. Essa dimensão tem como objetivo: Identificar nos documentos indícios do uso de instrumentos de planejamento e gestão democrática.

Quadro 12 – Dimensão Gestão – indicadores: Planejamento educacional, Estrutura administrativa

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ESCOLAR/ Roteiro de análise do PPP e PGE escolar. Há indícios (HI) / Não há indícios (NHI) / Não está relacionado (NR)							
INDICADORES	Critérios para verificar Indícios de gestão socioambiental	PPP			PGE		
DIMENSÃO/ GESTÃO		A	B	C	A	B	C
1 - Planejamento educacional	O PPP está em consonância com o PGE?	NHI	HI	NHI	NR	NR	NR
	Acompanhamento de Metas do (PGE) e PPP pela comunidade escolar	NHI	HI	NHI	NHI	HI	NHI
	Atualização do PPP.	HI	HI	HI	NR	NR	NR
	Socialização e discussão PPP e PGE	HI	HI	HI	HI	HI	HI
	Grêmio estudantil, conselho deliberativo instituído para garantir a participação democrática de todos os segmentos, e promove a descentralização de poder.	HI	HI	HI	HI	HI	HI
	Identificação das funções do Conselho deliberativo como consultiva, fiscal e mobilizadora	HI	HI	HI	HI	HI	HI
	O conselho deliberativo é identificado como órgão máximo de deliberações dentro da escola é que possui funções consultiva, fiscal e mobilizadora.	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI
	Promoção de espaços participativos (encontros, reuniões etc.) para pais, alunos professores equipe administrativa para analisar e propor ações sobre o desenvolvimento da escola	HI	HI	HI	HI	HI	HI
	Acompanhamento, ações e contribuição da APP para com a escola.	HI	HI	HI	NHI	HI	NHI
2 - Estrutura administrativa	Plano de ação escolar com indicadores socioambientais definido.	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI
	Participação do Grêmio estudantil em programas e projetos da escola	HI	HI	HI	NHI	NHI	NHI
	Conselho deliberativo instituído e participa dos programas e projetos da escola	HI	HI	HI	NHI	HI	NHI
	Associação de pais e professores instituído e participativo nos programas e projetos da escola	HI	HI	HI	NHI	HI	NHI

Continua...

	Comitê de educação ambiental instituído e participativo nos programas e projetos da escola	NHI	HI	NHI	NHI	NHI	NHI
	Comitê Gestão de conflitos (comitê de ética) como estratégia de mitigar conflitos.	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI
Legenda: Sim (S), Não (N)							

Fonte: Autora (2022).

No primeiro indicador planejamento educacional, indícios de consonância entre os documentos PPP e PGE foram identificados na escola B, o mesmo aconteceu com o acompanhamento das metas propostas, só há registro de planejamento do acompanhamento na escola B, quanto à atualização e socialização foi encontrado indícios nas três escolas. Há indícios da instituição do Conselho Deliberativo, da APP e do Grêmio estudantil, porém não há indícios da referência do conselho deliberativo como órgão máximo das deliberações da escola. Sobre a APP há referências nos PPPs, porém não há em duas escolas no PGE. Não há plano de ação com indicadores socioambientais definidos no PPP, há referência do plano de contingência covid 19, no PGE há referência ao plano de ação escolar relacionado à dimensão socioeconômica, pedagógica, financeira e física. O planejamento é um processo muito importante.

“Esse processo de planejamento resulta em um plano de ação, cujo papel é o de servir como mapa norteador da ação educacional, em vista do que deve estar continuamente sobre a mesa de trabalho. Planos nas gavetas e que não são cotidianamente consultados para a orientação das ações a serem realizadas e para o monitoramento e avaliação das já realizadas, têm valor meramente formal” (LÜCK, 2009, p. 39).

A autora traz a importância da elaboração do plano de ação sendo um instrumento norteador para o processo escolar, bem como a eficácia e eficiência desse planejamento depende da socialização e implementação pela comunidade escolar.

No segundo indicador estrutura administrativa, verifica-se que ocorre a atuação dos diversos atores do colegiado como APP, Conselho deliberativo, Grêmio Estudantil, Conselho de representantes de sala, comitê escolar no PPP, porém, não há indícios da participação desses atores nos registros do PGE. Em nenhum dos documentos há registro sobre comitê de educação ambiental e de gestão de conflitos.

5.2.2 Dimensão Social

A dimensão social escolar pode ser entendida como um processo educativo, que por meio de conjunto de ações e processos tendem a mitigar conflitos sociais e ambientais. O objetivo dessa dimensão nesse contexto é identificar nos documentos indícios de gestão de conflitos sociais, econômicos, éticos, morais e religiosos, identificar a existência de estruturas com acessibilidade a mobilidade sustentável, a utilização de espaços educativos visando a promoção da Educação ambiental.

Quadro 13 – Dimensão Social– indicadores: Planejamento educacional e Estrutura administrativa

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ESCOLAR/ Roteiro de análise do PPP e PGE escolar. Há indícios (HI) / Não há indícios (NHI)							
DIMENSÃO/ INDICADORES	Critérios para verificar Indícios de gestão socioambiental	PPP			PGE		
SOCIAL		A	B	C	A	B	C
3 - Ambiente Educativo	Projetos e ações para mitigar conflitos sociais, ambientais , econômicos, éticos, morais e religiosos que por vezes se replicam na escola.	HI	HI	NHI	HI	HI	HI
	Parcerias com outras - instituições (universidades, empresas, fundações etc.) para o desenvolvimento de ações conjuntas para potencializar o aprendizado dos estudantes	HI	HI	NHI	HI	HI	NHI
	Ações visando melhorar a acessibilidade (rampas, banheiro adaptado, equipamentos etc.).	HI	HI	HI	HI	HI	HI
	Práticas pedagógicas desenvolvidas na escola são inclusivas (saberes tradicionais, culturas diversas, gêneros, étnico-racial, PNE)	HI	HI	HI	HI	HI	HI
	Socialização e divulgação das ações desenvolvidas na escola ao público escolar interno e externo utilizando ferramentas comunicativas (método de ensino que usa a comunicação em massa e a mídia em geral)	HI	NHI	HI	NHI	HI	NHI
	Quantidade e habilitação dos professores adequada a necessidade escolar.	HI	HI	HI	NHI	NHI	NHI
	Quantidade de funcionários em geral adequado funcionamento da escola	HI	HI	HI	NHI	NHI	NHI
Legenda: Há Indícios (HI), Não há Indícios (NHI)							

Fonte: Autora (2022).

Na dimensão Social, verifica-se que no indicador ambiente educativo, não há indícios de projetos e ações para mitigar conflitos de modo geral no PPP da escola C, também não há indícios de registros de promoção de parcerias com outras instituições no PPP e no PGE da escola C. Foi encontrado indícios nos dois documentos de análise das três escolas observadas de ações e práticas pedagógicas visando melhorar a acessibilidade. Em relação à comunicação escolar não há indícios de ações para promover a comunicação com o público interno e externo no PPP da escola B e no PGE das escolas A e B também não há registros.

A atenção para utilizar a comunicação escolar como ferramenta no processo escolar já foi apontada pelo autor Paulo Freire (2021), ele já alertava para a necessidade de enxergar a comunicação como elemento fundamental no processo educativo, pois é ela que transforma seres humanos em sujeitos. Para o autor, a educação é um processo da comunicação, pois a construção partilhada do conhecimento só ocorre mediada por relações dialéticas entre os homens e o mundo.

Em relação a quantidade de professores, habilitação e da quantidade de funcionários adequados para o andamento escolar há indícios do número e habilitação dos professores e funcionários no PPP, porém não há registro se o número é suficiente ou não, no item diagnóstico da escola no PGE não há indícios sobre o número de colaboradores.

5.2.3 Dimensão Currículo

A dimensão curricular trata da experiência educacional entre os sujeitos que participam desse movimento de troca de conhecimentos e novas vivências. Nesse sentido tem como objetivo: Identificar a inclusão da educação ambiental no PPP e PGE e a inserção dos conteúdos referentes à Educação ambiental, a sustentabilidade de forma interdisciplinar e transdisciplinar para a promoção de ações socioambientais.

Quadro 14 – Dimensão Currículo – indicadores: Estruturação do Currículo Escolar e Práticas Pedagógicas Socioambientais

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ESCOLAR/ ROTEIRO DE ANÁLISE DO PPP E PGE ESCOLAR. HÁ INDÍCIOS (HI) / NÃO HÁ INDÍCIOS (NHI)							
DIMENSÃO/ INDICADORES	Critérios para verificar Índícios de gestão socioambiental.	PPP			PGE		
CURRÍCULO		A	B	C	A	B	C
4 - Estruturação do currículo escolar.	Contempla a inclusão de Educação Ambiental que prevê na proposta curricular de SC.	NHI	HI	NHI	NHI	NHI	NHI
	Projetos como: feiras de conhecimento, gincana cultural contemplando os conhecimentos e saberes socioambientais no cronograma anual.	HI	HI	HI	NHI	HI	NHI
	Planejamento pedagógico visando a inserção de conhecimentos de educação ambiental de forma inter/transdisciplinar	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI
	Práticas pedagógicas utilizando diferentes recursos para facilitar a compreensão da realidade socioambiental local e global	NHI	HI	HI	NHI	NHI	NHI
	Aulas de campo/ visita técnica para trabalhar as questões socioambientais	HI	HI	NHI	NHI	NHI	NHI
5 - Práticas pedagógicas socioambientais	Projetos de pesquisa relacionados com educação ambiental envolvendo a comunidade.	HI	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI
Legenda: Há Índícios (HI), Não há Índícios (NHI)							

Fonte: Autora (2022).

Referente à dimensão Currículo, verifica-se que no indicador Estruturação do currículo escolar, no PPP da escola B encontra-se indícios de inclusão educação ambiental por meio da citação do grupo de meio ambiente. Há indícios de projetos anuais contemplando conhecimentos e saberes socioambientais no cronograma anual, porém, não há indícios de planejamento inter/transdisciplinar de inserção da educação ambiental em nenhum dos documentos. De acordo com Luck (2003, p. 31-32),

[...] “o desafio que é apresentado à educação, a fim de que contribua para formação de pessoas capazes de se defrontarem com os problemas do seu ambiente cultural e natural, consiste em que se apresente como uma ação educativa dinâmica e dialética, visando desenvolver entre seus participantes a consciência da realidade humana e social, da qual a escola faz parte mediante uma perspectiva globalizadora. Para atingir essa perspectiva globalizante, a educação precisa ser praticada interdisciplinarmente”.

De fato, para que os alunos possam construir uma visão da globalidade das questões ambientais torna-se necessário que cada profissional de ensino atue como um agente da interdisciplinaridade, ou seja, que cada especialidade encontre um ponto comum para trabalhar a totalidade.

Em relação às práticas pedagógicas há indícios no PPP das escolas B e C, aulas de campo e visitas técnicas há indícios nas escolas A e B. Quanto a projetos de pesquisa há indícios apenas na escola A que trabalha com o plantio de árvores nativas na escola e em seu entorno.

Para Trajber e Sato (2010, p. 72), “[...] o espaço da escola precisa ser repensado em sua articulação com o currículo, de acordo com as premissas da sustentabilidade socioambiental, gerando uma nova cultura na comunidade escolar”. Os autores citam a escola para gerar uma nova cultura articulada com o currículo, percebe-se aqui na análise dos documentos que as ações estão pouco presentes.

5.2.4 Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental da educação escolar perpassa toda a estrutura de conteúdo das diferentes disciplinas curriculares, numa proporção de abrangência e profundidade, segundo os níveis de ensino e tem como objetivo: Identificar indícios de cuidado, a preservação e a utilização do ambiente escolar e seu entorno como espaço educativo para o desenvolvimento de práticas e ações socioambientais.

Quadro 15 – Dimensão Ambiental– indicadores: Espaço escolar e Ecoeficiência

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ESCOLAR/ ROTEIRO DE ANÁLISE DO PPP E PGE ESCOLAR.							
HÁ INDÍCIOS (HI) / NÃO HÁ INDÍCIOS (NHI)							
DIMENSÃO/ INDICADORES	Critérios para verificar Indícios de gestão socioambiental.	PPP			PGE		
AMBIENTAL		A	B	C	A	B	C
6 – Espaço Escolar	Projetos ou programas estaduais ou federais de meio ambiente e educação ambiental.	NHI	HI	NHI	NHI	HI	NHI
	Projetos próprios voltados para a sustentabilidade socioambiental	HI	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI
	Projeto de Horta escolar produz alimentos locais e orgânicos para a comunidade escolar.	HI	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI
	Projeto de coleta seletiva e reaproveitamento dos resíduos sólidos (recicláveis e orgânicos).	HI	HI	HI	NHI	NHI	NHI
7 – Ecoeficiência	Há projetos ou programas sobre coleta seletiva e reaproveitamento dos resíduos sólidos (recicláveis e orgânicos)?	HI	HI	HI	NHI	NHI	NHI
	Há projetos ou programas sobre a separação, compostagem e encaminhamento adequado a seus resíduos orgânicos.	HI	HI	HI	NHI	NHI	NHI
	Há projetos para orientar sobre medidas para a redução do consumo de água (torneiras, descargas e reaproveitamento da água da chuva.	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI
	Programas e projetos para evitar o desperdício de material de expediente.	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI
Legenda: Há Indícios (HI), Não há Indícios (NHI)							

Fonte: Autora (2022).

Referente a dimensão ambiental e o indicador espaço escolar em relação a projetos e programas estaduais e federais, há indícios nos documentos da escola B no PPP e PGE faz referência ao projeto de educação ambiental (SED, 2018) promovido pela secretaria estadual

de educação de Santa Catarina. Projetos próprios e horta escolar há registro nos documentos da escola A em seu PPP, projetos de arborização e jardinagem (FREIRE, 2021, p. 37) diz que:

“Não tem como a educação acontecer sem levar em conta o entorno da escola, o aluno sabe que está inserido num local e que faz parte do planeta. Com esse saber o aluno ou criança traz tudo o que tem fora dos muros da escola para dentro dela. E o que tem no planeta de grandioso? O meio ambiente. Essa natureza que precisamos cuidar e que os adultos todos os dias a agredem”.

Freire relaciona o espaço escolar como o entorno escolar onde o estudante traz os seus saberes para dentro da escola e o inverso também acontece dessa forma, é nesse espaço e por meio das interações entre os saberes dos estudantes e da escola que a educação ambiental acontece.

No indicador ecoeficiência há registros nos PPPs das três escolas observadas sobre coleta seletiva de lixo, separação e compostagem referentes ao programa Lixo zero (LAGES, 2021). Não há registros no PGE. Não há indícios de programas ou projetos referentes à redução do consumo de água e desperdícios de materiais de expediente.

Temos [...] de conceber a esfera antropossociológica não só a sua especificidade irreduzível, não só na sua dimensão biológica, mas também na sua dimensão física e cósmica. Daí em diante, a natureza recompõe-se e volta a tomar vida. A natureza é aquilo que liga, articula e faz comunicar profundamente o antropológico, o biológico. Temos, pois de reencontrar a natureza para reencontrar a nossa natureza [...] (MORIN, 1977, p. 340).

O desafio das escolas consiste na instituição de um pensamento que “l [...] ligue o que está separado [...]” (MORIN, 2011, p. 167), por meio de programas e projetos que visem a reutilização a redução de desperdício, o entendimento da interligação dessas ações e das disciplinas com objetivos comuns. Assim, o pensamento do autor francês Edgar Morin pode contribuir para a Educação Ambiental, pois os problemas ambientais e a relação sociedade-natureza devem ser tratados dentro de uma concepção inclusiva.

5.1.5 Dimensão Econômica

A dimensão econômica da gestão da educação, envolve: recursos financeiros e materiais, estrutura, normas burocráticas e mecanismos de coordenação e comunicação. Tem como objetivo: Identificar instrumentos de gestão de recursos humanos e financeiros.

Quadro 16 – Dimensão Econômica– indicador: Gestão de recursos econômicos

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ESCOLAR/ ROTEIRO DE ANÁLISE DO PPP E PGE ESCOLAR. HÁ INDÍCIOS (HI) / NÃO HÁ INDÍCIOS (NHI)							
DIMENSÃO/ INDICADORES	Critérios para verificar Indícios de gestão socioambiental	PPP			PGE		
ECONÔMICA		A	B	C	A	B	C
8 - Gestão de recursos econômicos	Plano de ação para utilização de recursos financeiros repassados para a escola	HI	HI	HI	HI	HI	HI
	Recurso financeiro específico para desenvolver ações de educação ambiental	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI
	Registro de professores/ total de vagas necessidade de ampliação no quadro.	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI	NHI
	Cronograma de prestação de contas para a comunidade escolar	HI	HI	HI	NHI	NHI	NHI
Legenda: Há Indícios (HI), Não há Indícios (NHI)							

Fonte: Autora (2022).

Referente à dimensão econômica, no indicador Gestão de recursos econômicos, nos dois documentos das três escolas há indícios de ações planejadas para o uso de recursos recebidos pela escola. Não há registro em nenhum dos documentos das três escolas de recursos destinados a projetos de educação ambiental. Há indícios no PPP das três escolas sobre o total de professores da escola e suas habilitações, porém não há indícios de falta de professores no quadro. Nos PGEs não há indícios. No PPP há indícios de cronograma de prestação de contas, no PGE não.

Para Lück (2000, p. 14) “as escolas ou sistemas de ensino são organismos dinâmicos de um contexto socioeconômico e cultural determinados pelas dinâmicas das interações orientadas pela sua prática social. E, muitas vezes, a escola é instigada a assumir ações para as quais ainda não desenvolveu a competência necessária”. Dessa forma, estendem-se, também, às abrangências à sustentabilidade e dos recursos para desenvolver programas sobre o tema.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi fácil o caminho percorrido nesta pesquisa, mas foi muito prazerosa a caminhada. Aos poucos a pesquisa foi se desenvolvendo e cada dia eu tinha a certeza de que estava no caminho certo, e com a pesquisa fui amadurecendo e ordenando minhas ideias, evolui muito nesse percurso e acredito que a pesquisa também.

Por meio deste estudo concluímos que disseminação de ideais sobre gestão socioambiental, dimensões, indicadores de educação socioambientais e o fomento de projetos inseridos nessa temática caminham ao encontro do desenvolvimento da cultura socioambiental na comunidade escolar que, como formadores de opinião e transformadores de valores, têm um papel de extrema importância na sociedade em que se inserem.

É imprescindível, porém, a consonância deste tema com políticas públicas como: leis, decretos, indicadores educacionais e documentos que norteiam as escolas, pois, sem essa ligação, muitas ações podem deixar de serem executadas ou até mesmo serem perdidas. Esta pesquisa teve como finalidade, analisar indicadores de sustentabilidade socioambiental que podem contribuir com o processo de gestão de três escolas públicas estaduais em Lages (SC). A análise dos dados foi conduzida por meio das dimensões e indicadores de sustentabilidade socioambientais propostos neste estudo, para obtermos parâmetros entre as respostas nos documentos PPP, PGE e os questionários usamos essa mesma métrica dos indicadores.

O questionário com perguntas semiestruturadas foi aplicado aos gestores o que fundamentou esta pesquisa, com o intuito de coletar informações adicionais, que podem não estar claras nos documentos, como as percepções de cada um deles acerca do tema desta pesquisa.

A análise dos documentos mostrou que os PPPs e PGEs foram construídos seguindo um padrão descrito como roteiro a ser seguido o que é descrito nos documentos: PPP - Diretrizes para o projeto político pedagógico (SED, 2021). As diretrizes para o Projeto Político-Pedagógico trazem como premissa ser um instrumento de promoção do sucesso da aprendizagem do estudante, do gerenciamento e avaliação da instituição e da consolidação da Democracia. No roteiro para a elaboração do PPP são elencadas as seguintes dimensões: Dimensão Administrativa; Dimensão Financeira e Dimensão Física.

No projeto de gestão escolar PGE - Orientações para a elaboração de Plano de gestão escolar (SED, 2021), nas orientações consta que para a construção do PGE, é necessário um diagnóstico completo e atualizado da escola. Na apresentação do PGE o diagnóstico é dividido

em dimensões: Dimensão Socioeconômica; Dimensão Pedagógica; Dimensão Administrativa; Dimensão Financeira e Dimensão Física. Consta-se que em nenhum dos documentos tem a menção do ambiente como dimensão e tão pouco traz indicadores relacionados.

Na análise dos PPPs e PGEs das escolas o mesmo fato é observado os documentos foram preenchidos seguindo roteiros e poucos citaram em seus projetos as ações relacionadas às questões socioambientais. É possível visualizar a falta de ações e projetos referentes à dimensão ambiental, e a similaridade de ocorrências que permearam nessa análise, fruto de um modelo pré-estabelecido para a elaboração dos planejamentos de desenvolvimento das escolas.

Verificou - se a falta de registros de ações também na dimensão social e poucas referências especialmente no que se refere a espaços de reflexão, de formação, gerenciamento/monitoramento de projetos referentes a gestão socioambiental e indicadores de sustentabilidade.

Foi constatado que os documentos PPP e PGE não dialogam entre si, visto que um é a proposta de plano de ação para a escola e o outro é a implantação e efetividade desta proposta. As respostas dadas pelos gestores escolares não refletem o que está nos documentos, percebe-se que muitas ações são citadas, mas não estão descritas nos documentos.

Ainda sobre os questionários, revelaram respostas conflitantes, onde por exemplo o gestor considera importante a temática relacionada à educação ambiental cita exemplos de práticas que não estão descritas nos documentos.

Conclui -se que educação pública precisa avançar muito no que se refere as práticas pedagógicas socioambientais as quais ainda são trabalhadas nas escolas de forma fragmentada e pontual. Acredito que uma orientação mais precisa sobre gestão socioambiental nos documentos PPP e PGE os quais regulamentam as escolas públicas e a inserção das dimensões e indicadores socioambientais como os propostos, no roteiro para a elaboração desses documentos, mais projetos e práticas referentes ao tema acontecerão de forma mais eficiente e eficaz o que oportuniza mudanças paradigmáticas que irão desenvolver uma cultura socioambiental onde a organização e assertividade nos processos se fará presente, ou seja, ao implantar e implementar a adoção dos indicadores de sustentabilidade socioambientais, pode – se promover a economia de recursos, a redução dos impactos sobre o meio ambiente e a melhor qualidade de vida.

O uso dos indicadores permite que a situação socioambiental das escolas seja reconhecida, sendo fundamentais e imprescindíveis no sentido de uma reflexão de forma coletiva, na disposição, na preparação, no comprimento, na direção do desenvolvimento dos

trabalhos e na avaliação dos processos e confirmação dos resultados alcançados. Ao mesmo tempo em que é capaz de se colocar em uma cooperação no significado de sugerir uma estrutura de gestão de políticas públicas, para examinar as características de cada indivíduo e os aspectos que não são de responsabilidade apenas da comunidade escolar, entretanto, sim, de todos, no caso de uma sociedade sustentável.

Essa perspectiva demonstra que vale a pena investir na reestruturação dos documentos Como o PPP e PGE, onde a inserção de indicadores de sustentabilidade socioambiental auxiliará na mudança de pensamento e na construção de cidadãos comprometidos com o mundo em que vivem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 26 abr., 2021.

BOFF, Leonardo. **Desenvolvimento sustentável**. 2013. Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/>. Acesso em: 23 jul., 2022.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRANCO, E. P.; ROYER, M. R.; BRANCO, A. B. G. Abordagem da Educação Ambiental nos PCNS, nas DCNS e na BNCC. **Artigos – Fluxo Contínuo**, v. 29, n. 1, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Escolas Sustentáveis**. Versão preliminar de 2 junho de 2014. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. 3ª versão revista. Brasília: MEC, 2017. 396 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução CNS n.º 510/2016**. dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Homologo a Resolução CNS no 510, de 07 de abril de 2016, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constitui%c3A7ao.htm>. Acesso em: 14 jul., 2021.

BRASIL. **Contratações Públicas Sustentáveis**/Ministério do Planejamento. – PLS e Ações Sustentáveis. (artigo). Disponível em:

BRASIL. **Gestão socioambiental nas escolas públicas: A3P** / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis. -- Brasília, DF: MMA, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução n.º 2 de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da qualidade na educação: Ação Educativa**. 3. ed. ampliada. UNICEF, PNUD, INEP, SEB/MEC (Coord.): São Paulo: Ação Educativa, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Ministério da Educação.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre Educação Ambiental e Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. 1999. In: MADAUAR, Odete. (Org.). **Constituição federal, coetânea de legislação e direito ambiental**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa dinheiro direto na escola**: resolução CD/FNDE n.º 10 de 18 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.fnade.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/pddeperguntas-frequentes>. Acesso em: 10 out., 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Escolas Sustentáveis**. Versão Preliminar, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/bncc_ei_ef_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p. Disponível em: http://www.uac.ufscar.br/documentos-1/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITO, Renato de Oliveira; CUNHA, Célio da; SIVERES, Luiz. Gestão participativa e sustentabilidade socioambiental: um estudo em escolas da rede pública de Sobral-CE. **Ciência & Educação** (Bauru), [s.l.], v. 24, n. 2, p. 395-410, abr., 2018.

BRUYNE, P. de; *et al.* **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CERDA, Cristian Danilo. **La Mediación Pedagógica de la Educación Ambiental en el cotidiano escolar Experiencias vividas por asesores y coordinadores pedagógicos**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Instituto Nacional do Câncer. Ministério da Saúde. **Resolução n.º 466 de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções CNS nos. 196/96, 303/2000 e 404/2008.

COVEY, Stephen R. **liderança baseada em princípios**. Editora campus; ISBN: 9788570018878; Estante: Volta às Aulas; Idioma: português, 1994.

DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e a evolução das abordagens de gestão socioambiental**. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/jacques_demajorovic/publication/239544883_sociedade_de_risco_e_a_evolucao_das_abordagens_de_gestao_socioambiental/links/546b563d0cf2397f7831bbde.pdf. Acesso: nov., 2019.

DENDASCK, Carla. **O que é o Estado da Arte?** Plataforma de Compartilhamento Youtube, 19/03/2019. Disponível em: <https://youtu.be/hbPnyFzjG8I>. Acesso em: 17 abr., 2020.

DISCUSSÃO, Jornal em. **Do ecodesenvolvimento ao conceito de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br › temas-em-discussao-na-rio2>. Acesso em: 9 ago., 2021.

EDUCALINGO, Dicionário. **Conceito de suficiência**. 2021. Disponível em: <https://educalingo.com/pt/dic-pt/suficiencia>. Acesso em: 9 ago., 2021.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade - Canibais com garfo e faca**. Tradução Laura Prades Veiga. Revisão Beatriz Simões Araujo. São Paulo: Editora M. Books do Brasil, 2012.

ESTADÃO. **COP-26: qual a sua importância?** 2021. Disponível em: <https://summitmobilidade.estadao.com.br/sustentabilidade/cop-26-qual-a-sua-importancia/>

ESTADO DE SANTA CATARINA. Legislação Estadual. **Decreto n.º 194, de 31 de julho de 2019**. Dispõe sobre a gestão escolar da educação básica e profissional da Rede Estadual de Ensino. Florianópolis, 31 de julho de 2019.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Leis Estaduais. **Decreto n.º 1.949 de 19 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Estado de Santa Catarina (CPESC) no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual para pagamento de despesas

ESTADO DE SANTA CATARINA. Leis Estaduais. **Decreto n.º 3.726 de 14 de dezembro de 2010**. Regulamenta o Programa Estadual de Educação Ambiental de Santa Catarina – PROEEA/SC. Florianópolis, 14 de dezembro de 2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** formação integral na educação básica. Florianópolis: SED, 2014.44

ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. extraordinárias ou urgentes e de pequeno vulto. Florianópolis, 19 de dezembro de 2013. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio:** Formação docente para educação infantil e séries iniciais. - - Florianópolis: COGEN, 1998.

ESTADO DO PARANÁ. Leis Estaduais. **Lei n.º 17.505, de 11 de janeiro de 2013.** Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental. Diário Oficial do estado do Paraná, n.º 8875, Curitiba, PR, 11 jan., 2013.

FANTINEL, Cristiane Aparecida. **Avaliação do ensino e aprendizagem escolar:** relações entre as políticas públicas e avaliação e a prática pedagógica. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão.

FELIX, R. A. Z. Coleta seletiva em ambiente escolar. **Rev. Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 18, p. 57-71, 2007.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).** Brasília: Inep, 2007.

FERNANDES, Reynaldo. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) para vigorar de 2011 a 2020.** Texto enviado pelo Governo Federal ao Congresso. Brasília: Ministério da Educação, 15 dez., 2010.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 258, ago. 2002. Acesso em 05 maio. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa:** um guia para iniciantes. Tradução: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva Porto Alegre: Penso, 2013, 256p.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 49. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** 25 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** 68. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação.** 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

HAHN, Simone Engler. **Filosofia marista e indicadores do cenário educacional atual**: uma tecitura possível. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HERMANN, Nadja. Ética. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e Pesquisa em Educação**: subsídios. Rio de Janeiro: ANPED, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. **Coleção Estudos & Pesquisas**: informação geográfica, n. 5. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. **Coleção Estudos & Pesquisas**: Síntese de Indicadores Sociais, n. 5. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv5590.pdf>. Acesso em 20 nov., 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA- Edição 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabela>. Acesso em: 29 jun., 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: 2004. 332 p.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

LAGES. Prefeitura Municipal. **Lixo orgânico zero**. 2021. Prefeitura municipal de Lages (PML). Disponível em: <https://www.lages.sc.gov.br/meio-ambiente/projeto-lixo-organico-zero>. Acesso em: 28 jul., 2021.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: racionalidade, complexidade, poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LEMOS Elias, LUZ, Dioclécio. **Gestão socioambiental nas escolas públicas**: A3P/ Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis. Brasília, DF, 2017.

LEMOS, A. D. C.; MELLO, M. C. A.; NASCIMENTO, L. F. **Gestão Socioambiental Estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

LEMOS, Ana Rafaela Gonçalves. **Práticas pedagógicas de Educação Ambiental em Escolas Municipais de Manaus**. 2015. 152 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Amazonas Instituto de Ciências Humanas e Letras. Manaus - AM.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia, 2004.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Para onde vai a Educação Ambiental?** O cenário político-ideológico da Educação Ambiental Brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea Educação**, n. 14, ago./dez., 2012.

LIMA, Lucia Cecatto. Modelo Aberto de Educação Ambiental. © **ETD – Educação Temática Digital**. Campinas, SP, v. 15, n. 1 p. 161-178, jan./abr., 2013.

LÜCK, Heloísa. **A evolução da gestão educacional, a partir de mudança paradigmática**. 12. ed. Curitiba: Positivo, 1997.

LÜCK, Heloísa. Aplicação do Planejamento Estratégico na Escola. In: **Revista Gestão em Rede**, n. 19, abril, 2000, p. 8-13.

LÜCK, Heloísa. -. **Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LÜCK, Heloísa. **Avaliação e monitoramento do trabalho educacional**. 7. ed. RJ: Vozes. Série de Cadernos de Gestão, 2013.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. (Cadernos de Gestão, v. II). Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Gestão participativa na escola**. (Cadernos de Gestão, v., III). Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional uma questão paradigmática**. (Cadernos de Gestão, v. I). Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloísa. Indicadores para a Qualidade na Gestão Escolar e Ensino. **Revista: Gestão em Rede**, n. 25; nov./dez., 2000, p. 15-18.

LUDKE, Menga; MARLI, E. D. A. **André, pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUZARI, Rosa Acassia; Cavalari, Rosa Maria Feiteiro. A Contribuição do Pensamento de Edgar Morin. **Educação: Teoria e Prática**, v. 11, n. 20/21, 2003, p. 7.

MACEDO, Carla Vanessa Pinto de; FREITAS, Ana Augusta Ferreira de; GUERRA, Diego de Sousa. Uma escala para mensuração da importância percebida pelos docentes sobre a abordagem socioambiental nos cursos de administração de empresas. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 1, fev. 2013.

MAMEDE, Fani; FRAISSAT, Gerson. Construindo com arte o nosso meio ambiente. In: SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michèle (orgs.). **A Contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2001.

MARION, J. C.; DIAS, R.; TRALDI, M. C. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Indicadores de educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/indicadores-educacionais>. Acesso em: 12 jul., 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Manual escolas sustentáveis**. Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Ofício Circular n.º 2/2021/CONEP/SECNS/MS**. Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Brasília, 24 de fevereiro de 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Carta da Terra**. 1992. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/> Acesso em: 8 dez., 2020.

MARISTA, **Projeto Educativo do Brasil Marista**: nosso jeito de conceber a Educação Básica / União Marista do Brasil. Brasília: UMBRASIL, 2010.

MORAES, Lucélia Bárbara. **Educação ambiental em (re)vista**: a produção discursiva da revista nova escola. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MORALES, Angélica Góis. **A Formação do educador ambiental**: reflexões, Possibilidades e Constatações. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009.

MORIN, Edgar. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORIN, Edgar. Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**. Rio de Janeiro, n. 33, v. 1 Supl. 1, p. 83-91, 2009.

MORIN, Edgar. **É hora de mudarmos de via**: as lições do Coronavírus. (trad. Ivone Castilho Benedetti), colaboração Sabah Abouessalam, 2. ed. Rio de Janeiro. Bertrand, 2021.

MORIN, Edgar. **Ética, cultura e educação**. (Organizadores: Alfredo Pena-Vega, Cleide R. S. Almeida e Isabel Petraglia). 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. **O Método I**: a natureza da natureza. 2. ed. Tradução: M. G. de Bragança. Portugal, Europa – América, 1977.

MORIN, Edgar. **O desafio da pesquisa social**. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 9-29.

MORIN, Edgar. **O método I**: Lisboa publicações: Europa América, 1987.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. (Trad. Catarina Eleanora F. Silva e Jeanne Sawaya) 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Janine da Silva. Utilização do *Google Forms* na Pesquisa Acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação**, Universidade Federal de Tocantins- Campus de Araguatins, v. 6, n. 12, p. 1-10, 2019.

NASCIMENTO, L.; LEMOS, A.; MELLO, M. C. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20**: O futuro que queremos. Resolução adotada pela Assembleia- -Geral em 27 julho de 2012 – Resolução n.º 66/288. Versão traduzida e revisada por Júlia Crochemore Restrepo e Daniel José da Silva.

PEREIRA, GUERRA. **Reflexões sobre a Educação Ambiental na LDB, PCN e nas Propostas Curriculares dos Estados do Sul**. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1141/> Acesso em: 3 de dez., 2021.

RIBEIRO, Amarolina. **Desenvolvimento sustentável**. 2003. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/desenvolvimento-sustentavel/> . Acesso em: 25 ago., 2020.

RODRIGUES, Jose Cláudio Ramos. Ambiente & Educação Revista de Educação Ambiental Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental Universidade Federal do Rio Grande. **A Educação Ambiental nas Escolas de Santa Catarina**, v. 23, n. 1, 2018.

SACHS, Ignacy. **A terceira margem**: em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Org. Paula Ione Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível? **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, n. 30, mai./ago., 1997.

SACHS, Ignacy. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 9, n. 25, set./dez., 1995.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SACHS, Ignacy. **O tripé do desenvolvimento incluyente**. Palestra Magna. Seminário de Inclusão Social. BNDES. 22 e 23 de setembro de 2003. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/inclusao_ignacysachs.pdf. Acesso em: mai., 2020.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. **“Pandemia”**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/doencas/pandemia.htm>. Acesso em 18 de julho de 2021.

SECAD/MEC. **Educação ambiental**: aprendizes de sustentabilidade. Secretaria de educação continuada/ Ministério da educação, Caderno 1. Alfabetização e diversidade. Brasília – DF. Março de 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Educação Ambiental**. 2022. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30939-educacao-ambiental>.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Cartão de Pagamento do Estado de Santa Catarina (CPESC)**. 2021. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/16967-cartao-de-pagamento-do-estado-de-sc-cpesc>. Acesso em: 28 jul., 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Decreto n.º 3726 de 14 de dezembro de 2010**. Regulamenta o Programa Estadual de Educação Ambiental de Santa Catarina - ProEEA/SC. Diário Oficial [do] Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 14 de dezembro de 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Diretrizes para o projeto político – pedagógico**. Disponível em: file:///D:/PPP/parecer_405_do_cee_-_ppp.pdf. Acesso em 17 de agosto de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Diretrizes para retorno às aulas**. 2021. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30719-diretrizes-para-retorno-as-aulas>. Acesso em 19 jul., 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Educação ambiental: **políticas e práticas pedagógicas**. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Educação ambiental**: políticas e práticas pedagógicas. Estado de Santa Catarina, Secretaria de educação, Florianópolis, 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Instrução Normativa/1568 de 25.06.2021**. Orienta sobre os procedimentos relativos ao acompanhamento, fiscalização, controle e registro da alimentação escolar. Diário Oficial [do] Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 28 de junho de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Orientações para elaboração do plano de gestão da escola**. Disponível em:

<https://www.sed.sc.gov.br/legislacoes-estadual-e-federal/plano-de-gestao-escolar-409/processo-2019/8039-portaria-n-1434-publicado-doe-08-08-19/file>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Programa dinheiro direto na escola**. 2021. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/6623-programa-dinheiro-direto-na-escola>. Acesso em: 28 jul., 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Projeto de Educação Ambiental e Alimentar (AMBIAL)**. 2021. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/16989-projeto-de-educacao-ambiental-e-alimentar-ambial>. Acesso em: 28 jul., 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Proposta Curricular**: uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos. Florianópolis: IOESC, 1991.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Saúde, Educação e Defesa Civil estabelecem portaria de regramento das atividades escolares durante a pandemia**. 2021. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/30802-coronavirus-em-sc-saude-educacao-e-defesa-civil-estabelecem-portaria-conjunta-para-regramento-das-atividades-escolares>. Acesso em: 19 jul., 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação de Santa Catarina. **Lei n.º 13.558 de 17 de novembro de 2005**. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental – PEEA/SC. Diário Oficial [do] Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 17 de novembro de 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA – SIGESC**. Disponível em: <http://serieweb.sed.sc.gov.br/inicio.aspx> . Acesso em: 28 fev., 2022.

SILVA, Amanda do Nascimento, **Ambientalização curricular na educação superior**: um estudo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). 2015. 111 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Faculdade de Educação.

SILVA, E. L.; MENEZES. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. LED/UFSC. Florianópolis, 2000.

SILVA, Rita de Cassia do Nascimento. **As competências pedagógicas e a construção do plano de gestão escolar**: desafios e possibilidades de uma ação compartilhada. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação). Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

SOARES, Magda Beata. **Alfabetização no Brasil**: o estado do conhecimento. Brasília: INEP/Santiago: Reduc, 1999.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca: **Alfabetização / Organização**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michèle. Escolas Sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande, v. especial, p.70-78, set., 2010.

VALENTE, Cidália de Paula. **Sustentabilidade ambiental e bancos de desenvolvimento: o caso BNDES**. 2015. 160f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, Rio de Janeiro, 2015.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VEIGA, José Eli. **A emergência socioambiental**. 3. ed. São Paulo. Editora SENAC/SP, 2007.

VIEIRA, Jaqueline Marcia de Souza. **os sujeitos do ensino médio e a cultura da sustentabilidade**. 2021. 113 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Alto Vale do Itajaí.

VIEIRA, Solange. CAMPOS Marília. MORAIS Josimária. Proposta de indicadores de educação Ambiental para avaliação da Sustentabilidade socioambiental na Escola. **Revista do Mestrado em Educação Ambiental**, FURG/ RS 2016.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (Resolução n.º 466/2012 CNS/CONEP)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “**GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE LAGES/ SC**”. O objetivo geral desta pesquisa é analisar como ocorre o processo de Gestão Socioambiental de escolas públicas de educação básica, e como objetivos específicos:

- a) Identificar indícios da gestão socioambiental nos planos de gestão e nos projetos políticos pedagógicos (PPP) e planos de gestão escolar (PGE) das três unidades escolares estaduais da regional Lages-SC;
- b) Descrever práticas de gestão socioambiental nas três unidades escolares pesquisadas.
- c) Propor indicadores de sustentabilidade socioambiental para as escolas públicas.

Para realizar o estudo será necessário que se disponibilize a participar respondendo as perguntas que serão encaminhadas pelo *Google Forms* previamente agendadas e permita o acesso ao Projeto político pedagógico (PPP) e o Plano de Gestão escolar da sua unidade educacional, que constituirão o processo de coleta de dados. Para garantir a confidencialidade e o seu anonimato nos instrumentos de coleta de dados, não constará nenhuma identificação ou informação sobre os participantes envolvidos no projeto. O seu nome e a identificação da unidade educacional não constarão no relatório de análise de dados, a identificação será feita por letras maiúsculas do alfabeto assim: Gestor GA, GB e GC. Escola estadual A, B e C.

Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para avaliar importância e necessidade de elaborar indicadores socioambientais para as unidades escolares com uma finalidade diagnóstica, comparativa e estratégica nas ações escolares. **De acordo com a resolução 466/2012**, “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados”. A sua participação terá risco mínimo, podendo ocorrer algum tipo de desconforto emocional relacionado aos questionamentos, se estes ocorrerem serão solucionados/minimizados com o apoio da pesquisadora que irá encaminhar ao atendimento de Psicologia da UNIPLAC e de forma gratuita, e se estes ocorrerem serão solucionados/minimizados e de forma gratuita. Em virtude das informações coletadas serem

utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual receberá uma cópia.

Os benefícios da pesquisa são: oportunizar a outros pesquisadores a conhecer as práticas e estratégias de gestão educacional socioambiental, as dimensões e indicadores voltados à qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável para a conservação dos bens naturais e também as práticas pedagógicas voltadas ao ambiente, o que torna a escola um espaço de aprendizagem muito dinâmico, participativo comprometido com o coletivo.

Você terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares. Mesmo depois de assinar o participante continua com o direito de pleitear indenização por reparação de danos que apresente nexos causal com a pesquisa.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: 49 992015001_ou pelo endereço Rua: Ari Saldanha do Amaral nº 155 Bairro: Universitário Lages SC. Se necessário também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense UNIPLAC, Av. Castelo Branco, 170, Reitoria, Piso Superior, Lages SC, (49) 32511086, e-mail: cep@uniplaclages.edu.br. Desde já agradecemos!

Eu _____,
Nome por extenso do/a participante

CPF _____,(número do CPF) declaro que após ter sido esclarecido(a) pelo(a) pesquisador(a), lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da pesquisa.

(nome e assinatura do/a participante da pesquisa e/ou responsável legal)

Lages, ____ de _____ de _____.

Responsável pelo projeto: Claudia Maris Coelho Pezzi
Endereço para contato: Ari Saldanha do Amaral 155
Telefone para contato: 49 992015001
E-mail: claudiamcp@uniplaclages.edu.br

Apêndice B – Questionário**QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS GESTORES DAS ESCOLAS PESQUISADAS**

Instituição: UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC

Programa: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Pesquisadora: CLAUDIA MARIS COELHO PEZZI

Orientadora: PROFA. DRA. LUCIA CECCATO DE LIMA

Tema da Pesquisa: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS
DE LAGES/ SC

Prezados (as) esse questionário oportunizará conhecer as práticas e estratégias de gestão educacional socioambiental, as dimensões e indicadores voltados à qualidade ambiental, o desenvolvimento sustentável para a conservação dos bens naturais o que torna a escola um espaço de aprendizagem muito dinâmico, participativo comprometido com o coletivo. Está organizado em cinco dimensões e oito indicadores de sustentabilidade socioambiental cada um com seu objetivo. Leia atentamente e responda as questões, suas respostas são muito importantes para o sucesso desta pesquisa.

DIMENSÃO – GESTÃO

Indicador- Planejamento e Estrutura administrativa.

Objetivo das perguntas: - Verificar se no âmbito da gestão escolar há indícios do uso de instrumentos de planejamento e gestão democrática.

01. As metas do plano gestor escolar (PGE) são acompanhadas pela comunidade escolar?

() sim () não

02. O projeto político pedagógico (PPP) é socializado e discutido com a comunidade escolar?

() sim () não

Comentários sobre as questões _____

03. O projeto político pedagógico (PPP) é atualizado anualmente?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

04. A escola possui o conselho deliberativo instituído para garantir a participação democrática de todos os segmentos, que promove a descentralização de poder?

() sim () não

Se a resposta for sim responda a questão 5. Se for não, Justifique.

Justificativa _____

05. O conselho deliberativo desenvolve suas funções consultiva, fiscal e mobilizadora?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

06. A comunidade escolar reconhece o conselho deliberativo como órgão máximo de deliberações dentro da escola que possui funções consultiva, fiscal e mobilizadora?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

07. A escola promove espaços participativos (encontros, reuniões, etc.) para pais, alunos professores equipe administrativa para analisar e propor ações sobre o desenvolvimento da escola?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

08. A APP faz e acompanha a gestão dos recursos da escola?

() sim () não

Comentários sobre a questão _____

09. A escola possui um plano de ação com indicadores socioambientais definido?

() sim () não

Comentários sobre a questão _____

INDICADOR – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Objetivo das perguntas: Verificar como ocorre a atuação dos diversos atores do colegiado como APP, Conselho deliberativo, Grêmio Estudantil, Conselho de representantes de sala, comitê escolar de Educação ambiental.

01. A escola possui grêmio estudantil, que atua como instância de organização e representação dos estudantes?

() sim () não

Comentários sobre a questão _____

02. A escola possui conselho de representantes de classe, com a função de criar demandas para serem deliberadas pelo Grêmio Estudantil ou pelas assembleias estudantis?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

03. Todas as decisões do conselho deliberativo que abrangem questões administrativas, financeiras e pedagógicas são tomadas de maneira coletiva?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

04. Há assembleias escolares instituídas para deliberarem os assuntos estudantis, ambientais e de organização da escola demandadas pelo Grêmio Estudantil ou pelo Conselho de Representantes de Classes?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

05. A escola possui um comitê de educação ambiental?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

06. **Comitê Gestão de conflitos (comitê de ética)** como estratégia de mitigar conflitos.?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

07. A escola dispõe da quantidade de professores que necessita?

() sim () não

Comentários sobre a questão _____

08. A escola dispõe de funcionários em geral suficientes para seu adequado funcionamento?

() sim () não

Comentários sobre a questão _____

DIMENSÃO – SOCIAL

Indicador - Infraestrutura e ambiente educativo

Objetivo das perguntas: Verificar se há indícios de gestão de conflitos sociais, econômicos, éticos, morais e religiosos, identificar a existência de estruturas com acessibilidade a mobilidade sustentável, a utilização de espaços educativos visando a promoção da Educação ambiental.

01. A escola capacita e promove ações para mitigar conflitos sociais, econômicos, éticos, morais e religiosos?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

02. A escola busca parcerias com outras - instituições (universidades, empresas, fundações, etc.) para o desenvolvimento de ações conjuntas?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

03. A escola promove ações visando melhorar a acessibilidade (rampas, banheiro adaptado, equipamentos, etc.)?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

04. As práticas pedagógicas desenvolvidas na escola são inclusivas (saberes tradicionais, culturas diversas, gêneros, étnico-racial, PNE)?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

05. Há socialização e divulgação das ações desenvolvidas na escola ao público escolar interno e externo utilizando a comunicação em massa e a mídia em geral?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

DIMENSÃO – CURRÍCULO**Indicador-** Organização Currículo

Objetivo das perguntas: Verificar se há a inclusão da educação ambiental no PPP e PGE e a inserção dos conteúdos referentes a Educação ambiental, a sustentabilidade de forma interdisciplinar e transdisciplinar para a promoção de ações socioambientais.

01. A escola inclui a Educação Ambiental em seu Projeto Político Pedagógico (PPP)?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

02. O gestor incluiu metas sobre a sustentabilidade socioambiental em plano de gestão educacional (PGE)?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

03. Na escola é realizado um planejamento pedagógico visando a inserção de conhecimentos de educação ambiental de forma interdisciplinar e transdisciplinar?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

04. A escola realiza feiras de conhecimento, gincana cultural que contemple os conhecimentos e saberes socioambientais?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

INDICADOR – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Objetivo das perguntas: Verificar se há indícios de atividades e práticas pedagógicas desenvolvidas na escola para tratar os temas e saberes socioambientais e uso dos recursos didáticos /pedagógicos relativos a esta temática.

01. Na escola é realizado um planejamento pedagógico visando à inserção de conhecimentos de educação ambiental de forma inter/transdisciplinar?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

02. Nas práticas pedagógicas são utilizados diferentes recursos que facilitem a compreensão da realidade socioambiental local e global?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

03. São realizadas aulas de campo para trabalhar as questões socioambientais?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

04. A escola desenvolve projetos de pesquisa relacionados com educação ambiental envolvendo a comunidade?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

DIMENSÃO – AMBIENTAL

Indicador - Território da escola e entorno

Objetivo da pergunta – Verificar se há indícios de cuidado, a preservação e a utilização do ambiente escolar e seu entorno como espaço educativo para o desenvolvimento de práticas e ações socioambientais.

01. Na escola são desenvolvidos projetos ou programas estaduais de meio ambiente e educação ambiental?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

02. Na escola são desenvolvidos projetos próprios voltados para a sustentabilidade socioambiental?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

0.3 Os espaços físicos ao ar livre da escola (horta, jardins, áreas verdes, pátio, etc) são utilizados como ambientes de aprendizagem?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

03. Na escola há horta? Se sim, fornece alimentos locais e orgânicos para a merenda escolar?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

05. Na escola há presença e valorização de árvores (espaço arbóreo)?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

INDICADOR - ECOEFICIÊNCIA

Objetivo da pergunta – Contempla as ações da escola de separação e encaminhamento adequado de seus resíduos sólidos, medidas para a redução do consumo de energia elétrica, água, material de expediente (papel, tinta, entre outros) e a utilização de alimentos orgânicos na preparação da alimentação escolar.

01. A escola realiza coleta seletiva e reaproveitamento dos resíduos sólidos (recicláveis e orgânicos)?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

02. A escola realiza separação, compostagem e encaminhamento adequado a seus resíduos orgânicos?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

03. São adotadas medidas para a redução do consumo (torneiras, descargas e reaproveitamento da água da chuva) de água na escola?

São empregadas medidas para evitar o desperdício de material de expediente (papel, tinta, etc)?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

DIMENSÃO – ECONÔMICA

Indicador- Suficiência de recursos humanos e econômicos.

Objetivo da pergunta – Suficiência de recursos humanos e financeiros: Refere-se aos recursos financeiros destinados à manutenção da escola e ao desenvolvimento de ações de educação ambiental, bem como a quantidade de professores, funcionários e equipe pedagógica da escola para desempenhar com qualidade sua função social.

01. Os recursos financeiros repassados para a escola são suficientes para uma manutenção adequada?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

02. A escola recebe recurso financeiro específico para desenvolver ações de educação ambiental?

() sim () não

Comentários sobre as questão _____

03. As decisões sobre o investimento dos recursos recebidos pela escola são decidido com as representatividades da comunidade escolar?

() sim () não

Comentários sobre a questão _____

04. A Escola faz a prestação de contas pelo menos a uma vez cada semestre para a comunidade escolar?

() sim () não

Comentários sobre a questão _____

Apêndice C – Proposta de Artigo

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

AUTORES

Profa. Dra. Lucia Ceccato de Lima, Mestranda Claudia Maris Coelho Pezzi

RESUMO

Palavras chave: Indicadores de sustentabilidade, educação básica, PPP e PGE

Abstract

INTRODUÇÃO: Objetivo geral descrever os indicadores de sustentabilidade da educação básica mencionados pelos gestores das escolas e relacioná-los e o que está no PPP e PGE.

Referencial Teórico

Metodologia qualitativa e quantitativo

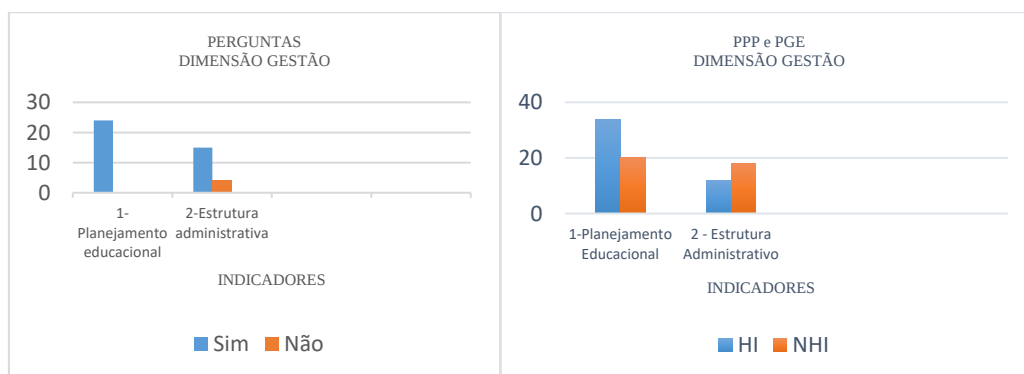
Resultados e discussão.

Considerações Finais

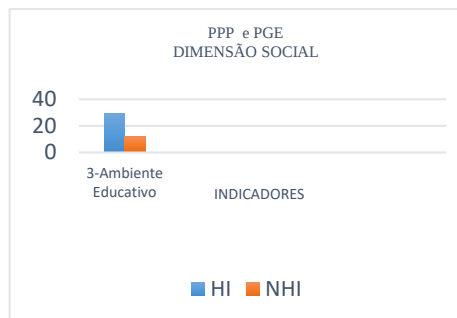
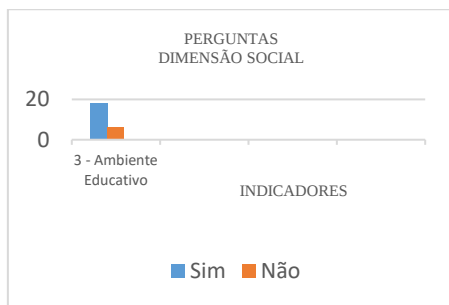
Referências

1- Dimensão Gestão

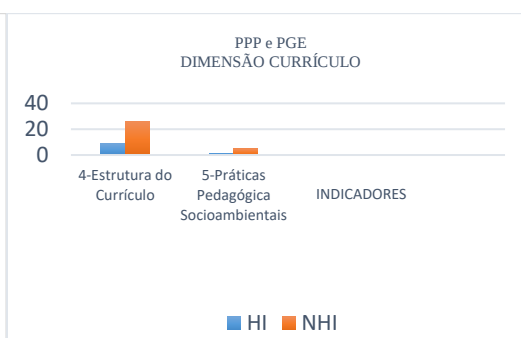
Gráfico 1 – Comparativo dimensão Gestão perguntas/PPP, PGE



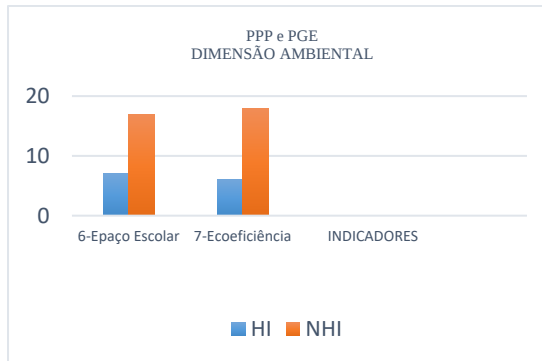
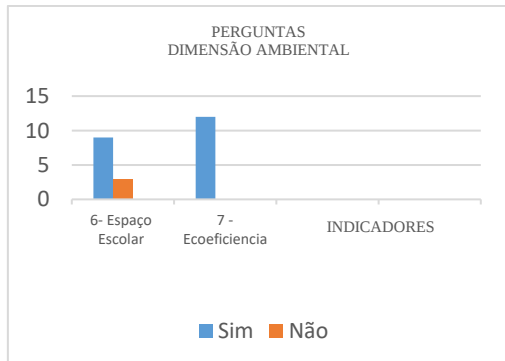
2- Dimensão Social



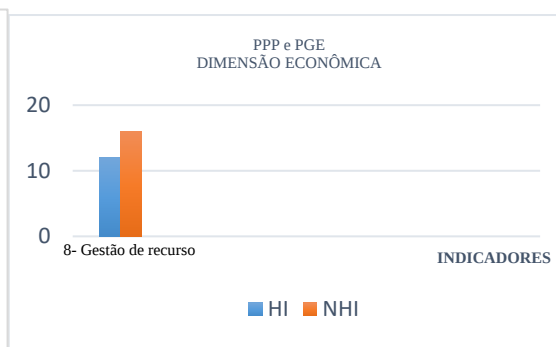
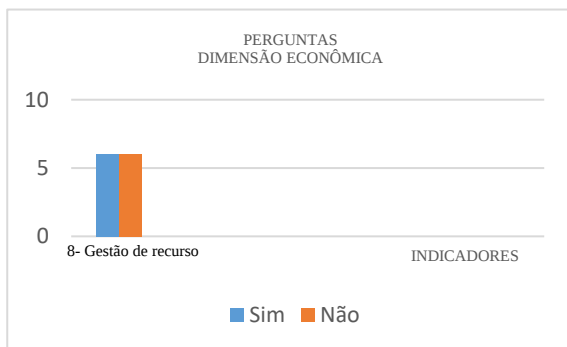
3- Dimensão Curricular



4- Dimensão Ambiental



5- Dimensão Econômica



ANEXOS

Anexo A – Orientações para a elaboração de Plano de Gestão Escolar



ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Educação

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

De acordo com o Decreto Estadual N. 1.794/2013, que “dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional, em todos os níveis e modalidades, da rede estadual de ensino”, o Diretor elaborará, o seu Plano de Gestão Escolar - PGE, junto à comunidade escolar, em consonância com as prioridades da Política de Educação do Estado, baseado em diagnóstico da realidade educativa e nos desafios da escola para cuja direção é candidato.

O Plano de Gestão representa o compromisso do Diretor com a Escola e a Secretaria de Estado da Educação - SED, servindo de base para a redefinição, junto à comunidade escolar, dos instrumentos de gestão da Escola. Deve ter como base o Projeto Político-Pedagógico - PPP da escola, a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina e a legislação vigente.

Ao elaborar o Plano de Gestão é necessário que o Diretor tenha conhecimento da realidade da escola e seus indicadores, seus avanços e desafios, para que possa definir objetivos, metas e ações na perspectiva de dar respostas aos fatores críticos evidenciados pelos indicadores e que favoreçam o compromisso com o ensino e com os resultados na aprendizagem de todos os estudantes.

É importante que o gestor reavalie com a comunidade escolar as metas já definidas no PPP e a partir de então faça sua proposição, considerando as dimensões: pedagógica, administrativa, financeira e física.

ROTEIRO DO PLANO DE GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) DIRETOR(A):

1.1. NOME:

1.2. FORMAÇÃO (graduação e pós-graduação)

1.3. ENDEREÇO RESIDENCIAL:

1.4. TELEFONE:

1.5. *EMAIL*:

2. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

2.1. NOME:

2.2. MUNICÍPIO:

2.3. ENDEREÇO:

2.4. NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADOS:

2.5. QUANTIDADE DE TURMAS POR ETAPAS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E TURNO:

2.6. QUANTIDADE DE PROFESSORES EM EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA (EFETIVOS E TEMPORÁRIOS):

2.7. QUANTIDADE DE PROFESSORES EM OUTRAS ATIVIDADES NA ESCOLA:

2.8. QUANTIDADE DE SERVIDORES:

3. REFERENCIAL TEÓRICO

4. OBJETIVO GERAL

5. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

6. METAS

7. AÇÕES

8. AVALIAÇÃO DO PLANO

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

10. REFERÊNCIAS

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DA ESCOLA

- a) **REFERENCIAL TEÓRICO:** Apresentar referencial teórico que sustentará o trabalho desenvolvido na escola e processo de ensino e aprendizagem.

- b) OBJETIVO GERAL:** De natureza qualitativa, tem uma abrangência relativamente longa e deve ser suficientemente amplo para englobar a maneira pela qual se pretende alcançar as metas da escola.
- c) DIAGNÓSTICO DA ESCOLA:** O Diagnóstico é uma das etapas mais importantes de todo planejamento, pois representa o momento em que se confronta a realidade com o que se pretende alterar. Para que o diagnóstico reflita a realidade da escola em sua complexidade, precisa ser elaborado com a participação da comunidade escolar. Para tanto, quanto mais informações relevantes puderem ser reunidas no diagnóstico, maiores as chances de o plano ser bem elaborado. Assim, é importante descrever:

Dimensão socioeconômica

Caracterização da clientela da escola, considerando:

- Renda familiar.
- Nível de instrução dos pais ou responsáveis.
- Profissões predominantes dos pais ou responsáveis.
- Procedência das famílias.
- Etnias (percentuais aproximados).
- Participação das famílias em organizações comunitárias.

Dimensão Pedagógica

- Processo de ensino-aprendizagem.
- Conteúdos curriculares e sua adequação à Proposta Curricular de SC e Documento de “Orientação curricular com foco no que ensinar: Conceitos e conteúdos para a Educação Básica (Documento Preliminar)”, de setembro de 2011.
- Metodologia de ensino.
- Avaliação da aprendizagem.
- Relação professor/estudante.
- Reuniões pedagógicas, cursos, seminários.
- Projetos pedagógicos.
- Matrícula.
- Rendimento: Aprovação, reprovação e abandono.
- Desempenho acadêmico dos estudantes em avaliações externas (SAEB, Prova Brasil, IDEB, ENEM, olimpíadas nacionais).
- Acompanhamento das atividades de aprendizagem dos estudantes pelos pais.

Dimensão administrativa

- Formação acadêmica e profissional do corpo docente e diretivo.
- Condições de trabalho, inclusive o plano de valorização dos profissionais da educação.
- Forma de atendimento dos estudantes, pais e professores.
- Documentação dos estudantes e professores.
- Proposta de Avaliação Institucional.
- Participação da comunidade escolar nas instâncias deliberativas da escola.

Dimensão financeira

- As alternativas de captação (PDDE, PRODENE, outros...) e aplicação dos recursos financeiros para melhorar a permanência do estudante na escola: planejamento de aquisições diversas (material didático-pedagógico, material de consumo, reparos nas instalações físicas, outros), cursos de formação dos profissionais da escola, participação em feiras, seminários, etc.

Dimensão física

- Instalações gerais: biblioteca (espaço físico, acervo, serviços oferecidos), secretaria, salas de aula e outras, sanitários, etc.
- Instalações, condições materiais de laboratórios específicos: ciências, sala de tecnologias, etc.
- Condições de acessibilidade para pessoa/estudante com deficiência.
- Áreas de convivência e infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades esportivas, de recreação e culturais.
- Local de alimentação e de oferta de serviços.

d) METAS: São de natureza quantitativa. As metas devem ser globais, por dimensão, tendo por referência o tempo de vigência do plano de gestão escolar. Vale lembrar que as metas devem guardar coerência com o objetivo e devem ter o foco na superação das limitações apontadas no diagnóstico.

e) AÇÕES:

Dimensões	Ações	Objetivos específicos	Período	Público Alvo	Recurso	Responsáveis pela ação
Pedagógica						

Administrativa						
Financeira						
Física						

Ações: São os meios para se atingir as metas e objetivos. São consideradas ações as medidas que visam sanar as principais causas dos problemas apontados no diagnóstico, referente a dimensão pedagógica, administrativa, financeira e física. Se as ações forem bem definidas e executadas as metas e objetivos serão atingidos.

Objetivos específicos: Definir os objetivos específicos das ações, por dimensão.

Período: Estabelecimento de datas para a realização das ações.

Público-alvo: A quem se destina a ação.

Recurso: Apontar o recurso financeiro que será utilizado para a realização da ação.

Responsáveis pela ação: Definir quem será responsável pela execução de cada ação.

- f) **AVALIAÇÃO DO PLANO:** Apontar o método e a periodicidade da avaliação.
- g) **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Acrescentar as informações ou comentários que julgar necessários.
- h) **REFERÊNCIAS:** Relacionar obras, periódicos ou demais textos consultados para fundamentar o Plano de Gestão Escolar.

OS PLANOS DE GESTÃO ESCOLAR devem ser redigidos entre 10 e 12 páginas considerando que os itens deste plano tenham no máximo os caracteres indicados a seguir:

REFERENCIAL TEÓRICO: 2780 caracteres.

OBJETIVO GERAL: 800 de caracteres.

DIAGNÓSTICO DA ESCOLA: 8340 caracteres.

METAS: 2780 caracteres.

AÇÕES: nesta parte deverá ser criada uma tabela no seguinte formato

Dimensões	Ações	Objetivos específicos	Período	Público-alvo	Recurso	Responsáveis pela ação
Pedagógica	Até 1000 caracteres	Até 1000 caracteres	20	Até 200 caracteres	Até 200 caracteres	Até 100 caracteres
Administrativa	Até 1000 caracteres	Até 1000 caracteres	20	Até 200 caracteres	Até 200 caracteres	Até 100 caracteres
Financeira	Até 1000 caracteres	Até 1000 caracteres	20	Até 200 caracteres	Até 200 caracteres	Até 100 caracteres
Física	Até 1000 caracteres	Até 1000 caracteres	20	Até 200 caracteres	Até 200 caracteres	Até 100 caracteres

AVALIAÇÃO DO PLANO: 1400 caracteres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: 2800 caracteres.

REFERÊNCIAS: 1400 c

Anexo B – Parecer n.º 405 aprovado em 14/12/2004



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROCEDÊNCIA	- Comissão de Educação Básica – FLORIANÓPOLIS/SC
OBJETO	- Diretrizes para elaboração do Projeto Político-Pedagógico.
PROCESSO	- PCEE 781/045

**PARECER Nº 405
APROVADO EM 14/12/2004**

I – HISTÓRICO

A Presidente da Comissão de Educação Básica solicita análise sobre a Resolução nº 17/99/CEE/SC, que estabelece diretrizes para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico - PPP das Escolas de Educação Básica, integrantes do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, considerando o contexto sócio-educacional delineado neste início do século XXI como coletividade, pois somente nessa ocorre o fortalecimento do sentido de educação. Escola com identidade própria, fortalecida pelo trabalho coletivo, é o desafio que se impõe para desempenhar com eficiência e eficácia a função social da escola.

ANÁLISE

A Lei nº 9.394/96 no inciso I do Artigo 12 estabelece que:

"Artigo 12 – Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica".

Organizar e planejar o trabalho da escola, permeado pelo diálogo e busca de solução dos problemas da escola é questão de autonomia de decisões. Muito além da obrigação legal que a escola deverá atender à visão, à missão, aos objetivos metas e ações que determinará o caminho de sucesso e de autonomia a ser trilhado pela instituição escolar.

A ação coletiva – alunos, professores, profissionais da educação e comunidade local - poderá determinar a capacidade da escola gerenciar seus objetivos e fins em prol do desenvolvimento da comunidade, na qual está inserida.

A autonomia assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reconhece a magnitude da importância da Educação por envolver as pessoas em



PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Proc. PCEE 781/045
Fl. 2

suas relações individuais, civis e sociais e as instituições de ensino como espaço legitimado para elaborar o seu projeto pedagógico.

A importância do Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina estará reforçada no momento em que a escola se impregna de autonomia construída pelos sujeitos da escola e de princípios de responsabilidade de ações pedagógicas compartilhadas.

O projeto pedagógico é o instrumento que releva o desenvolvimento e avaliação do processo educacional, a qualidade e o respeito aos direitos e deveres da comunidade escolar e as condições de igualdade oferecidas e praticadas, no sentido de *"acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes"*.

O Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina - CEE/SC reforça a idéia de que as escolas deverão guiar-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, considerando-se que estas se apresentam como *"o conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos da Educação Básica que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas"*. E, pelas normas estabelecidas pela Lei do Sistema Estadual de Educação que complementada pela abordagem inserida na proposta curricular do Estado de Santa Catarina, garantirá o viés teórico existente para a prática educativa catarinense.

O Conselho Estadual de Educação - CEE visando funcionar como elemento catalisador de ações na busca de uma melhoria na qualidade da educação, de modo algum pretende determinar o projeto pedagógico das instituições educacionais do Sistema. A busca de qualidade implica colocar, no centro do debate, a questão curricular e o processo ensino aprendizagem no próprio âmago da escola.

Isto acontecerá na medida em que os projetos pedagógicos das instituições educacionais refletirem os anseios da comunidade local, definido pelo coletivo escolar.

A elaboração deste parecer, preparatório às diretrizes do projeto pedagógico contém elementos vitais da própria educação, preceitos fundamentais para a prática da educação e de proteção ao direito subjetivo de cada cidadão à educação.

III - VOTO DA RELATORA

Favorável à aprovação das diretrizes para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico das Escolas de Educação Básica, integrantes do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.



Ass. Coordenadora de Assessoria
Instituto do Sistema Estadual de Educação

Proc. PCEE 781/045
Fl. 3

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Educação Básica acompanha o voto da Relatora.
Em 13 de dezembro de 2004.

Miriam Schlickmann – Presidente da CEDB
Solange Sprandel da Silva - Relatora
Aldair Wengerkiewicz Muncinelli
Francisco Fronza
Gleusa Luci Müller Fischer
Imgard Heckmann Hellmann
José Zinder –
Paulo Hentz
Sandra Zanatta Guidi

V – DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual de Educação, reunido em Sessão Plena, no dia 14 de dezembro de 2004, deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o Voto da Relatora.

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Estadual de Educação
de Santa Catarina

11

Acc